



PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA

Cogovernança municipal para
a construção das políticas públicas
de proteção social, segurança
pública e prevenção à violência



PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA

Cogovernança municipal para a construção
das políticas públicas de proteção social,
segurança pública e prevenção à violência

VOLUME I

1ª Edição
2023

REALIZAÇÃO



NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

450
Anos



“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...”

Paulo Freire





2



3



4



5

- 1 - Caminhada Luminosa Pela Paz, promovida pela Sociedade Civil.
- 2 - Reunião entre gestores para definição orçamentária para implementação dos projetos PNCV (2019).
- 3 - Roda de Capoeira no Espaço Nova Geração (ENG) em atividade de integração comunitária e prevenção a violência.
- 4 - Guarda Civil Municipal atua em campanha pelo fim da violência contra as mulheres e prevenção à violência doméstica.
- 5 - Vista da comunidade Viradouro refletida na janela da Plataforma Urbana Digital.
- 6 - Apuração da consulta pública sobre o armamento da Guarda Civil Municipal.
- 7 - Lideranças Comunitárias realizam a apresentação da importância da Paz como pauta para o desenvolvimento da cidade, realizado no MAC após a Caminhada pela Paz.
- 8 - Reunião entre pesquisadores e gestores da Prefeitura de Niterói para realização da Pesquisa de Vitimização.
- 9 - Jovens do programa EcoSocial realizam plantio de mudas.
- 10 - Agentes de segurança pública e ordenamento urbano realizam o monitoramento através das câmeras do CISP.
- 11 - Jovens fazem apresentação de dança no lançamento do projeto Poupansa Escola.
- 12 - Agentes do Niterói Presente realizam atividade de policiamento no Centro da cidade.
- 13 - Encontro com lideranças pela erradicação da violência e da intolerância religiosa.
- 14 - Guarda Civil Municipal recebe bicicletas para desenvolver atividades de prevenção à violência.
- 15 - Crianças da Rede Municipal de Educação participam do projeto Rotas Caminháveis da Urban95.

11



12



13



14



15



PREFEITO

Axel Schmidt Grael

VICE-PREFEITO

Paulo Roberto Mattos Bagueira Leal

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rodrigo Neves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DAS CULTURAS

Julia Corrêa Pacheco Gitsin

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI

Fernando Brandão

**SUPERINTENDENTE ADMINISTRATIVO
DA FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI**

Ivan Macedo

DIRETORA DA NITERÓI LIVROS

Chris Fuscaldo

COORDENADOR DA NITERÓI LIVROS

Jordão Pablo de Pão

COORDENAÇÃO GERAL DO PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA

Axel Schmidt Graef

COMITÊ GESTOR (2018-2023)

Rodrigo Neves

Maria das Graças Silva Raphael

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

Nadine Monteiro Borges

Vicente Augusto Temperini Marins

Anderson Rodrigues Pipico

Bira Marques

José Antonio Fortuna Nogueira Barroco

Rúbia Cristina Costa Bomfim Secundino

COORDENAÇÃO GERAL EXECUTIVA

Maria das Graças Silva Raphael

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

Assessoria Executiva

Hernande Flores

José Leandro Rangel de Carvalho

José Henrique Antunes

COORDENAÇÃO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Karina de Paula

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Patrícia Assed Pereira

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Alessandro de Oliveira Lemos

Marcela de Souza Cabral da Silva

GERENTE DE PROJETOS E PROGRAMAS

Ana Carolina Vitória de Medeiros Silva

Banco de Oportunidades

Luísa Vianna Assumpção

Rede Acolher - Escritório Social

Carlos Mário da Silva Neto

Escola da Família

Maria José Soares Pereira

Escola da Paz

Ronald dos Santos Quintanilha

Espaço Nova Geração

Bárbara da Silva Siqueira

Poupança Escola

Ana Maria Machado Vieira

Território da Juventude

Danielle Murtha

Rede Mais Proteção

Miriam Ribeiro

Premiação por apreensão de arma de fogo

Ezequiel Oliveira de Mendonça

Cercamento Eletrônico

Nilson Luiz Cardoso Cunha

Observatório de Segurança Pública

Luciano dos Santos Avelar

Entrega Voluntária de armas

Ezequiel Oliveira de Mendonça

Reforço no Policiamento

Maurício Santos de Moraes

Disque Denúncia

Francisco Lima Torres

Niterói Jovem EcoSocial

Octávio Ribeiro Santos

Ação Territorial Integrada

Guilherme Pessanha Ribeiro

Intervenções Urbanísticas

Vicente Augusto Temperini Marins

Rede Mediar

Joana Tânia Pereira Dos Anjos Raphael

Fortalecimento da Guarda Municipal

Paulo Roberto Britto Júnior

ComVivências para a Cultura da Paz

Marcela de Souza Cabral da Silva

Equipe Pacto Niterói Contra a Violência

Adriana de Oliveira

Eliane Rodrigues da Costa

Flávia Chagas Marques

Gustavo dos Santos Vieira

Renata Lúcia Ribeiro

Victor Pacheco da Silva

Thiago Almeida Santos de Sena

FICHA TÉCNICA DO LIVRO

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Maria Machado Vieira

Karina de Paula

Maria das Graças Silva Raphael

Paulo Henrique Azevedo de Moraes

COMISSÃO CIENTÍFICA

André Luis Azevedo Guedes - Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM

Elizabete Ribeiro Albernaz - Witwatersrand University (WITS), em Joanesburgo / África do Sul

Flávia Monteiro de Barros Araújo - Faculdade de Educação - UFF

Lenin ados Santos Pires - Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos - UFF

Luciane Patrício Barbosa Martins - Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos - UFF

Márcia Maria de Jesus Pessanha - Faculdade de Educação - UFF

Mônica de Castro Maia Senna - Escola de Serviço Social - UFF

Paula Land Curi - Instituto de Psicologia - UFF

Paulo de Martino Jannuzzi - Escola Nacional de Ciências Estatísticas - IBGE

Coordenação editorial

Karina de Paula

Assessoria editorial

Amanda Jevaux da Silva

Juliana Pereira de Aguiar

José Henrique Antunes

Apoio

Niterói Livros

Fotografia

Acervo PNCV; Acervo dos projetos e programas; Acervo CGCOM/PMN:

Berg Silva, Bruno Eduardo Alves, David Andrade, Douglas Macedo, Letícia Pitta,

Luciana Carneiro, Leo Zulluh, Páprica Fotografia, Rodrigo Smiderli, Thainá Nunes.

As opiniões e análises que integram a presente obra são de responsabilidade dos autores e não refletem, necessariamente, as opiniões da Prefeitura de Niterói ou das organizações parceiras.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Niterói (RJ). Prefeitura

Pacto Niterói contra a violência : cogovernança municipal para a construção das políticas públicas de proteção social, segurança pública e prevenção à violência : volume I / Prefeitura do município de Niterói ; organização Karina de Paula...

[et al.]. -- Niterói, RJ : Fundação de Arte de Niterói | Niterói Livros, 2022.

Outros organizadores: Ana Maria Machado Vieira, Maria das Graças Silva Raphael, Paulo Henrique Azevedo de Moraes.

Bibliografia.

ISBN 978-65-992086-7-6

1. Administração municipal - Niterói (RJ)
2. Ciências políticas 3. Políticas públicas - Niterói (RJ) 4. Proteção social 5. Segurança pública 6. Violência 7. Violência urbana - Niterói (RJ) I. Paula, Karina de. II. Título.

22-134800

CDD-320.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticas públicas : Ciência política 320.6

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Sumário

Prefácio	11
Apresentação	15
Introdução	17
Os Eixos Estruturantes do Pacto Niterói Contra a Violência	21
Capítulo 1 - A construção Coletiva do Pacto Niterói Contra a Violência	25
Capítulo 2 - As ações locais para o desenvolvimento de políticas públicas de segurança: a experiência de Niterói-RJ	41
Capítulo 3 - A contribuição do Observatório de Segurança Pública de Niterói no processo de implementação dos programas e projetos do Pacto Niterói Contra a Violência	57
Capítulo 4 - O Centro Integrado de Segurança Pública e o desenvolvimento de tecnologias de segurança.....	75
Capítulo 5 - Para além das políticas de confronto: O papel do Eixo Prevenção na estrutura do Pacto Niterói Contra a Violência.....	87
Capítulo 6 - Eixo Ação Territorial Integrada.....	111
Capítulo 7 - Convivência e Engajamento dos Cidadãos: um eixo estruturante do Pacto Niterói Contra a Violência na promoção da paz	121
Capítulo 8 - Comunicação Social – Transparência e informação de qualidade	133
Capítulo 9 - A participação da sociedade na construção do Pacto Niterói Contra a Violência — Entrevistas	145
Sobre os Autores	181
Agradecimentos	185
Apêndice.....	186

Prefácio

A cultura da paz, a valorização da vida, a redução das desigualdades e a participação conjunta do poder público e da sociedade civil são premissas em Niterói. Nesta publicação, temos o prazer de apresentar todo o processo de construção e implementação do Pacto Niterói Contra a Violência, uma política pública de segurança e de prevenção à criminalidade e à violência que vai muito além do trabalho policial e do enfrentamento. Os investimentos em ações reativas no estado do Rio de Janeiro, nos últimos anos, não se mostraram suficientes para reduzir o nível da criminalidade. Era preciso pensar na Segurança Pública além das forças policiais agindo de forma isolada.

O Pacto nasceu como uma resposta concreta de políticas públicas, elaborado de forma democrática e participativa, abrindo um canal direto de escuta com a sociedade. É uma iniciativa que enxerga a violência como um fenômeno complexo e multifatorial, com dimensões históricas, sociais, políticas, econômicas, culturais, institucionais, identitárias e subjetivas.

À medida que as cidades crescem, é um desafio cada vez maior superar as desigualdades, sobretudo após uma pandemia que aprofundou ainda mais o fosso social.

Para além da segurança, o Pacto Niterói Contra a Violência trabalha pela inclusão, com uma abordagem abrangente e um olhar bem amplo para a raiz do problema. Aqui em Niterói, o enfrentamento à criminalidade ganhou dimensões sociais, englobando um modelo integrativo de gestão que aproxima o poder público dos territórios, principalmente das comunidades e áreas conflagradas, através da melhoria de serviços como segurança, educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, cultura, infraestrutura e desenvolvimento

O Pacto nasceu
como uma resposta
concreta de
políticas públicas,
elaborado de forma
democrática e
participativa, abrindo
um canal direto
de escuta com a
sociedade

econômico. Partimos do princípio que, para além de todos os programas implementados na área da segurança, era necessário estimular o protagonismo das pessoas envolvidas, e não apenas tratá-las como objetos das políticas públicas.

O programa, lançado em agosto de 2018, é tratado de forma transversal e foi desenvolvido em quatro eixos: Convivência e Engajamento dos Cidadãos, Policiamento e Justiça, Prevenção e Ação Territorial Integrada. Cada um deles integra projetos estratégicos multidimensionais. Essa transversalidade impulsiona e fortalece as ações de redução da violência e promoção da cultura da paz sob diferentes óticas.

Apesar de ser uma atribuição constitucional da União e

**Nossa cidade
passou a investir
em tecnologia para
aprimorar o trabalho
de inteligência,
através da criação do
Centro Integrado de
Segurança Pública
e do Sistema de
Cercamento
Eletrônico, mas
também em ações
preventivas**

dos estados, Niterói assumiu seu papel de protagonismo na Segurança Pública. Um trabalho que começou ainda em 2013, através do Plano Estratégico Niterói Que Queremos, com ações a curto, médio e longo prazo. Nossa cidade passou a investir em tecnologia para aprimorar o trabalho de inteligência, através da criação do Centro Integrado de Segurança Pública e do Sistema de Cercamento Eletrônico, mas também em ações preventivas. São programas como o Jovem EcoSocial, que leva alternativas e um conceito de sustentabilidade para jovens de comunidades mais conflitantes; os programas educacionais, como o Poupança Escola, para evitarmos que a evasão escolar agrave o problema de violência; da capacitação, como o Espaço

Nova Geração, com cursos e atividades extracurriculares, além de outras iniciativas que compõem o programa.

Nas próximas páginas, os leitores verão, através de toda essa complexidade que envolve o tema, como Niterói vem alcançando resultados concretos, que transformam nossa cidade em uma referência de boas práticas. O Pacto Niterói Contra a Violência representa um compromisso, não de uma gestão, mas de uma cidade, na redução sustentável e perma-

nente da criminalidade. É uma ação ampla e, ao mesmo tempo, focada na raiz da violência, atuando de forma assertiva na redução da vulnerabilidade, na prevenção ao agravamento do risco à violência no ambiente familiar, na redução da violência contra grupos mais vulneráveis, no combate à evasão escolar, no fomento à cultura e ao esporte, e na promoção das redes de apoio para o fortalecimento do vínculo familiar e comunitário.

Niterói, através do Pacto, é um exemplo de como as cidades devem assumir um novo papel de protagonismo na prevenção à violência, convocando todas as forças sociais e institucionais para a construção de estratégias integradas, em todas as áreas de atuação e com especial enfoque na prevenção, promovendo a reconstrução do tecido social e da cultura de paz.

Boa leitura!

Axel Grael
PREFEITO DE NITERÓI

Apresentação

Em 2022, o Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) completou quatro anos de existência. Mergulhar sobre a história de sua criação e concepção nos possibilita conhecer a jornada de sua implementação e os desafios para promover a segurança pública a partir da gestão municipal.

Buscamos, com essa publicação, contribuir de variadas formas para a reflexão e a análise sobre os desafios e as potencialidades do fazer a cogovernança em âmbito municipal para a construção de políticas públicas de proteção social, segurança pública e prevenção à violência com o objetivo de consolidar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sobretudo o ODS 16, e a cultura da paz no estado do Rio de Janeiro, especialmente no município de Niterói-RJ.

Os textos dos dois volumes que compõem esta coletânea apresentam e analisam dados que correspondem ao início do programa até o ano de 2021, quando foram escritos. Para que fossem produzidos, contribuíram muitas mãos, de diferentes áreas de atuação: gestores, servidores públicos, pesquisadores, membros de instituições de ensino e pesquisa, organizações da sociedade civil, fotógrafos, professores e profissionais da educação, cientistas sociais, jornalistas, enfim, um conjunto de atores que vem trabalhando junto para a constituição e consolidação do Pacto Niterói Contra a Violência ao longo dos anos e para a operacionalização das metas estratégicas para o desenvolvimento local, expressas pelo plano Niterói Que Queremos (NQQ) e pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, segundo a qual as pessoas devem viver em sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência.

Assim, buscamos resgatar a memória institucional da gênese do Pacto Niterói Contra a Violência apresentando os percursos dessa jornada, a partir da sistematização de dados estatísticos, matérias jornalísticas, memórias e opiniões recolhidas a partir de entrevistas, relatos dos atores, de do-

cumentos institucionais, entre outros materiais que estruturaram os textos desenvolvidos pelos autores, provocados inicialmente por uma única questão: que política de segurança pública temos e qual política queremos para nossa cidade, estado e país?

Esse primeiro volume nos faz refletir e debater sobre como a fraternidade política e a articulação em âmbito municipal convergem para a construção de iniciativas de intervenção direta ao que pode ser denominado como “problemas de segurança pública e violência urbana”, visando sua redução a partir da construção de uma agenda local de promoção de justiça social e de respeito aos direitos humanos (incluindo o direito ao desenvolvimento). Os relatos, entrevistas e artigos partem do resgate da memória desse processo, que articula participação social, evidências científicas e desenvolvimento de tecnologias para a implementação de políticas públicas intersetoriais e transversais inovadoras para a gestão pública, que tem transformado Niterói na melhor cidade para se viver e ser feliz.

Esperamos que com essa iniciativa possamos esperar coletivamente para a consolidação de políticas municipais de segurança pública e prevenção à violência ancoradas na redução das desigualdades, no desenvolvimento urbano e humano com sustentabilidade e na cultura da paz.

Comissão Organizadora

Introdução

Há dez anos, quando os niteroienses decidiram iniciar um novo ciclo geracional, político e administrativo na cidade, enfrentávamos uma grave crise fiscal de gestão e de autoestima decorrentes da tragédia do Bumba – que afetou dramaticamente a administração municipal.

Havia um contraste gigantesco entre a perspectiva do Rio, com os investimentos da COP da Olimpíada, e a de Niterói, com dívidas e ausência de um projeto de médio e longo prazos. Na segurança pública os indicadores e a sensação da população também eram de realidades completamente distintas. As UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), com sua correta proposta de polícia de proximidade e de enfrentamento do domínio do fuzil pelas organizações criminosas em favelas, estavam no auge da popularidade na capital, enquanto Niterói e a Região Metropolitana sofriam com a ausência de uma estratégia de segurança pública para esse território conturbado, o mais metropolizado e complexo do país.

A expansão do crime organizado atingia fortemente todas as cidades metropolitanas do Rio. O descontrole, a crise administrativa da cidade e a redução sistemática de equipamentos e efetivos da segurança pública da PM, que hoje tem um dos menores efetivos da história do 12º Batalhão da Polícia Militar, e do próprio Exército em Niterói, que indiretamente contribuía com a circulação de seus efetivos com a transferência do 4º GCAM e do 3º BI para o Norte do país, transformaram uma cidade relativamente tranquila em um dos lugares mais violentos do Estado. O sentimento da população era de verdadeiro pavor, com assaltos de fuzil ocorrendo em plena luz do dia em regiões de praia e os piores indicadores de segurança pública, como roubo de veículos e de cargas.

Diante desse cenário, contrariando a opinião de praticamente todos os meus conselheiros, que enxergavam na segurança pública um problema estadual e de desgaste político permanente, decidimos colocar o tema como prioridade

Havia um contraste gigantesco entre a perspectiva do Rio, com os investimentos da COP da Olimpíada, e a de Niterói, com dívidas e ausência de um projeto de médio e longo prazos

central de nosso governo. Entendia que apesar da atribuição constitucional do estado, o cidadão não é estadual, federal ou municipal e, dessa forma, todos os esforços deveriam ser feitos para garantir tranquilidade e qualidade de vida para as pessoas e para a cidade.

Em meu primeiro mandato investimos pesado na estruturação da Guarda Municipal, na implantação de companhias destacadas da PM, na melhoria das delegacias e na implantação da DH Niterói/São Gonçalo, na construção do CISP (Centro Integrado de Segurança Pública) e na reabertura das cabines da PM que estavam abandonadas nos bairros. Fizemos sistematicamente a cobrança ao estado de um planejamento de Segurança Pública para a Região Metropolitana e para Niterói. Mesmo com todos esses importantes investimentos, os indicadores e a sensação de segurança da população não melhoraram substancialmente, apesar de termos conseguido estancar o agravamento ainda maior da situação.

Em 2017, Niterói foi a única cidade da Região Metropolitana que reelegeu a Administração Municipal. O estado – sem o acordo de recuperação fiscal – deixou de pagar o salário dos servidores, inclusive da segurança pública. A crise estadual se agravou ensejando uma intervenção federal da segurança pública, em 2017.

Iniciamos o segundo mandato diante desse enorme desafio e convictos de que não poderíamos contar com a gestão estadual em crise. Por isso, realizamos o primeiro plebiscito do país sobre o armamento da Guarda Municipal e, contrariando as nossas próprias projeções, a imensa maioria da população, cerca de 70%, optou pelo não armamento com armas de fogo da força municipal. Ao invés de fragilizar a autoridade do prefeito, a consulta direta à população e o acatamento da decisão do plebiscito reforçaram a confiança dos cidadãos, a coesão da cidade e a democratização do debate sobre a segurança pública, mobilizando milhares de pessoas nos bairros e comunidades.

Naquele momento, decidimos avançar mais, partir para o enfrentamento total ao problema e ir além dos investimentos nos equipamentos da polícia ou da Guarda Municipal.

A cooperação com a organização não governamental Comunitas, que já havia apoiado a elaboração de planos municipais de prevenção à violência, e o compromisso em realizar um maior investimento de uma cidade em segurança pública no país foram decisivos naquele momento. Uma detalhada pesquisa domiciliar sobre a violência foi realizada na cidade, assim como dezenas de encontros com a sociedade civil, igrejas, polícias e guarda municipal. Um planejamento com base em evidências e com metodologia de gestão orientada para resultados também foi desenvolvido. Dessa forma, começou a ser estruturado o plano Pacto Niterói Contra a Violência, o primeiro plano de segurança pública da história de Niterói.

A implantação de projetos e programas de prevenção, como a municipalização e reabertura dos CIEPs, a criação de frentes de oportunidades, cultura e profissionalização da juventude em favelas e comunidades, a criação do Poupança Escola, o desenvolvimento socioemocional nas escolas e a Escola da Família nas unidades de saúde, bem como a organização de uma ampla rede de mediação de conflitos, dentre outros, assim como o engajamento e o compromisso efetivo dos comandantes e operadores da segurança pública com conceito de uma polícia proativa e não meramente reativa foram algumas das inovações do Pacto Niterói Contra a Violência. A criação do Niterói Presente em parceria com a PM, em 2017, totalmente custeado pela Prefeitura, também foi um legado importante, infelizmente, hoje, ameaçado pelo rompimento unilateral do convênio do programa pelo atual governador.

A redução impressionante de mais de 80% dos indicadores de criminalidade em Niterói, a partir de 2017, confirmam o êxito do Pacto Niterói Contra a Violência. A sensação de segurança dos niteroienses melhorou muito, refletindo-se nos indicadores, desde a redução do roubo de veículos e de pedestres até da letalidade violenta. É preciso perseverar nas ações previstas no Pacto Niterói Contra a Violência e assegurar que não haja retrocessos nessas conquistas que são sentidas no

dia a dia da cidade e na apropriação do espaço público por todos os cidadãos. Os resultados do Pacto demonstram ser possível colocar em prática um novo modelo de segurança pública com base nas melhores experiências internacionais do setor, capaz de enfrentar um dos maiores desafios do Brasil e do Rio: a violência urbana.

Parabéns aos profissionais da segurança pública e das demais áreas que atuaram e atuam na concepção e implementação das ações do plano Pacto Niterói Contra a Violência, sem os quais os relatos e resultados apresentados nesse livro não teriam sido possíveis.

Rodrigo Neves Barreto

Cientista social

Prefeito de Niterói entre 2013 e 2020

Atual Secretário Executivo da Prefeitura de Niterói.

Os Eixos Estruturantes do Pacto Niterói Contra a Violência

O Pacto Niterói Contra a Violência foi estruturado em quatro eixos que se articulam e se complementam no enfrentamento e prevenção à violência e na promoção da cultura da paz. São eles:

O **Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos** constitui-se de ações integradas para redução de comportamentos contrários ao bem viver, difusão da cultura da paz, incentivo a comportamentos que previnam a violência e o crime, e estímulo da ocupação dos espaços públicos pela cidadania.

O **Eixo Policiamento e Justiça** constitui-se de ações integradas permanentes de policiamento e justiça entre as forças de segurança federais, estaduais e municipais, o Poder Judiciário e o Ministério Público.

O **Eixo Ação Territorial Integrada** constitui-se de ações de urbanismo, serviços sociais e prevenção secundária para jovens, com foco em territórios vulneráveis.

O **Eixo Prevenção** constitui-se de ações intersetoriais integradas dirigidas à intensificação dos fatores de proteção e à redução dos fatores de risco à violência que atingem crianças, adolescentes, jovens e famílias residentes em Niterói, em especial aquelas em situação de vulnerabilidade social.

Cada Eixo possui diversos projetos por meio dos quais as ações e objetivos são desenvolvidos e colocados em prática:

1) O Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos é constituído de dois projetos:

Rede Mediar: implementação da mediação de conflitos como política pública que visa reduzir os registros de ame-



aça e lesão corporal dolosa, através da criação da Câmara Pública de Mediação de Conflitos, de Núcleos de Mediação Comunitária para o atendimento à população e de atividades de mediação de conflitos.

Fortalecimento da Guarda Civil Municipal: promover a qualificação das ações da Guarda Civil Municipal e a ampliação da sua capacidade de atuação no campo da ordem pública e a promoção da convivência harmônica na cidade. Encontra-se centrado na implementação do Plano Decenal de Fortalecimento da Guarda Civil Municipal 2020-2030.

2) O Eixo Policiamento e Justiça possui os seguintes projetos:

Observatório de Segurança Pública (OSPNit): vinculado ao Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), tem por objetivo realizar a coleta e sistematização dos dados sobre violência e ocorrências criminais no município, a partir de fontes públicas e sociais, fornecendo padrões visuais e informações para a tomada de decisão, planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas de segurança pública e prevenção à violência no âmbito municipal.

Disque Denúncia: programa por meio do qual os cidadãos e cidadãs fazem denúncias anônimas através de telefone ou aplicativo para smartphone (Whatsapp) sobre situações de violência, crimes e outras demandas sociais, participando ativamente no combate à violência e práticas ilegais.

Cercamento Eletrônico: sistema de inteligência artificial que utiliza câmeras OCR nas vias públicas da cidade, permitindo uma ação mais efetiva no monitoramento de veículos. É operado em conjunto com o sistema integrado de monitoramento por câmeras e central 153 do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP).

Reforço de Policiamento: programa que utiliza policiais contratados por intermédio do Programa Estadual de Integração na Segurança (Proeis) visando à ampliação da quantidade de agentes em circulação no território e a melhoria dos equipamentos utilizados por estes (como viaturas) objetivando a redução de manchas criminais e a melhoria da sensação de segurança.

Reconhecimento Facial: sistema que utiliza inteligência artificial e visa a identificação de pessoas suspeitas. É operado em conjunto com o sistema de videomonitoramento e subsidia a atuação do policiamento nas ruas e as investigações em curso.

Premiação por Apreensão: estabelece uma premiação especial por apreensão de armas de fogo, desde que da atuação não decorra letalidade, a ser paga aos policiais e guardas municipais responsáveis por cada arma apreendida na cidade.

Entrega Voluntária de Armas: programa de incentivo ao desarmamento de municípios, visa a reduzir os índices de homicídios e de lesões ocasionadas por armas de fogo.

3) Os Projetos do Eixo Ação Territorial Integrada são:

Jovem EcoSocial: em parceria com a FIRJAN e SENAI são oferecidas oportunidades de formação, qualificação profissional e trabalho para jovens, de 16 a 24 anos, em situação de vulnerabilidade social, visando o desenvolvimento de habilidades sociais e competências profissionais que elevem o potencial de empregabilidade. Em paralelo, os jovens participantes do projeto desenvolvem atividades de sustentabilidade urbana e preservação ambiental, melhorando a qualidade de vida em seus territórios de moradia e em toda a cidade.

Obras de Infraestrutura: realização de obras de infraestrutura e de implantação de equipamentos públicos nos territórios de maior vulnerabilidade social com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos nesses territórios.

Ação Territorial Integrada: desenvolve ações de participação da população e gestores públicos das propostas, do planejamento e da tomada de decisões nos territórios onde são implantadas as intervenções urbanísticas. De forma integrada, democrática e participativa, elevando-se a prática da cidadania a partir da construção de comitês territoriais.

4) Os Projetos do Eixo Prevenção são:

Escola da Família: tem por objetivo contribuir para a redução e prevenção da violência intrafamiliar, através de grupos educativos com participação de gestantes, pais e cuidadores





residentes em ambientes domésticos ou em situação de rua sobre práticas parentais com afeto e sem violência.

Poupança Escola: tem por objetivo incentivar os estudantes em situação de vulnerabilidade social, integrantes de famílias do Programa Bolsa Família, residentes no município de Niterói, a iniciarem e concluírem (não evadir) o Ensino Fundamental e Médio na rede pública a partir do pagamento de incentivo financeiro e do fomento à participação de atividades extracurriculares contraturno de aula.

Escola da Paz: objetiva fortalecer a prevenção às violências no contexto escolar das escolas públicas municipais de Niterói, por meio do desenvolvimento das habilidades socioemocionais de estudantes e de professoras(es).

Espaço Nova Geração: tem por objetivo a promoção de projetos de vida significativos para crianças, adolescentes e jovens, em situação de vulnerabilidade social, garantindo a sua cidadania. Acontecem no horário do contraturno das escolas, com atividades de reforço escolar, cursos de formação profissional, atividades culturais, esportivas, de lazer e educacionais.

Banco de Oportunidades: visa reforçar a política de empregabilidade e o fomento ao empreendedorismo para a juventude, oferecendo um conjunto de ferramentas online que podem ser utilizadas por jovens residentes em Niterói para o acesso a oportunidades de trabalho.

Escritório Social da Rede Acolher: desenvolvido em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, oferece atendimento psicossocial e jurídico aos egressos do sistema penal e seus familiares, visando a reinserção familiar e social e a redução da reincidência de práticas delituosas.

Territórios da Juventude: por meio de atuação intersetorial integrada e territorializada, busca identificar fatores de risco à violência, desenvolvendo um conjunto de ações de proteção social com foco na adolescência e na juventude a fim de prevenir o agravamento do risco e ampliar a rede de apoio a estes sujeitos.

Rede + Proteção: fomentar intervenções de prevenção ao uso abusivo e prejudicial de drogas, lícitas e ilícitas, em territórios de elevada vulnerabilidade social do município.

1

**A construção coletiva
do Pacto Niterói Contra a
Violência**

AUTORES

Maria das Graças Silva Raphael

Rúbia Secundino

Anderson Pipico

José Antonio Fortuna Nogueira Barroco

Introdução

“Há de se cuidar do broto para que a vida nos dê
flor e fruto”

Milton Nascimento

O Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) é um Plano Municipal de Segurança Pública, de Prevenção à Violência e de Proteção Social e tem na base de sua concepção a formulação de que políticas públicas sociais de prevenção, articuladas com as políticas de policiamento e de justiça, de convivência e engajamento dos cidadãos e de ações integradas nos territórios são capazes de reduzir a violência e de promover a cidadania e a cultura da paz em nossa sociedade. O PNCV é o cuidado essencial da vida e é a síntese dessa política pública.

Nesse sentido, o Pacto (como é denominado no cotidiano da gestão municipal e na sociedade) foi implementado por meio do compromisso entre o governo e a sociedade civil organizada, com escuta e diálogo e com planejamento democrático e participativo, garantindo-se as premissas da intersetorialidade, da integração e da multidimensionalidade dos problemas envolvidos e diagnosticados.

O cenário de violência, que se apresenta em todo o continente da América Latina, tem se tornado, segundo o ex-secretário nacional de segurança pública Luiz Eduardo Soares (2019, p.195), “um flagelo crescente para a sociedade brasileira, difundindo medo e sofrimento, e produzindo danos na economia, e as vítimas letais são, sobretudo, jovens (de idade entre 15 e 29 anos) pobres e negros, do sexo masculino”.

Outra questão que se coloca nesse cenário refere-se aos diversos tipos de crimes que acontecem nos territórios e que as soluções para o enfrentamento à violência não devem ser iguais para o país inteiro. Portanto, conclui-se que também é da responsabilidade dos municípios a elaboração e implan-

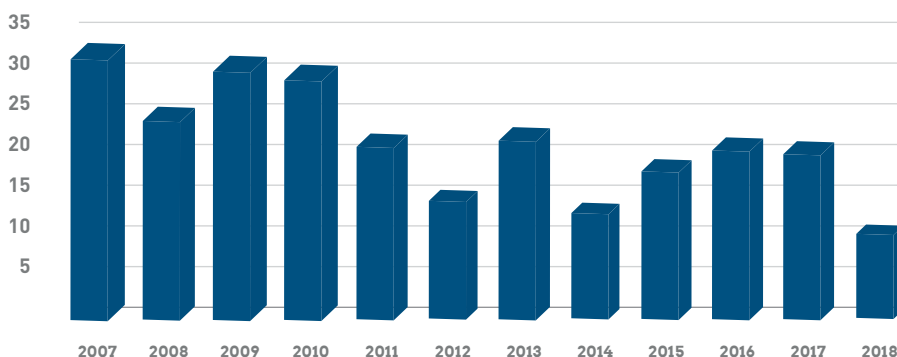
tação de políticas públicas de segurança e de prevenção.

Nesse contexto, o estado do Rio de Janeiro tem vivenciado a realidade de extrema violência. Após elevados índices de homicídios no final dos anos 1980 e início de 1990, apresentou uma primeira fase de queda dos índices, entre 1995 e 1998. Quando parecia que o Estado iria vencer a violência, os índices voltaram a se elevar.¹

Niterói, município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, também sofre as consequências desse fenômeno. Em 2012, a situação de violência voltou a se agravar na cidade, atingindo, nos casos dos crimes patrimoniais, os níveis mais altos da então recente história da cidade.²

TAXAS DE HOMICÍDIOS DOLOSOS

TAXA POR 100 MIL HABITANTES



Série histórica 2007-2018 da taxa de homicídios dolosos cometidos em Niterói.

Fonte: OSPNIt, com dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP-RJ)

Em razão do agravamento da situação de violência no Estado, no período que antecede ao PNCV, a partir de 2013, a Prefeitura de Niterói assumiu atribuições de segurança, originariamente dos governos estadual e federal, e adotou uma série de medidas nessa área. A seguir, os principais pontos a serem destacados:

- Em 2013, foi definida a ampliação do convênio do Programa Estadual de Integração na Segurança (Proeis), que

1 NITERÓI-RJ, Prefeitura de. OSPNIt, 2018. RJ; ISP, 2018.

2 COMUNITAS, Instituto. *Diagnóstico Inicial*, 2018. RJ; Disponível em: <<http://pactocontraviolencia.niteroi.rj.gov.br/o-pacto/acervo/>>

permite policiais militares trabalharem voluntariamente no horário de folga, mediante gratificação custeada pela Prefeitura Municipal de Niterói, por meio de Convênio firmado com o governo do Estado do Rio de Janeiro.

- Em 2014, foi implantada a primeira Delegacia de Homicídios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí (DHNSG), após a Prefeitura Municipal de Niterói reformar um imóvel abandonado no Centro do município. Com 170 agentes e 10 delegados a mais, foi possível intensificar as investigações de homicídios e roubos seguidos de morte, na região, e desafogar as investigações nas unidades distritais da cidade.
- Em 2014, o Centro (Morro do Estado), Badu e Fonseca passaram a contar com companhias destacadas da Polícia Militar (PM) custeadas pela Prefeitura Municipal de Niterói.
- Em 2014, foi publicada a Lei nº 3077/2014, que instituiu plano de carreira, cargos e remuneração dos servidores da Guarda Civil Municipal (GCM) de Niterói.
- Em junho de 2015, foi publicada a Lei nº 3145 para a criação do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP), em Piratininga, prevendo integração sistêmica entre a GCM e a PM. Desde então, Niterói é monitorada 24 horas por meio de câmeras instaladas em pontos estratégicos, que identificam irregularidades com mais rapidez. É no CISP que funciona a Central de Emergência 153, que recebe ligações sobre acidentes, assaltos, incêndios, resgates de animais, dentre outros.
- Em 2016, foi inaugurada a Cidade de Ordem Pública, no Barreto, no terreno abandonado que abrigava o 4º Grupo de Companhias de Administração Militar.
- Em fevereiro de 2017, foi publicada a Lei nº 3265 para pagamento de ajuda de custo para os integrantes das forças de segurança pública do Estado do RJ que exerçam função no município de Niterói.
- Em setembro de 2017, entrou em vigor a Lei nº 3316 sobre pagamento excepcional de premiação de desempenho aos integrantes das forças de segurança pública em razão de cumprimento de meta de redução do índice de criminalidade com letalidade violenta no município de Niterói.

- Em 2017, foi implantado o ciclo de patrulhamento da GCM para atendimento de ocorrências e abordagens realizadas pelas duplas de guardas.
- Em 2017, diante de problemas com a manutenção dos veículos da Polícia Militar que estavam prejudicando o policiamento ostensivo em Niterói, foi assinado um convênio com o governo do Estado para custear o serviço de mecânica, substituição de peças, borracharia e guincho.
- Em 2017, foi realizado plebiscito sobre armamento letal da GCM. Cerca de 18 mil pessoas foram às urnas, de forma facultativa, e 70% decidiram pelo não armamento da Guarda Municipal. O “não” recebeu 13.478 votos, contra 5.478 votos para o “sim”.

Dessa forma, a Prefeitura de Niterói foi constituindo uma política de segurança pública de enfrentamento à violência e estabelecendo uma base para a implantação de uma política de prevenção à violência e da promoção da cultura da paz na cidade.³

O país, no entanto, apesar do agravamento da violência, continua mantendo seu modelo de segurança pública, segundo o professor e pesquisador Luís Flávio Saporì (2007, p.107), como gerenciamento de crises. Essa concepção convencional resume os esforços do poder público a uma atuação reativa das polícias e ainda pelo gerenciamento de crises provocadas pela repercussão na opinião pública. Nesse modelo, o conhecimento científico é raramente usado, tornando difícil o planejamento para a tomada de decisões, inclusive sobre de que forma aplicar os escassos recursos humanos, materiais e financeiros.

Entretanto, há uma nova concepção de segurança pública, baseada em evidências, segundo a qual o problema da violência envolve políticas públicas multidisciplinares, integradas, proativas e de proteção social. Como exemplo, temos os casos de Nova York, nos EUA, e de Bogotá, capital da Colômbia, onde os bons resultados alcançados na provisão efetiva da ordem pública podem ser explicados pela combinação de estratégias preventivas e repressivas. Essa nova concepção de segurança pública impulsionou a mudança de atribuições dos municípios nesse campo.

3 NITERÓI, RJ, Prefeitura de. Disponível em: *Pacto Contra a Violência* | Prefeitura Municipal de Niterói (niteroi.rj.gov.br).

O caso Bogotá é ilustrativo dessa redefinição do papel do município na gestão da Polícia e da Promotoria e na institucionalização da gestão da segurança pública em um novo desenho implantado na cidade, destacando-se as iniciativas de mudança cultural pelo respeito à vida e pela autorregulação de condutas cidadãs, e ainda pelas intervenções urbanísticas em espaços deteriorados. (*Ibidem*).

O PNCV apresenta a inovação da política pública brasileira com programas que atendem a cidadãos e cidadãs desde a gestação, contemplando a primeira infância e todas as fases da vida, em especial a da juventude.

Uma cidade organizada, segura e inclusiva, e uma sociedade pacífica, justa e solidária: a Niterói Que Queremos

Para a construção de uma cidade organizada, segura e inclusiva e de uma sociedade pacífica, justa e solidária, chegamos ao planejamento estratégico e participativo realizado em Niterói, em 2013, denominado Niterói Que Queremos 2013-2033⁴, e a duas áreas de atuação: Niterói Organizada e Segura (na qual constam os seguintes focos: organização e integração sob a ótica da mobilidade, equivalência urbana a partir das condições de habitabilidade, resiliência frente aos desastres naturais e segurança) e Niterói Inclusiva (na qual o principal foco é a garantia de serviços públicos à população em risco social).

Nesse planejamento estratégico foi considerado também o necessário cumprimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil (IBGE, 2021), sobretudo a de número 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes. A ODS 16 visa a promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à Justiça e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas, em todos os níveis.

Nesse sentido, para alcançar as metas da ODS 16, a sociedade de Niterói e seus gestores também se comprometeram a desenvolver políticas públicas com o objetivo de:

4 NITERÓI, Prefeitura de. *Plano Estratégico Niterói Que Queremos 2013-2033*, 2013. Disponível em: <<https://transparencia.niteroi.rj.gov.br/>>.

Reduzir todas as formas de violência, acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças; promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos; até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado; reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas; desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis; garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis; proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis (IBGE, 2021).

A Prefeitura de Niterói estabeleceu, portanto, nas políticas públicas implantadas uma fundamental base conceitual sobre a defesa e proteção da vida, de garantia da dignidade humana, dos direitos humanos, da democracia, do cuidado e da promoção de cultura da paz, sob a luz da Constituição Brasileira de 1988, que, em seu artigo 144, define a segurança pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, devendo ser exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

*Caminhada
Luminosa
pela Paz*



O início da construção do Pacto Niterói Contra a Violência

Em 2017, de acordo com o planejamento estratégico Niterói Que Queremos (NQQ) e do compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, foi selado, em uma ação da municipalidade com a sociedade civil organizada, o Pacto Niterói Pela Paz, o qual foi rebatizado, em seu lançamento, em agosto de 2018, como Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV). Por meio da parceria com a Comunitas – organização da sociedade civil (OSC) que fomenta parcerias entre a iniciativa privada e o setor público a fim de aprimorar a gestão pública – viabilizou-se as consultorias do Instituto Cidade Segura e do Instituto Argumento, ambas organizações da sociedade civil especializadas na área de segurança pública, que fizeram um diagnóstico sobre a violência em nosso município. O Instituto Cidade Segura fez uma pesquisa de vitimização⁵ no município, a qual confirmou os dados da Secretaria Municipal de Saúde de Niterói e do Instituto de Segurança Pública RJ (ISP-RJ), sobre a violência local. A OSC orientou a elaboração de projetos municipais abrangentes, que adotaram medidas repressivas e preventivas simultaneamente, o que, segundo o autor Luís Flávio Saporì (2007, p.87), constitui uma raridade no campo de políticas públicas de segurança.

Há que se ressaltar, segundo Saporì (*Ibidem*, p.89), a importância dos estudos baseados em evidências científicas e seus resultados, como a análise dos casos de Nova York e Bogotá, onde os resultados exitosos podem ser explicados pela combinação de estratégias preventivas e repressivas. Sobre a experiência de Bogotá, os autores Lorente e Rivas (2005, p.26 *apud* SAPORI, 2007) destacam que “houve uma combinação adequada de estratégias” e ainda que “foi fundamental que se tenha desenvolvido um discurso sobre a proteção à vida capaz de conclamar à cidadania e que, sem isso, talvez não teria sido possível adotar medidas de controle e sanção de tal magnitude” (SAPORI, 2007, p.89).

5 NITERÓI, Prefeitura de. *Pesquisa de Vitimização na cidade de Niterói-RJ*. 2018. Site do Pacto Niterói Contra a Violência da Prefeitura de Niterói. Disponível em: <https://www.niteroi.rj.gov.br>.

A implantação do Pacto Niterói Contra a Violência: a mobilização da Sociedade Civil e da Câmara de Vereadores

No fim de 2017, a Prefeitura de Niterói realizou um plebiscito sobre o armamento da Guarda Civil Municipal, cujo resultado rejeitou o uso de armas letais pelos agentes. Esse fato tornou-se o marco zero para a prefeitura convocar a sociedade civil e os órgãos públicos e lançar as bases, em março de 2018, no Auditório da Prefeitura, do Pacto Niterói pela Paz – posteriormente denominado Pacto Niterói Contra a Violência.

O compromisso era o de elaborar uma política pública intersetorial (na qual ocorra um diálogo permanente, intercâmbio de conhecimentos e boas práticas e de ajuda mútua de todos os setores da prefeitura e da sociedade); multidimensional (que faça o enfrentamento às diversas formas de violências, sejam física, psicológica, moral, econômica, gênero ou social); e integrada (ações da prefeitura que se complementam no atendimento à população).

Algumas premissas sobre o setor foram exaustivamente discutidas, sendo que as mais importantes eram priorizar a vida, a dignidade humana e os direitos humanos (SOARES, 2019, p.98). Além de ter um caráter intersetorial na sua concepção e ser integrada na sua implantação, não se restringindo a ações de policiamento (*Ibidem*, p.96). De acordo com o autor Celso Vasconcelos, a adesão “nasce na própria participação de cada membro” (2002, p.93), e assim, considerou-se a mediação e a participação coletiva no processo de planejamento em todas as instâncias: sensibilização, discussão, decisão, implementação, avaliação e resultados do trabalho e proposta metodológica. Nesse processo de construção coletiva contou-se com a participação da Câmara de Vereadores, de universidades, de líderes comunitários, religiosos e de representações do terceiro setor. O que foi um marco fundamental na elaboração do Pacto⁶.

Durante os meses de março a maio de 2018, foram reali-

6 NITERÓI_RJ, Prefeitura de. *Relatório da Participação da Sociedade Civil na elaboração do Pacto Niterói Contra a Violência*. Coordenação Geral Executiva do Pacto Niterói Contra a Violência, 2018.

zadas reuniões com parlamentares da Câmara de Vereadores e com representantes dos diversos setores da sociedade civil, com apresentação do diagnóstico da violência na cidade. Após três meses de escuta e de diálogo, foram recebidas 105 propostas, elaboradas em dezenas de reuniões específicas, realizadas ao longo do primeiro semestre de 2018.

A mobilização da sociedade civil em prol da cultura da paz foi um ponto alto. Vários eventos ecumênicos, promovidos em conjunto com a Arquidiocese de Niterói e com o Pacto Niterói pela Paz, atraíram gestores públicos, representantes da sociedade civil organizada e de diversas religiões em duas Caminhadas Luminosas da Paz, em 2018 e 2019. Houve solenidades no Museu de Arte Contemporânea (MAC) de Niterói e apresentações de grupos artísticos.⁷

A governança do PNCV e a elaboração dos projetos sociais de prevenção

Em agosto de 2018, numa solenidade no Theatro Municipal João Caetano, o então prefeito Rodrigo Neves lançou oficialmente o inovador Pacto Niterói Contra a Violência: um conjunto de 18 programas a serem desenvolvidos e implementados no combate e no enfrentamento à violência no município.



*Lançamento
do Pacto
Niterói Contra
a Violência
no Theatro
Municipal João
Caetano — 2018*

O prefeito, como coordenador do PNCV, elaborou junto com sua equipe, a governança dessa política a partir de princípios

⁷ NITERÓI-RJ, Prefeitura de. Assessoria de Comunicação. 2019.

estabelecidos com a sociedade niteroiense. A governança foi executada com a composição de um Comitê Gestor – assessores que se reportam diretamente ao prefeito e que atuam como coordenadores dos quatro Eixos do Pacto (Policciamento e Justiça; Convivência e Engajamento dos Cidadãos; Prevenção; e Ação Territorial Integrada) – e de servidores, que têm a função de gerentes dos 18 projetos, que serão descritos detalhadamente nos próximos capítulos.

Na sequência, foram também definidos servidores para a Coordenação Geral Executiva do Pacto, para as Coordenações Internas de Monitoramento e Avaliação, de Comunicação e Administrativa, além de uma equipe de assessoria técnica da Secretaria Executiva Municipal aos projetos de Prevenção e de Ação Territorial Integrada.

Foram, então, definidas as secretarias municipais para a gestão orçamentária dos projetos, cujos conteúdos foram apresentados, em dezembro de 2018, ao prefeito e aos conselhos municipais, visando seu aperfeiçoamento e aprovação, como por exemplo, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), o Conselho Municipal de Defesa e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Conselho Municipal de Políticas Públicas para Mulheres (CMPPM). E também, o Conselho Municipal de Saúde (CMS) e o Conselho Municipal de Educação (CME e FUNDEB), referentes às áreas de Assistência Social, de Saúde e de Educação. Ainda em 2018, foram colocados em prática os projetos de policiamento e Justiça, e a partir de 2019, os projetos dos demais eixos temáticos.

A governança garante a promoção da cultura da paz por meio da intersetorialidade e da integração dos programas. Nesse sentido, a Coordenação Geral Executiva do PNCV realiza o planejamento democrático e participativo de suas metas e ações concretizadas por meio de estratégias como: reuniões de escuta e de diálogo com todos os setores da sociedade; reuniões mensais do Comitê Gestor com o prefeito; reuniões mensais de integração dos gerentes dos programas; e reuniões das equipes das Coordenações Internas e da Coordenação Geral Executiva do PNCV. E também palestras, encontros temáticos, debates e entrevistas com a sociedade civil e participações em reuniões dos conselhos temáticos do município (particularmente das áreas de Saúde, de Educação e de Assistência

Social, de Defesa e de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes, de Políticas Públicas para as Mulheres e das Famílias).

A Coordenação Geral Executiva do PNCV participa de atividades endereçadas às comunidades em situação de vulnerabilidade econômica e social, de modo particular; e junto à sociedade, de modo geral. Essa prática fortalece os vínculos da parceria fundamental entre os agentes para a continuidade exitosa das ações do PNCV. As propostas dos programas integrantes do PNCV, com as respectivas justificativas e comprovações técnicas e científicas, são encaminhadas ao Comitê Gestor do Pacto (comitê de caráter consultivo) e à Secretaria Executiva Municipal, quando acontecem os Encontros de Devolutivas do Pacto⁸. Ao longo desse processo, a Coordenação Geral Executiva recebeu 105 propostas para o início da implantação do Pacto em 2018.

Nos encontros e nas reuniões entre os gestores municipais (secretários, coordenadores e gerentes dos programas desenvolvidos no Pacto) e representantes da sociedade, acontece também o espaço formativo, com palestras temáticas e de propostas e encaminhamentos, visando à intersectorialidade e à integração das ações dos diversos órgãos públicos nos territórios. O objetivo é de aproximação e de diálogo com os cidadãos e cidadãs e a entrega de serviços públicos para a melhoria da qualidade de vida da população, em especial dos mais vulneráveis às situações de violência.

A prevenção à violência e a proteção social da vida em Niterói: uma cidade educadora e educanda na promoção da paz

Desde 2019, os programas da terceira fase do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), com ênfase prioritária na prevenção à violência e na proteção da vida, têm sido implantados por meio de um conjunto de ações multidisciplinares e intersetoriais. Essas ações de caráter preventivo operam de forma articulada e integrada e impactam a vida de crianças, adolescentes e jovens. Isso transforma radicalmente o ciclo de violência. Estamos conquistando, assim, um novo momento de política pública promotora e protetora da vida, da dignidade humana, da cidadania e da construção da cultura da paz na nossa cidade. Nessa fase, a partir de

⁸ NITERÓI-RJ, Prefeitura. *Coordenação Geral Executiva do Pacto Niterói Contra a Violência. Documento Síntese das propostas dos Encontros das Devolutivas*, 2021.

2019, foram implementados os programas do Eixo Prevenção⁹, com seis projetos, que visam às políticas públicas de proteção da vida, contemplando todas as fases da vida, desde a gestação. Vamos apresentar de forma resumida essas iniciativas.

O Programa Escola da Família é destinado à família em ambientes domésticos ou de rua, mas prioritariamente às gestantes em situação de vulnerabilidade social, com ênfase na formação educativa acerca de práticas parentais que quebrem o ciclo de violência intrafamiliar.

No Programa Escola da Paz, o objetivo também é promover a educação socioemocional na formação de crianças e adolescentes, na faixa etária de 2 a 14 anos.

No Espaço Nova Geração, há a oferta de atividades socioeducativas, esportivas e culturais para a integração do conhecimento e de preparação para a cidadania, com a oferta de cursos profissionalizantes, que atendam a crianças, adolescentes e jovens, de 6 a 29 anos.

Já o Programa Poupança Escola estimula a continuidade dos estudos e combate a evasão escolar, oferecendo um benefício em forma de crédito em poupança. É endereçado aos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio, residentes no município e oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social, cadastradas nos programas sociais.

Aproximar os jovens do mercado de trabalho é o objetivo do Programa Banco de Oportunidades. Por meio de um aplicativo, eles acessam informações sobre estágios (como o programa federal Jovem Aprendiz) e de emprego (oferta de vagas pelo empresariado local).

A Rede Acolher disponibiliza atendimento psicossocial e jurídico aos egressos do sistema penal e às suas famílias, visando à sua reinserção familiar e social.

9 NITERÓI-RJ, Prefeitura. *Coordenação Geral Executiva do Pacto Niterói Contra a Violência*. 2021

Considerações finais

“Enquanto educadora, a Cidade é também educanda [...] muito de sua tarefa educativa implica a nossa posição política e, obviamente, a maneira como exercemos o poder na Cidade e o sonho ou a utopia de que embebamos a política, a serviço de que e de quem a fazemos. Até aí, a decisão política nossa pode interferir.”

Paulo Freire

Assim, a cidade de Niterói tornou-se uma cidade educanda e educadora, na concepção freireana (FREIRE, 1997, pp.23-24). Uma cidade que cuida do “broto da vida” (como na música “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento e Wagner Tiso). Uma cidade que assumiu o protagonismo de elaboração de política pública de prevenção à violência como um ato educativo para todos os seus cidadãos, por meio da participação popular democrática, princípio consagrado na Constituição Brasileira de 1988. Uma cidade que assumiu o compromisso político com a garantia dos direitos humanos, da cidadania, da inclusão e da proteção social e do cuidado da vida. Uma cidade que caminha, governo e sociedade civil organizada juntos, para a construção da paz.

Referências bibliográficas

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.
- FREIRE. Paulo. *Política e Educação: ensaios*. São Paulo: Cortez, 1997.
- IBGE. *Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, 2021.
- ISP-RJ. Instituto de Segurança Pública RJ e OSPNIt. *Observatório de Segurança Pública de Niterói*, 2021.
- LORENTE E RIVAS, 2005:26 in: SAPORI, Luís Flávio. *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- NITERÓI-RJ, Prefeitura. *Niterói Que Queremos: Plano Estratégico 2013-2033*. 2013. pp.89-93; 229-235.
- _____. *Observatório de Segurança Pública de Niterói-OSPNI*. 2018.

- _____. *Observatório de Segurança Pública de Niterói-OSPNit*. 2021.
- _____. *Coordenação Geral Executiva do Pacto Niterói Contra a Violência-PNCV*. 2018.
- _____. *Coordenação Geral Executiva do Pacto Niterói Contra a Violência-PNCV*. 2019.
- _____. *Coordenação Geral Executiva do Pacto Niterói Contra a Violência-PNCV*. 2020.
- _____. *Site do Pacto Niterói Contra a Violência*. 2021.
- _____. *Coordenação Geral Executiva do Pacto Niterói Contra a Violência. Documento Síntese das propostas dos Encontros Devolutivos PNCV*, 2021.
- SAPORI, Luís Flávio. *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- VASCONCELOS, Celso dos Santos. *Planejamento*. São Paulo: Libertad, 2002.

2

**As ações locais para o
desenvolvimento de políticas
públicas de segurança: a
experiência de Niterói-RJ**

AUTORES

Paulo Henrique de Moraes

Ezequiel Oliveira de Mendonça

Maurício Santos de Moraes

Fátima Elizabeth Scanoni de Oliveira

Rachel Carmoniz de Macena

Introdução

A partir da perspectiva de Segurança Cidadã, que passou a influenciar o Brasil há duas décadas no debate a respeito de Segurança Pública, a violência é compreendida como um fenômeno multicausal, ou seja, envolve várias dimensões. Portanto, a sua intervenção considera não apenas o aspecto do controle como também a prevenção, envolvendo instituições públicas e a própria sociedade civil. Trata-se de política pública integrada em nível local, buscando proteger a plena cidadania (FREIRE, 2009).

O governo de Niterói investiu em um planejamento estratégico voltado para a construção de uma visão compartilhada de futuro e de alinhamento em relação às prioridades oriundas das experiências dos munícipes e do planejamento governamental. Segundo Drucker (1998, p.136), “o Planejamento Estratégico é o processo contínuo de tomar decisões atuais que envolvam riscos, organizar sistematicamente as atividades necessárias à execução destas decisões e medir o resultado destas decisões com as expectativas almejadas”. Com esse horizonte, no início de 2013, o Plano Estratégico 2033 Niterói Que Queremos (NQQ) surgiu da necessidade de se elaborar um Planejamento Estratégico de Desenvolvimento para a cidade, de longo prazo, que restituísse a credibilidade na atuação efetiva das estruturas administrativas municipais (GOMES e REYS, 2015).

O Plano NQQ readequa o desenvolvimento social e econômico, além de demonstrar à população o papel central da prefeitura na condução e nas decisões referentes ao planejamento e à gestão da cidade. Com característica inclusiva e pluralista, a gestão municipal, respaldada em evidências científicas, busca envolver profundamente a sociedade local para pensar em conjunto sobre o que os afligia (e/ou aflige) e o que é esperado para o futuro.

Após consulta à população sobre os problemas e as soluções para a cidade, o Plano NQQ previu a organização das es-

estratégias de desenvolvimento em sete frentes – Organizada e Segura; Saudável; Escolarizada e Inovadora; Próspera e Dinâmica; Vibrante e Atraente; Inclusiva; e Eficiente e Comprometida – que consideram a transversalidade dos desafios enfrentados pelo município. Na avaliação popular sobre os problemas da cidade, as principais respostas foram nas áreas de Segurança, Trânsito e Saúde (GOMES e REYS, 2015).

Com base nos dados acumulados, foram traçadas estratégias, metas e indicadores necessários para se alcançar o objetivo definido e desejado pelos niteroienses. As chamadas Áreas de Resultados reuniram focos orientadores da ação do município, retratando os focos estratégicos, definindo as prioridades que precisam ser trabalhadas para alcançar os resultados desejados. Sendo assim, considerando o levantamento dos anseios e das potencialidades da cidade, foram estabelecidos ao menos três desafios para cada Área de Resultado, totalizando 25 Desafios Prioritários. (MACENA, 2017, p.12).

A partir desse Planejamento Estratégico, a Prefeitura Municipal de Niterói criou carteiras de projetos estruturadores que definiram as ações e as estratégias para equacionar os desafios e permitiram o acompanhamento e as entregas planejadas, além do desenvolvimento de outros instrumentos complementares, como o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), Planos de Metas e, posteriormente, o Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV).

Como membro da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil é signatário da Agenda 2030, um plano de ação global, criado em 2015, para erradicar a pobreza, promover a vida e proteger o planeta. Nossos projetos relacionam-se diretamente com dois dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e suas metas: o 11º, vinculado a Cidades e Comunidades Sustentáveis, e o 16º, que trata de Paz, Justiça e Instituições Eficazes. Já no âmbito do Planejamento Estratégico Municipal NQQ, este capítulo liga-se diretamente com a frente Ordenada e Segura. Construímos esse texto a partir da coleta de relatos, análise documental, assim como de literatura disponível sobre a temática e de legislações pertinentes para tratarmos do policiamento.

Projeto de Desarmamento: a redução de armas de fogo em circulação

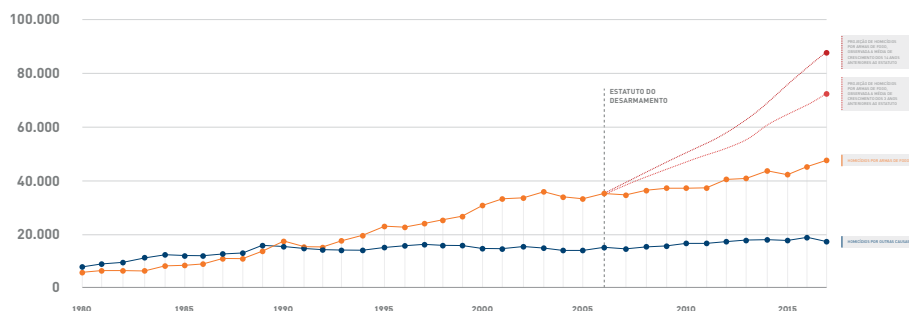
No Brasil, a partir da promulgação da Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, foi instituído, e ainda vigora, o Estatuto do Desarmamento que, nos artigos 31 e 32, trata da possibilidade dada a qualquer cidadão de, voluntariamente, entregar a sua arma de fogo, munição e acessórios a Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Corpo de Bombeiros Militar; Polícia Militar; Polícia Civil; e Guarda Municipal. Em troca, há um valor, que pode variar entre R\$ 150 e R\$ 450, pago pelo governo federal, de acordo com o modelo da arma. A fim de reforçar essa dinâmica, aplicada em território nacional, o município de Niterói também promulgou uma legislação específica. A Lei nº 3.373, de 8 de outubro de 2018, assegura que qualquer cidadão, voluntariamente, realize processo para a entrega do armamento. O projeto, que mantém uma conexão direta com o PNCV em seu objetivo de redução dos índices de criminalidade, apresenta duas vertentes:

- A) A Entrega Voluntária de Armas dá origem ao sistema de gratificação à sociedade civil, ou seja, qualquer cidadão pode realizar essa entrega, a partir do cumprimento dos pré-requisitos instituídos por lei. Assim poderá abrir um processo, junto à prefeitura, para receber o valor correspondente ao modelo do armamento;
- B) O Sistema de Premiação Especial por Apreensão de Arma de Fogo em situação irregular está voltado para os agentes de segurança – policiais civis, policiais militares, agentes prisionais, policiais federais, policiais rodoviários federais, guardas municipais e bombeiros militares – lotados na cidade. Então, considerando a Lei nº 3.374, de 16 de outubro de 2018, o município premiará a apreensão de arma de fogo, desde que atenda a condicionantes como, por exemplo, não haver lesão gravíssima ou seguida de morte nas ocorrências, ou morte em oposição à intervenção policial dos envolvidos, suspeitos ou terceiros sem relação com a ocorrência.

Considerando que o Estatuto do Desarmamento entrou em vigor em 2003, apresentamos abaixo um dado relevante,

publicado pela *Revista Pesquisa FAPESP*, que aponta o impacto dessa legislação no país: a diminuição de mortes causadas por arma de fogo:

MORTES VIOLENTAS NO BRASIL



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) / DIEST / IPEA / FBSP (Retirado do artigo *Desarmando a violência Revista Pesquisa Fapesp 281 - julho 2019*)

Ainda de acordo com a pesquisa, “O Brasil é o país com a maior quantidade de assassinatos no mundo, em números absolutos. Só em 2017, foram 65,6 mil homicídios; 74,4% dessas mortes foram causadas por armas de fogo”, segundo Bruno Paes Manso, cientista político e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP).

Apesar de se tratar de um projeto complexo em sua aplicabilidade e que envolve diferentes atores, o município teve experiências importantes em relação à diminuição dos números de mortes por armas de fogo. Uma delas foi a consulta pública, feita em 2017, que rejeitou a proposta de a Guarda Civil Municipal (GCM) portar armas de fogo. Outra foi a normativa que guiou o projeto da entrega voluntária de armas, em 2018. Essas iniciativas comprovam a disposição do município em fomentar uma cultura de paz.

A criação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) e sua missão

O Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) de Niterói foi instituído em 2013, a partir do Decreto nº 11.342, que dispõe sobre sua vinculação à estrutura do Gabinete do Prefeito. Portanto, trata-se de uma instância estratégica e que reúne todas as forças de segurança da cidade. Com base

em seu dispositivo legal, o GGIM atua, sobretudo, no planejamento das estratégias e prioridades de ação, articulando os programas de prevenção da violência no âmbito municipal, maximizando seus resultados, discutindo conjuntamente os problemas e promovendo o intercâmbio de informações.

O GGIM realiza reuniões periódicas para criar sinergia entre seus órgãos, discutir temas atuais de segurança pública e estratégias de trabalho e, sobretudo, integrar as forças de segurança da cidade. É composto por prefeito, vice-prefeito, secretário-executivo de Gestão Integrada e secretário municipal de Ordem Pública, além de delegados e comandantes do 12º Batalhão de Polícia Militar e do 4º Comando de Policiamento de Área (CPA). Participam, ainda, representantes do Ministério Público, Polícia Federal, Guarda Municipal e gestores municipais correlacionados à área, tais como Assistência Social, Direitos Humanos, Defesa Civil, dentre outros.

*Reunião do
Gabinete
Municipal
de Gestão
Integrada*



Essas reuniões ocorrem em intervalos de três a quatro meses, de acordo com a programação elaborada pelo prefeito, cuja função é presidir esse fórum em termos ordinários. O secretário executivo do GGIM conduz a pauta, elaborada previamente e aprovada pelo prefeito. Assim, os agentes fecham acordos, realizam diagnósticos em conjunto, deliberam encaminhamentos e as demandas finais a serem executadas. Ao surgirem demandas específicas é possível que sejam convocadas reuniões extraordinárias, bem como reuniões setoriais para a tomada de ações conjuntas.

A principal tarefa do GGIM é a integração de seus diver-

sos órgãos, respeitando suas competências, legislações e autonomia, o que torna por vezes a sinergia complexa. O desafio do GGIM é facilitar as conexões dessa rede de profissionais. De acordo com o secretário de Ordem Pública do município, Paulo Henrique de Moraes, “o GGIM representa o avanço experimentado em Niterói, que está ligado diretamente a essa rede”. Ou seja, o GGIM é um facilitador de diálogo e aproximações diárias entre os diversos participantes.

No primeiro quadriênio do GGIM, algumas iniciativas reforçaram o trabalho da Polícia Militar e da Polícia Civil na região. Foram feitos investimentos na instalação da Delegacia de Homicídios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí (DHNSG) e das companhias integradas na cidade. Ainda durante o segundo mandato do então prefeito, Rodrigo Neves, o Plano de Policiamento Integrado passa a ter sua formalização no Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV).

Com temas atuais e dados estatísticos produzidos pelo Observatório de Segurança Pública de Niterói (OSPNI) – cujas funções são “organizar e analisar os dados sobre a violência e a criminalidade local, a partir das fontes públicas de informações, e monitorar a efetividade das ações de segurança pública no município” (QUEIROZ, 2020, p. 22) –, o diálogo entre os representantes passa a ocorrer de forma dinâmica, com divulgação de resultados e indicação de pontos de anormalidades e também de problemas sociais identificados com potencial de comprometer a segurança a médio e longo prazo. Um fruto desse diálogo foi o policiamento de apoio e de atuação na Segurança Pública local. Assim, realiza-se o planejamento de cada órgão, priorizando sempre a melhor forma de atuação e solução integrada, tendo como objetivo final o bem-estar e a cidadania plena dos municípios.

A perspectiva de Segurança Cidadã defende uma abordagem multidisciplinar para fazer frente à natureza multicausal da violência, na qual políticas públicas multissetoriais são implementadas de forma integrada, com foco na prevenção à violência. Nesse sentido, uma política pública de Segurança Cidadã deve contar não apenas com a atuação das forças policiais, sendo reservado também um espaço importante para as diversas políticas setoriais, como edu-

cação, saúde, esporte, cultura, etc. (FREIRE, 2009, p. 107).

Com o intuito de concretizar o Plano de Policiamento Integrado, o GGIM tem o apoio técnico do OSPNIt, que por sua vez realiza os estudos técnicos a partir dos índices e dados obtidos junto ao Instituto de Segurança Pública (ISP), autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, por meio de um convênio formal, o que nos permite acesso aos dados que embasam o planejamento construído a partir de evidências.

As demandas surgidas na aproximação dos diversos órgãos do GGIM são transformadas em planos de ação, atualizados periodicamente a fim de evitar sobreposição de forças, otimizando o aproveitamento dos atores envolvidos. Esse Plano conta com a ação da Polícia Civil, da Polícia Militar e das Forças Municipais, quer seja da Guarda Municipal ou das Forças contratadas, um instrumento do Plano de Policiamento Integrado.

As Forças de Segurança Pública contratadas pelo município, também chamadas de reforço ao policiamento, ganharam maior volume em 2017, em virtude da instauração da primeira área de cobertura do Segurança Presente, custeada pelo município, mantendo a sua ampliação em 2018. Além do Niterói Presente, há o Programa de Integração e Segurança (Proeis), lançado em 2012, e renovado em abril de 2013, e também custeado pela Prefeitura de Niterói, através de convênio firmado com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ).

O Proeis é fiscalizado pelo município e pela PMERJ e seu efetivo totaliza 400 vagas, das quais 272 fazem parte do efetivo do Segurança Presente Niterói e 128 são administradas pela Secretaria Executiva de Ordem Pública (Seop). O Proeis disponibiliza vagas diárias para que policiais do 12º Batalhão da Polícia Militar (BPM), ou até mesmo de outros batalhões, realizem, voluntariamente, patrulhamento pelas ruas da cidade, em horários de folga, em troca de gratificação extra.

Inicialmente, Icaraí recebeu o patrulhamento, que foi estendido posteriormente para os bairros: Centro, Santa Rosa, Barreto, Fonseca, São Francisco e a Região Oceânica. Há planos para a ampliação das áreas assistidas. Já o Segurança Presente Niterói conta com o efetivo de 28 policiais (oficiais e praças), 135 agentes civis, dois administrativos e 272 vinculados ao Proeis. O Plano de Policiamento Integrado também tem o apoio técnico do OSPNIt,

que por sua vez realiza os estudos técnicos a partir dos índices e dados obtidos junto ao Instituto de Segurança Pública (ISP), com quem mantemos um convênio formal, o que permite acesso aos dados que embasam todo o planejamento, a partir de evidências científicas. A Prefeitura Municipal de Niterói é parceira e financiadora desse Programa, que valoriza um modelo de atuação policial que prioriza a humanização de todos os envolvidos no processo.

Um caso de sucesso, o modelo de policiamento desenvolvido pela Operação Segurança Presente Niterói, que busca um processo de melhoria contínua, conquistou e solidificou as novas políticas de segurança pública. Assim, com patrulhamento realizado de diferentes formas (a pé, motocicletas e viaturas), o Programa possui efetivo composto por policiais militares – responsáveis pelo policiamento ostensivo – e por agentes civis contratados em vagas temporárias, incumbidos do apoio logístico e filmagem da abordagem.

*Programa
Niterói
Presente*



Há avanços legais importantes nesse tema, no Brasil. Como o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), criados a partir da promulgação da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que, de acordo com o artigo 1º, diz:

Esta Lei institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), com a finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas

e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em articulação com a sociedade (BRASIL, 2018).

Já no âmbito municipal, a partir do Decreto nº 14.065, de 23 de junho de 2021, houve a transferência, sem aumento de despesas, da “gestão do Gabinete de Gestão Integrada Municipal e do Disque Denúncia, da Secretaria Executiva (Sexec) para a estrutura da Secretaria Municipal de Ordem Pública (Seop)”. A Lei nº 3.370, de 5 de setembro de 2018, “cria o Sistema Municipal de Gestão Integrada de Segurança Pública e reorganiza o Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Niterói (GGIM-Niterói) e o Observatório Municipal de Segurança Pública (OSPNI), no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública Lei Federal nº 13.675/2018”. O impacto positivo do programa no município, que se caracteriza por contar com a participação da sociedade civil e prestar serviços não emergenciais para um melhor trabalho de prevenção ao crime, inspira a ampliação geográfica num futuro próximo.

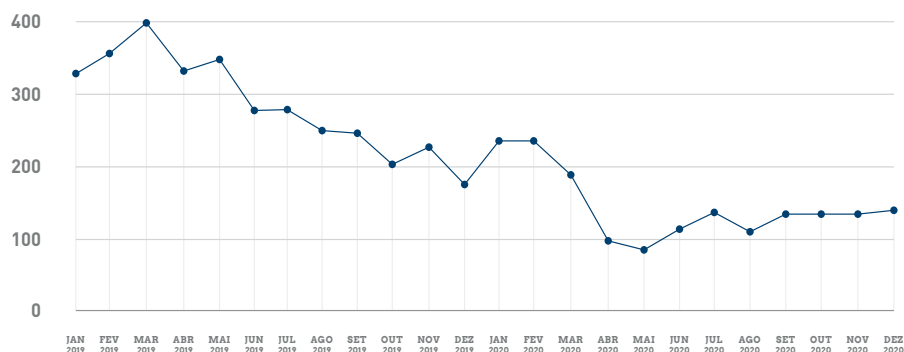
Panorama das ações no presente e projeções futuras

Apesar de todos os esforços empenhados no Plano de Policiamento Integrado, os estudos e projetos seguem incessantemente. A ideia é dar continuidade e aprimoramento aos projetos existentes e aos futuros, com o objetivo de aumentar a integração e, conseqüentemente, melhorar a segurança da população. Afinal todos os programas vigentes e o próprio GGIM têm por embasamento o Susp e a PNSPDS, que foram criados a partir da promulgação da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018:

Com a finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade (BRASIL, 2018).

Ainda que, possivelmente, a queda nos registros de ocorrência desde 2020 esteja relacionada ao contexto de enfrentamento¹ da pandemia do covid-19, dados do OSPNit demonstram que a redução dos indicadores de roubo de rua aconteceu, sobretudo, a partir da implementação do Programa Segurança Presente Niterói e reforço do Proeis, conforme apresentado no gráfico a seguir.

SÉRIE HISTÓRICA DE ROUBOS DE RUA



No acumulado de janeiro a julho (Niterói)

Fonte: ISPGEIO. Dados trabalhados pelo Observatório de Segurança Pública de Niterói (OSPNit).

Complementando tais dados, o levantamento interno, realizado em novembro de 2020, demonstrou que o Programa Niterói Presente acumulava mais de 2.140 ocorrências, ultrapassando a marca de 100 prisões em flagrante e recuperando 134 objetos roubados e 128 veículos. Durante esse período, os agentes recapturaram mais de 500 foragidos, além de colaborarem para a prisão de traficantes, em apoio às ações da PM. Esses dados demonstram o êxito da integração de forças de segurança, sobretudo quando somadas às iniciativas como o reforço no policiamento e o Disque Denúncia. A trajetória do Plano de Policiamento Integrado fortalece, a cada dia, o objetivo inicial do Plano Estratégico 2033 (NQQ), consolidando-se como

¹ De acordo com a teoria das atividades rotineiras (Cohen e Felson, 1979), é esperado que os crimes que ocorrem na rua, como os roubos e furtos a transeunte e de celular, diminuam quando o fluxo de pessoas nesses lugares é alterado. Em nota, o Instituto de Segurança Pública mostrou, em setembro de 2020, resultados compatíveis com essa expectativa: o estudo apontou a correlação entre a queda no número de roubos de rua e de veículos a partir de março e o aumento do tempo das pessoas em suas residências. Outra possibilidade de explicação para essa relação seria o possível aumento da subnotificação, pois menos pessoas teriam ido às delegacias registrar os crimes, ainda que haja a possibilidade de fazê-lo pela internet. (Fonte: ISP, disponível em: <http://arquivo.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/impacto-covidNosCrimes2021.html>. Acesso em 17 de ago. de 2021.

uma política de Estado, que zela pela segurança da população. Um sistema que permite uma ação mais efetiva no combate a crimes como furto e roubo de veículos, dando suporte ao trabalho dos agentes, tornando-o cada vez mais eficiente.

Em conformidade ao disposto no Art. 5º, II, da Lei Municipal nº 3.370/2018, o GGIM ratifica sua atribuição de promover maior sinergia entre os Órgãos de Segurança Pública em âmbito federal, estadual e municipal. Isso promove positivamente a cobertura da segurança em nosso município, que se expandiu por diversas áreas por meio de aditivos e renovações de convênio para garantir a continuidade de suas ações e ampliá-las a novas regiões. Os programas financiados pelo município não objetivam substituir o patrulhamento realizado pelas forças de segurança, mas sim complementá-lo e auxiliá-lo, com foco nas ocorrências de maior potencial ofensivo, lutando, todos juntos, em prol de maior segurança e qualidade de vida para os munícipes.

Considerações finais

A cidade de Niterói viveu tempos difíceis, na última década, no que se refere à segurança pública. Com esse pano de fundo, a equipe que assumiu a administração municipal, em janeiro de 2013, propôs enfrentar os problemas que ameaçavam a qualidade de vida da população, em colaboração com as forças estaduais.

Durante o mandato, que se encerrou em 2016, foram realizados, por meio de convênios, inúmeros investimentos na infraestrutura das polícias estaduais, como a construção das sedes das companhias destacadas da Polícia Militar no Fonseca e em Pendotiba e a instalação da Delegacia de Homicídios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí (DHNSG), no Centro da cidade. Outras medidas foram a ampliação dos efetivos nas ruas, com o aumento do contingente contratado pelo Programa Estadual de Integração na Segurança (Proeis), e a duplicação do efetivo da Guarda Civil Municipal (GCM).

Entre 2017 e 2018, iniciou-se uma análise sobre a real dimensão e a origem dos gargalos da segurança pública em Niterói. Para isso foram investidos mais de quatro meses de levantamentos e estudos. Foram levantados dados de criminalidade de diversas fontes, além do Instituto de Segurança Pú-

blica, como o Sistema Único de Saúde (SUS), e feitas entrevistas com membros das instituições policiais, do Ministério Público, do Poder Judiciário e representantes de setores da sociedade civil. Uma pesquisa de vitimização feita em domicílios trouxe informações complementares sobre o perfil de quem sofreu violência e de crimes de pouca periculosidade.

O resultado foi apresentado para grupos da sociedade em mais de 90 reuniões, nas quais também se recolheram sugestões de ações de enfrentamento. O que, de fato, ficou evidenciado nesta pesquisa foi um quadro rico em detalhes sobre a violência na cidade. Foi possível perceber que as ações de policiamento seriam insuficientes para reduzir o quadro de criminalidade e violência. Ficou clara a necessidade de iniciarmos os trabalhos do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), priorizando a redução dos crimes comuns e de maior visibilidade. Isso nos daria fôlego para organizar as ações de prevenção ao crime, cujos resultados surgiriam com êxito apenas no médio prazo.

Niterói não tem tradição no emprego de evidências para a formulação das políticas públicas de segurança. O anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, por exemplo, necessita estabelecer uma classificação de informações sistematizadas, devido à precariedade das fontes de alguns estados. Poucos são as unidades federativas que dispõem de um sistema bem estruturado de coleta e sistematização de dados, como o que existe no Instituto de Segurança Pública (ISP), do Rio de Janeiro.

Porém, avançamos. Consideramos que os projetos vêm se mostrando viáveis em sua aplicabilidade. As iniciativas que se articulam em rede apresentadas ao longo desse texto, bem como os projetos que serão apresentados ao longo da leitura desta obra, como é o caso dos projetos: Disque Denúncia, que aborda a importância da denúncia anônima no trabalho da investigação policial; do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP), que aponta para o uso estratégico de câmeras na segurança pública; e do Observatório de Segurança Pública (OSPNit), que trata acerca da importância da produção de diagnóstico, coleta, análise e divulgação de dados nesse tema, desenvolvem políticas de segurança na cidade e atestam a importância do diálogo entre os setores administrativos municipais e a população, colaborando assim para o fortalecimento da plena cidadania.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Disponível em: <L10826 [planalto.gov.br]>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- _____. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012. Disponível em: <L13675 [planalto.gov.br]>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- COHEN, L. E.; FELSON, M. *Social change and crime rate trends: A routine activity approach*. American sociological review, 1979. pp. 588–608,
- DRUCKER, P. *The Progress of Management*. Irwin, 1998.
- FREIRE, M. D. *Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias*. Revista Brasileira de Segurança Pública, Ano 3, edição 5, 2009. p. 100-114, ago./set.
- GOMES, Andréa Mayer; REYS, Pedro da Silva. *Niterói que queremos: uma estratégia inovadora de planejamento*. 2015. In: Congresso CONSAD de Gestão Pública, 8, 2015, Brasília.
- MACENA, Rachel C. *Do asfalto à tela e da tela ao asfalto: Tecnologias e ação integrada no município de Niterói*. Monografia (Bacharelado em Segurança Pública e Social). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2017.
- MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.
- OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. *Existe violência sem agressão moral?* Revista Brasileira de Ciências Sociais. Volume 23, número 67. Junho de 2008.
- PORTO, Maria Stela Grossi. *Sociologia da violência: dos conceitos às representações sociais*. Brasília: Editora Francis, 2010.
- PREFEITURA DE NITERÓI. Decreto nº 11.342, de 24 de janeiro de 2013. Dispõe sobre a instituição do Gabinete de Gestão Integrada Municipal na estrutura do gabinete do Prefeito e dá outras providências correlatas. Disponível: <Decreto 11342 2013 de Niterói RJ [leismu-

- nicipais.com.br>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- _____. Decreto nº 14. 065, de 24 de junho de 2021. Transfere, sem aumento de despesas, a gestão do Gabinete de Gestão Integrada Municipal e a Gestão do Disque Denúncia, da Secretaria Executiva - Sexec, para a estrutura da Secretaria Municipal de Ordem Pública - Seop e dá outras providências. Disponível em: <Decreto 14065 2021 de Niterói RJ (leismunicipais.com.br)>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- _____. Diário Oficial, 28/05/2021. Disponível em: <Diário Oficial - Prefeitura Municipal de Niterói (niteroi.rj.gov.br)>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- _____. Lei nº 3.370, de 5 de setembro de 2018. Cria o Sistema Municipal de Gestão Integrada de Segurança Pública e reorganiza o Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Niterói (GGIM- Niterói) e o Observatório Municipal de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública Lei Federal nº 13.675/2018. Disponível em: < Lei Ordinária 3370 2018 de Niterói RJ (leismunicipais.com.br) > Acesso em: 15 ago 2021.
- _____. Lei nº 3.374, de 16 de outubro de 2018. Dispõe sobre a criação do sistema de premiação especial por apreensão de arma de fogo do Pacto Niterói Contra a Violência e dá outras providências. Disponível em: < Lei Ordinária 3374 2018 de Niterói RJ (leismunicipais.com.br) >. Acesso em: 15 ago. 2021.
- _____. Lei nº 3.373, de 8 de outubro de 2018. Dispõe sobre o pagamento de indenização pela entrega voluntária de arma de fogo do Pacto Niterói Contra a Violência e dá outras providências. Disponível em: < Lei Ordinária 3373 2018 de Niterói RJ (leismunicipais.com.br)>. Acesso em: 15 ago 2021.
- QUEIROZ, Christina. Pesquisa FAPESP. *Desarmando a violência. Redução das taxas de homicídio no país passa pela restrição do acesso a armas de fogo, indicam novos estudos*. Edição 281, jul. 2019. Disponível em: <Desarmando a violência : Revista Pesquisa Fapesp>. Acesso em: 16 ago. 2021.
- QUEIROZ, Leticia Dias. *O papel da educação na prevenção à violência: A construção do projeto Escola da Paz no município de Niterói/RJ* / Leticia Dias Queiroz; Klarissa Almeida Silva Platero, orientadora. Niterói, 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Segurança Pública e Social) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos, Niterói, 2020.

3

**A contribuição do
Observatório de Segurança
Pública de Niterói no processo
de implementação dos
programas e projetos do Pacto
Niterói Contra a Violência**

AUTORES

Luciano dos Santos Avelar

Felipe Lichsnering Mendes

Introdução

Em 2015, o estado do Rio de Janeiro passou a viver um momento de crise financeira. Os reflexos dessa crise não demoraram a chegar à área da segurança pública e, especificamente, a seus agentes, culminando na paralisação da Polícia Civil, que funcionou com capacidade reduzida, no começo de 2017, devido ao atraso de salários¹. Já no ano de 2016, dados de Registros de Ocorrência da Polícia Civil disponibilizados pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP) registravam o aumento dos índices de crimes em Niterói, em comparação ao ano anterior.

Os três Indicadores Estratégicos de Criminalidade (IEC)² apontavam para o crescimento de casos de letalidade violenta (relacionados a homicídio doloso, morte por intervenção de agente do Estado, latrocínio e lesão corporal seguida de morte), roubos de rua (relativos a roubo a transeunte, de aparelho celular e em coletivo), e roubo de veículos (automóvel e moto), como podemos observar na Tabela 1.

Tabela 1- Vítimas e registros dos I.E.C. no acumulado de janeiro a dezembro dos anos de 2015 e 2016

INDICADOR	2015	2016	DIF. ABS.	DIF. %
Letalidade Violenta	165	187	+ 22	+ 13,33
Roubos de Rua	3.609	5.020	+ 1.411	+ 39,10
Roubo de Veículos	1.273	1.520	+ 247	+ 19,40

Fonte: Base de Dados ISP. Dados trabalhados pelo autor

1 Policiais civis do RJ fazem paralisação, diz sindicato. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/policiais-civis-do-rj-fazem-paralisacao-diz-sindicato.ghtml>>. Acesso em: 12 de fev. de 2021.

2 Definidos pelo Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados no Decreto nº 41.931 de 25 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/decreto_41_931_-_250609.htm>. Acesso em: 28 de fev. de 2021.

Nesse cenário, a administração local decidiu priorizar a segurança pública e aumentar gradativamente os investimentos na área, como indica a Imagem abaixo, retirada do texto base do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV)³, um marco entre as iniciativas para enfrentar esse cenário de crise. Desde 2013, cresce a aplicação de recursos em policiamento e prevenção à violência no município. A imagem abaixo indica o incremento feito nos recursos aportados do orçamento da Secretaria de Ordem Pública de Niterói, que passou de pouco mais de R\$ 18 milhões, em 2014, para cerca de R\$ 70 milhões, em 2018, um aumento de aproximadamente 360%.



Evolução das despesas do Município de Niterói com Segurança Pública por ano (2014-2018).

Fonte: Texto base do Pacto Niterói Contra a Violência (2018, p. 3)

Entre as medidas adotadas está a expansão da Guarda Municipal com aumento e capacitação do efetivo e melhoria na infraestrutura, com a construção de uma nova sede e do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP), que ganhou um sistema de monitoramento por câmeras espalhadas pela cidade. Em 2017, mais um desdobramento da nova política pública instituiu o Programa Niterói Presente. Financiado pela prefeitura, por meio do

³ Disponível em: <<http://www.niteroi.rj.gov.br/downloads/texto-base.pdf>>. Acesso em: 28 de fev. de 2021.

Programa Estadual de Integração na Segurança (Proeis), o convênio entre o governo do estado e o município elevou as vagas para policiamento nas ruas. Em 2018, foi a vez da recuperação de veículos e da ampliação da ajuda de custo a funcionários da área de segurança, além de reformas de estruturas físicas que abrigavam os policiais, já no escopo previsto pelo PNCV.

Como uma ferramenta para coletar dados e informações públicas (evidências) e monitorar e aprimorar os resultados dessa nova iniciativa, é criado o Observatório de Segurança Pública (OSP^{Nit})⁴. Além de sanar a crônica ausência de informações desse campo de conhecimento, o órgão passou a monitorar os indicadores do município, tendo como fonte principal, no início da operação, os dados de Registros de Ocorrência de delegacias da Polícia Civil, fornecidos pelo ISP/RJ. A gestão do conhecimento, feita por meio do levantamento de indicadores e evidências, subsidia os gestores públicos para aferir a efetividade dos investimentos, possíveis ajustes e mudanças de rumo e de criação de novas políticas públicas baseadas em evidências. Ou seja, como observado por Azevedo (2012), essas estatísticas criminais são importantes ferramentas de inteligência e instrumentos de informação para basear melhor políticas públicas de segurança, subsidiando as tomadas de decisões, o planejamento e também o monitoramento e avaliação dessas ações voltadas para a área, além de promover o debate, capitaneado pelo Gabinete de Gestão Integrada.

Observatórios de Segurança Pública Municipal – nível federal

A criação de Observatórios de Segurança Pública dos municípios surge em coletânea lançada em 2009 pelo Ministério da Justiça em relação aos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM), sendo uma parte fundamental e essencial para o seu funcionamento. O órgão é responsável pela “coleta, sistematização, análise e produção de conhecimento em segurança pública do Município de Niterói, por meio de dados sobre violência e criminalidade, a partir de fontes públicas

4 No dia 15 de abril de 2016, foi publicado o decreto nº 12.248 que diz em seu artigo 1º: “fica criado o Observatório de Segurança Pública do Município de Niterói (OSP^{Nit}) no âmbito do Centro Integrado de Segurança Pública, ao qual caberá organizar e analisar os dados sobre a violência e a criminalidade local, a partir das fontes públicas ou privadas, bem como monitorar a efetividade das ações de segurança pública no Município”.

e sociais” (NITERÓI, 2018). Como fontes de dados a serem trabalhadas por um Observatório de Segurança Pública, uma cartilha elaborada pelo Ministério da Justiça (BRASIL, 2011, p. 30) define como possibilidades:

- Sistema de informação policial – disponibiliza dados de natureza estatística policial: diagnóstico das ocorrências, análises estatísticas e informações obtidas a partir de sistema de geoprocessamento, entre outros;
- Pesquisa de vitimização – reúne dados de natureza qualitativa sobre ocorrências e vítimas a partir de experiências com diversas formas de violência relatadas por membros da comunidade. É uma fonte valiosa de informações, com as quais é possível aprofundar os movimentos da criminalidade, oferecendo alternativas complementares aos problemas de subestimativas presentes nas estatísticas oficiais;
- Outros sistemas – reúnem dados sobre a situação socioeconômica da população, como, por exemplo, os que são gerados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (DataSUS).

A missão do Observatório de Segurança Pública de Niterói

Outras finalidades do OSPNIt são: contribuir com a gestão da informação; oferecer transparência às informações dos órgãos de segurança pública; produzir diagnósticos qualificados; monitorar, avaliar e propor políticas, programas e projetos; padronizar a coleta, análise e divulgação dos dados e informações; produzir dados confiáveis e informações qualificadas; democratizar o acesso às informações; incentivar a produção científica e a participação social.

A distribuição por Circunscrição Integrada de Segurança Pública (CISP) corresponde às áreas de atuação e responsabilidade das Delegacias de Polícia Civil e das Companhias Integradas de Polícia Militar em todo Estado⁵. No caso de Niterói, também corresponde à área das Inspetorias Regionais da Guarda Municipal. O Município de Niterói hoje é dividido em cinco CISP, que são 76, 77, 78, 79 e 81⁶.

5 A compatibilização de áreas entre Delegacias e Companhias Integradas através das Circunscrições Integradas de Segurança Pública foi feita através do Decreto 41.930/2009.

6 Os bairros de atuação de cada CISP do município correspondem, segundo o Instituto de Segurança Pública a: CISP 76 – Centro, Ponta d’ Areia, Ilha da Conceição, São Lourenço, Fátima, Morro do Estado, Ingá, São Domingos, Gragoatá e Boa Viagem; CISP 77 – Santa Rosa, Icaraí, Vital Brasil, Pé Pequeno, Viradouro e Cubango; CISP 78 – Fonseca, Viçoso Jardim, Caramujo,



*Apresentação
do Observatório
de Segurança
Pública de
Niterói – 2019*

Segundo consta no próprio site do ISP⁷, as incidências criminais e administrativas são reunidas em cerca de 50 títulos⁸ e divulgadas. Essas informações são geradas pelos Registros de Ocorrência (RO), lavrados nas delegacias de polícia, passando por um controle de qualidade interno da própria Polícia Civil, antes de serem processados pelo ISP. É possível também observar quantos registros ou vítimas⁹, além da tipificação do delito, foram registrados por mês e ano.

A atuação do OSPnit no processo de monitoramento e avaliação da política municipal de prevenção a violência

O OSPnit inicia um processo de ampliação de escopo e olhar para além das estatísticas criminais, por meio de informações relevantes capazes de influenciar o processo de tomada de decisão a respeito da eficácia dos programas e ou projetos do PNCV. Essa mudança pode ser percebida quando o Sistema Municipal de Gestão Integrada de Segurança Pública¹⁰ reorganiza o Observatório, vinculando-o à Secretaria Executiva do PNCV. Entre os “produtos”

Baldeador, Santa Bárbara, Tenente Jardim, Engenhoca, Santana e Barreto; CISP 79 – Jurujuba, Charitas, São Francisco, Cachoeiras, Maceió, Largo da Batalha, Ititioca, Badu, Sapê, Matapaca, Vila Progresso, Muriqui, Maria Paula e Cantagalo; CISP 81 - Itaipu, Camboinhas, Itacoatiara, Piratininga, Cafubá, Jacaré, Rio do Ouro, Engenho do Mato, Várzea das Moças e Jardim Imbuí.

7 Disponível em: < <https://www.ispdados.rj.gov.br:4432/metodDivulDados.html>>. Acesso em 25/08/2021.

8 Dentre esses 50 títulos agregados e disponibilizados, há a definição dos chamados Indicadores Estratégicos de Criminalidade (IEC), que implantam o Sistema de Definição e Gerenciamento de Metas, definindo que os IEC serão Letalidade Violenta, composto pela soma de vítimas de Homicídio Doloso, Morte por Intervenção de Agente do Estado, Latrocínio e Lesão Corporal Seguida de Morte; Roubos de Rua, composto pela soma de Roubo a Transeunte, Roubo de Aparelho Celular e Roubo em Coletivo; e Roubo de Veículos. Posteriormente, o Decreto nº 41.931, de 25 de junho de 2009, adicionou no rol o Roubo de Carga.

9 Na produção de estatística, considera-se crimes contra a pessoa o número de vítimas; enquanto para crimes e ocorrências contra o patrimônio, é considerado o número de registros.

10 Criado pela Lei nº 3.370, publicada em 6 de setembro de 2018.

descritos por lei que o Observatório deverá entregar estão:

- 1) Relatório mensal de monitoramento das ações de prevenção e policiamento do Pacto Niterói Contra a Violência;
- 2) Relatório mensal dos indicadores de criminalidade para o GGIM;
- 3) Relatório detalhado da dinâmica criminal de cada CISP;
- 4) Proposição de um Plano de Policiamento Integrado;
- 5) Realizar uma pesquisa de vitimização anual;
- 6) Acompanhamento e confecção de relatórios sobre os indicadores de prevenção, infrequência escolar, abandono e evasão escolar, número de registros de violência na escola, número de notificações de violência contra a criança e adolescente e o número de pessoas atendidas com ferimento por causa externa.

A proximidade com os programas e projetos vinculados ao PNCV, como o Programa Poupança Escola (PPE) e o Programa Escola da Família, permitiu um melhor entendimento da realidade social e das intervenções. O que trouxe para o debate analítico diversos outros indicadores sociais que apresentam, de forma mais panorâmica, a realidade socioespacial no município.

Após reuniões da equipe do OSPNit com os gerentes dos programas do PNCV, foi proposta uma Matriz de Indicadores que servisse como base para a construção de um painel de monitoramento de indicadores de implementação dos programas e/ou projetos do Pacto. Alguns critérios compõem essa matriz, como a identificação de fatores críticos e o estabelecimento de um plano de ação.

Além disso, a presença ou não de alguns atributos (utilidade, representatividade, confiabilidade metodológica e disponibilidade) determinaram a adequação desses parâmetros aos seus respectivos programas e/ou projetos. Durante o processo, observaram-se quais apontamentos (na verdade, dúvidas) sobre a representatividade do indicador eram comuns aos gerentes do PNCV. A alternativa foi formular mais de um indicador por programa. As tabelas a seguir trazem alguns desses índices:

PROGRAMAS	DENOMINAÇÃO	CONCEITUAÇÃO	FONTE	MÉTODO DE CÁLCULO	PERÍODO DE VERIFICAÇÃO
ESCOLA DA FAMÍLIA	Taxa de Adesão ao Pré-Natal	Representa a proporção de gestantes cadastradas no Pré-Natal, no município, em relação ao quantitativo de gestantes estimado por metodologia do Ministério da Saúde.	Coordenação do Programa de Saúde da Mulher	(nº total de gestantes cadastradas no Pré-natal / nº total estimado de gestantes para o período)	Anual
	Taxa de Conclusão à Oficina de Formação Parental	Representa a proporção de profissionais que concluíram a Oficina de Formação Parental, em relação ao objetivo do projeto.	OSC	(nº total de profissionais que concluíram a formação / nº total de profissionais previstos para serem formados pelo programa)	Bimestral
	Taxa de Adesão ao Grupo Educativo de Formação Parental	Representa a proporção de gestantes que aderiram ao Grupo Educativo de Formação Parental, em relação ao total de gestantes cadastradas no Pré-natal.	Relatório do Gerente do Projeto	(nº total de gestantes que aderiram à formação / nº total de gestantes cadastradas no Pré-natal)	Bimestral
	Taxa de Conclusão ao Grupo Educativo de Formação Parental	Representa a proporção de gestantes que concluíram o Grupo Educativo de Formação Parental, em relação ao total de gestantes que aderiram ao Grupo Educativo de Formação Parental.	Relatório do Gerente do Projeto	(nº total de gestantes que concluíram à formação / nº total de gestantes que aderiram à formação)	Bimestral
	Taxa de Gestantes beneficiárias do Incentivo	Representa a proporção entre o nº total de gestantes beneficiárias do Incentivo ao Pré-Natal Seguro, em relação ao nº total de gestantes que concluíram o Grupo Educativo de Formação Parental	Relatório do Gerente do Projeto	(nº total de gestantes beneficiárias do incentivo / nº total de gestantes que concluíram a formação)	Bimestral

PROGRAMAS	DENOMINAÇÃO	CONCEITUAÇÃO	FONTE	MÉTODO DE CÁLCULO	PERÍODO DE VERIFICAÇÃO
JOVEM ECOSSOCIAL	Taxa de Retenção dos Jovens ao Programa	Representa a proporção entre o nº de jovens que permanecem no programa e o número inicial de jovens admitidos no programa.	FIRJAN	(nº total de jovens ativos no programa / nº total de jovens admitidos no programa)	Mensal
	Taxa de Evasão Escolar dos Participantes	Representa a proporção entre o nº de jovens participantes do programa que evadiram da escola.	FIRJAN	(nº total de jovens participantes que evadiram da escola / nº total de jovens admitidos no programa que estavam matriculados em escola)	Mensal
	Taxa de Concluintes Inscritos no Banco de Oportunidades	Representa a proporção entre o nº de jovens que concluíram o programa e se inscreveram no Banco de Oportunidades e o nº de jovens que concluíram o programa.	FIRJAN e Banco de Oportunidades	(nº de jovens que concluíram o programa e se inscreveram no Banco de Oportunidades / nº de jovens que concluíram o programa)	Ao final do programa
	Total de Atividades de Recuperação de Ecossistemas	Representa o nº total de atividades de recuperação de ecossistemas promovidas pelo projeto.	FIRJAN	(nº total de atividades de recuperação de ecossistemas realizadas)	Bimestral / Trimestral
	Total de Atividades de Monitoramento de Rios e Canais	Representa o nº total de atividades de monitoramento de rios e canais promovidas pelo projeto.	FIRJAN	(nº total de atividades de monitoramento realizadas)	Bimestral / Trimestral
	Total de Atividades de Educação Ambiental	Representa o nº total de atividades de educação ambiental, incluindo ações para a redução do risco de queimadas, promovidas pelo projeto.	FIRJAN	(nº total de atividades de educação ambiental)	Bimestral / Trimestral
	Taxa de Conclusão do Programa	Representa a proporção entre o nº de jovens que concluíram o programa e o número inicial de jovens admitidos no programa.	FIRJAN	(nº total de jovens que concluíram o programa / nº total de jovens admitidos no programa)	Ao final do programa

PROGRAMAS	DENOMINAÇÃO	CONCEITUAÇÃO	FONTE	MÉTODO DE CÁLCULO	PERÍODO DE VERIFICAÇÃO
AÇÃO TERRITORIAL URBANA	Taxa Média de Execução das Obras	Representa a média percentual de execução do conjunto de obras de infraestrutura e Urbanismo previstas no projeto.	SMO ou EMUSA	(somatório dos percentuais de execução de cada obra / total de nº de obras)	Mensal (a depender da medição realizada pela EMUSA)
	Total de Encontros de Escuta Local	Representa o nº total de encontros de escuta local realizados junto à comunidade no período de referência.	Gerente do Projeto	(nº total de encontros de escuta local)	Mensal
	Total de Reuniões do Comitê Territorial Integrado	Representa o nº total de reuniões do comitê territorial integrado realizadas no período de referência	Comitê Territorial Integrado	(nº total de reuniões do comitê)	Mensal

PROGRAMAS	DENOMINAÇÃO	CONCEITUAÇÃO	FONTE	MÉTODO DE CÁLCULO	PERÍODO DE VERIFICAÇÃO
BANCO DE OPORTUNIDADES	Total de Atividades Ofertadas	Representa o nº total de atividades socioeducativas e pedagógicas ofertadas no período de referência.	Relatório da Plataforma	(o nº total de atividades socioeducativas e pedagógicas ofertadas no período de referência)	Mensal
	Taxa de Participação dos Usuários da Plataforma	Representa a proporção entre o nº total de usuários cadastrados que participaram/participam de uma ou mais atividades ofertadas pela plataforma e o nº total de usuários cadastrados na plataforma.	Relatório da Plataforma	(nº de usuários participantes de atividades na plataforma / nº de usuários totais da plataforma)	Mensal
	Taxa de Satisfação do Usuário	Representa a proporção entre usuários satisfeitos com o programa e a quantidade total de usuários da plataforma.	Relatório da Plataforma	(nº total de usuários satisfeitos / nº total de usuários da plataforma)	Trimestral
	Total de Jovens Cadastrados no Banco de Oportunidades	Representa o nº total de jovens cadastrados no banco de oportunidades da plataforma digital.	Relatório da Plataforma	(nº total de jovens cadastrados no banco de oportunidades)	Mensal
	Total de Empresas Cadastrados no Banco de Oportunidades	Representa o nº total de "Empresas Parceiras" cadastrados no banco de oportunidades da plataforma digital.	Relatório da Plataforma	(nº total de empresas cadastradas no banco de oportunidades)	Mensal
	Total de Vagas ofertadas no Banco Oportunidades	Representa o nº total de vagas ofertadas pelas "Empresas Parceiras" cadastrados no banco de oportunidades da plataforma digital.	Relatório da Plataforma	(nº total de vagas ofertadas pelas empresas cadastradas no banco de oportunidades)	Mensal
	Total de Jovens alocados no mercado de trabalho	Representa o nº total de jovens alocados em vagas de jovem aprendiz, estágio ou emprego, a partir do banco de oportunidades.	Relatório da Plataforma ou Relatório Gerencial (depende da funcionalidade da plataforma)	(nº total de jovens alocados em vagas de jovem aprendiz, estágio ou emprego)	Mensal

PROGRAMAS	DENOMINAÇÃO	CONCEITUAÇÃO	FONTE	MÉTODO DE CÁLCULO	PERÍODO DE VERIFICAÇÃO
ESPAÇO NOVA GERAÇÃO- ENG	Taxa de Execução de Atividades Previstas	Representa a proporção entre as atividades executadas pelos ENG's, em relação ao nº total de atividades previstas para ocorrer.	OSC	(nº de atividades executadas / nº total de atividades previstas)	Mensal
	Total de Alunos Matriculados nos ENG's	Representa o nº total de alunos matriculados em um dos Espaços Nova Geração.	OSC	(nº total de alunos matriculados nos ENG's)	Mensal
	Taxa de Frequentantes nas ENG's	Representa a proporção de alunos matriculados frequentantes das ENG's, em relação ao nº total de alunos matriculados em um dos Espaços Nova Geração.	OSC	(nº total de alunos matriculados frequentantes / nº total de alunos matriculados nos ENG's)	Mensal
	Taxa de Alunos com Plano de Trabalho	Representa a proporção de alunos com a demanda de um plano de trabalho individualizado, em relação ao nº total de alunos matriculados nos Espaços Nova Geração.	OSC	(nº total de alunos com demanda de plano de trabalho / nº total de alunos matriculados nos ENG's)	Mensal
	Taxa de Alunos Executando o Plano de Trabalho	Representa a proporção de alunos executando o seu plano de trabalho individualizado, em relação ao nº total de alunos com a demanda de um plano de trabalho individualizado.	OSC	(nº total de alunos executando seu plano de trabalho individualizado / nº total de alunos com demanda de plano de trabalho)	Mensal

PROGRAMAS	DENOMINAÇÃO	CONCEITUAÇÃO	FONTE	MÉTODO DE CÁLCULO	PERÍODO DE VERIFICAÇÃO
REDE MEDIAR	Total de Mediadores formados	Representa o total de mediadores comunitários formados no período de referência.	Tribunal de Justiça ou OSC	(nº de mediadores formados no período de referência)	Trimestral
	Taxa de Realização de Supervisão	Representa a razão entre o total de mediadores formados que realizaram a supervisão e o total de mediadores formados.	Tribunal de Justiça ou OSC	(nº de mediadores formados que realizaram a supervisão / nº total de mediadores formados)	Trimestral
	Total de Núcleos de Mediação em funcionamento	Representa o total de Núcleos de Mediação em funcionamento	Relatório da gerência do projeto	(nº de núcleos de mediação em funcionamento)	Trimestral
	Total de Atendimento realizados	Representa o total de atendimentos realizados nos Núcleos de Mediação no período de referência	Núcleos de Mediação	(nº total de atendimentos realizados nos núcleos de mediação)	Mensal
	Total de Mediações realizadas	Representa o total de mediações realizadas nos Núcleos de Mediação no período de referência	Núcleos de Mediação	(nº total de mediações realizadas nos núcleos de mediação)	Mensal
	Total de casos de Ameaças	Representa o número de vítimas de casos de Ameaças no período de referência	ISP-RJ	(nº total de vítimas de casos de ameaça)	Mensal
	Total de casos de Lesão Corporal Dolosa	Representa o número de vítimas de casos de Lesão Corporal Dolosa no período de referência	ISP-RJ	(nº total de vítimas de lesão corporal dolosa)	Mensal

PROGRAMAS	DENOMINAÇÃO	CONCEPÇÃO	FONTE	MÉTODO DE CÁLCULO	PERÍODO DE VERIFICAÇÃO
ESCOLA DA PAZ	Taxa de Inscritos na Formação	Representa a proporção de profissionais inscritos para a formação e o total de vagas disponibilizadas no ciclo.	OSC Viração Educomunicação	$(\text{total de profissionais inscritos no ciclo} / \text{total de vagas disponibilizadas no ciclo}) \times 100$	Semestral*
	Taxa de Inscritos por Escola	Representa a proporção de profissionais da unidade educacional inscritos para a formação e o total de vagas disponibilizadas por escola no ciclo.	OSC Viração Educomunicação	$(\text{total de profissionais da unidade educacional inscritos no ciclo} / \text{total de vagas disponibilizadas por escola no ciclo}) \times 100$	Semestral*
	Taxa de Profissionais Formados	Representa a proporção de profissionais formados em relação ao total de inscritos na formação no ciclo.	OSC Viração Educomunicação	$(\text{total de profissionais formados no ciclo} / \text{total de inscritos no ciclo}) \times 100$	Semestral*
	Taxa de Satisfação do Profissional Formado com o Conteúdo Teórico	Representa a proporção de profissionais satisfeitos com o conteúdo teórico da formação e o total de participantes.	OSC Viração Educomunicação	$(\text{total de profissionais formados satisfeitos com o conteúdo teórico} / \text{total de participantes}) \times 100$	Semestral*
	Número de Registros de Situações de Violência no Ambiente Escolar	Representa o número total de situações de violência registrados pela Guarda Municipal no período.	Observatório de Segurança Pública (BOGCM)	Número total de registros de de boletins de ocorrência classificados como situação de violência.	Mensal
	Infrequência Escolar	Representa a incidência de faltas por escola	INEP	Número de faltas	Diário
	Evasão Escolar	Saída antecipada, antes da conclusão do ano, série ou ciclo, por desistência (independente do motivo).	INEP	$\text{TEV} = 100 - (\text{Taxa de Promoção} + \text{Taxa de Repetência})$	Anual
	Abandono Escolar	Indica a porcentagem de alunos que deixaram de frequentar a escola após a data de referência do Censo.	INEP	$[\text{ABA}/(\text{APR} + \text{REP} + \text{ABA})] \times 100$	Anual

O OSPNIt é pioneiro na implementação de uma cultura avaliativa no município ao propor seminários para discutir desde temas como modalidades de intervenção social, aspectos-chave do processo avaliativo, até monitoramento das intervenções. A partir de encontros com os gerentes do PNCV, estabeleceu-se uma Estimativa de Avaliabilidade, “um instrumento, um recurso para facilitar a comunicação entre avaliadores e interessados para determinar se um programa é ‘avaliável’”. (WORTHERN, 2004, p. 279)

A atuação do OSPNIt na formulação de indicadores de monitoramento dos programas e/ou projetos do Pacto Niterói Contra a Violência

Ainda que seja considerado um tema fundamental na esfera pública, ainda existe pouco entendimento sobre o que seja um indicador. Como são classificados? Quais as suas propriedades? Qual a sua adequação aos propósitos da instituição? E como interpretar os resultados dos indicadores? A conceituação de indicador apresenta-se como um enorme desafio para a Administração Pública.

Para Jannuzzi (2017) “um indicador é uma medida normalmente quantitativa, dotada de significado social substantivo, usado para aproximar, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico ou programático”.

Entretanto a Fundação Nacional de Qualidade (FNQ) tem uma visão mais restrita sobre o tema:

Sua característica principal é a existência de fórmulas mais complexas para seu cálculo que preconizam, no mínimo, uma razão (conta de dividir) entre duas informações. Se não houver divisão de duas informações, então não existe indicador genuíno, apenas uma informação (ou um número “puro”). (FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE, 2012, p.17)

Mas não restam dúvidas de que se trata de dispositivo indispensável para estabelecer um compromisso com a qualidade, a eficácia e eficiência na execução da administração pública, permitindo aos cidadãos aferirem o

seu desempenho. Para isso, o OSPNIt firmou Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com as secretarias vinculadas ao PNCV. A missão era auxiliar no entendimento da estrutura lógica das intervenções, na identificação dos processos-chave e do tipo de indicadores mais apropriados. E o Modelo Lógico e/ou Mapa de Processos e Resultados foi a ferramenta de gestão que identificou todas as etapas, os fluxos e os objetivos para o funcionamento efetivo desses programas e projetos do pacto.

Considerações finais

A cada dia cresce a demanda por informações tempestivas (dados gerados, coletados e analisados) no setor público, associada à necessidade de transformar o conhecimento em algo útil e relevante que permita uma tomada de decisão das instituições e resulte na melhoria de processos.

Apesar de recente, a importância da institucionalização das atividades de monitoramento e avaliação, no Brasil, está relacionada ao aperfeiçoamento da implementação das políticas públicas, programas e ou projetos, contribuindo para o fortalecimento dos processos de comunicação, transparência e da prestação de contas, que tornam a política pública mais eficaz e eficiente.

O acesso a informações úteis, relevantes e tempestivas permite que a gestão possa, na medida em que os problemas são identificados, escolher a melhor decisão a ser tomada, o que possibilita prestar serviços de qualidade não só aos grupos mais vulneráveis como também a toda a sociedade.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Ana Luísa Vieira de. *Uso das estatísticas criminais e planejamento das atividades policiais: um estudo sobre a percepção dos profissionais de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, IESP, Rio de Janeiro, 2012.
- BRASIL. Ministério da Justiça – Assessoria Especial de Assuntos Federativos. *Gabinete de Gestão Integrada Municipal - GGIM*. Brasília: Ministério da Justiça, 2011.

- FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE. *Indicadores de Desempenho – Estruturação do Sistema de Indicadores Organizacionais*. 3. ed. São Paulo: Fundação Nacional da Qualidade, 2012.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil* / Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.
- NITERÓI, Decreto nº 12.248/2016 - Cria o observatório de segurança pública do município de Niterói, no âmbito do centro integrado de segurança pública, sem aumento de despesas.
- _____. Lei nº 3370/2018 - Cria o Sistema Municipal de Gestão Integrada de Segurança Pública e reorganiza o Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Niterói (GGIM-Niterói) e o Observatório Municipal de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública Lei Federal nº 13.675/2018.
- _____. Lei Municipal 3370 de 5 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/n/niteroi/lei-ordinaria/2018/337/3370/lei-ordinaria-n-3370-2018-cria-o-sistema-municipal-de-gestao-integrada-de-seguranca-publica-e-reorganiza-o-gabinete-de-gestao-integrada-municipal-de-niteroi-ggim-niteroi-e-o-observatorio-municipal-de-seguranca-publica-no-mbito-do-sistema-unico-de-seguranca-publica-lei-federal-n-13675->>>
- PREFEITURA DE NITERÓI. Pacto Niterói Contra a Violência, 2018. *História do Pacto Niterói Contra a Violência*. Disponível em: <<http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/o-pacto/historia-do-pacto-niteroi-contra-violencia/>>>. Acesso em: 24 de agosto de 2021.
- UCHOA, CARLOS Eduardo. *Elaboração de indicadores de desempenho institucional*. Brasília: ENAP, 2013.
- WORTHERN, B. R. et al. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. Edusp. 2004, p. 279

4

**O Centro Integrado de
Segurança Pública e
o desenvolvimento de
tecnologias de segurança**

AUTORES

Nilson Luiz Cardoso Cunha

Sérgio Renato Cajado Santarém

Introdução

O uso de câmeras na Segurança Pública, distribuídas em locais pensados de acordo com a mancha criminal das cidades, tem sido uma estratégia exitosa. A captura de imagens possibilita identificar os autores de flagrantes ilegais, colaborando com os processos investigativos do sistema de justiça e segurança pública. O Centro Integrado de Segurança Pública (CISP) tornou-se referência na área e centraliza e direciona as atividades de Segurança Pública no âmbito municipal. Situado na Região Oceânica, o trabalho de videomonitoramento é feito em conjunto por agentes da Guarda Civil Municipal (GCM), de Trânsito (NitTrans), do Niterói Presente, da Polícia Militar (PM), com o suporte do Núcleo de Inteligência do CISP. A cidade tem cerca de 522 câmeras de segurança que monitoram ruas e avenidas 24 horas por dia.

A Prefeitura de Niterói ainda disponibiliza outras 70 câmeras inteligentes do cercamento eletrônico que funcionam como portais de segurança nas entradas e saídas da cidade. Tais câmeras são capazes de captar em segundos a placa de um veículo suspeito e a sua identificação é inserida no sistema. Se ele passar pelo cercamento eletrônico, será monitorado em tempo real por todas as câmeras do CISP. Os canais de atendimento à população são os números de telefone 153 e pelo aplicativo do WhatsApp (21) 98450-0153, que visam a agilizar as comunicações. Os agentes da GCM e da Polícia Militar (PM) também podem ser contactados via rádio transmissor.

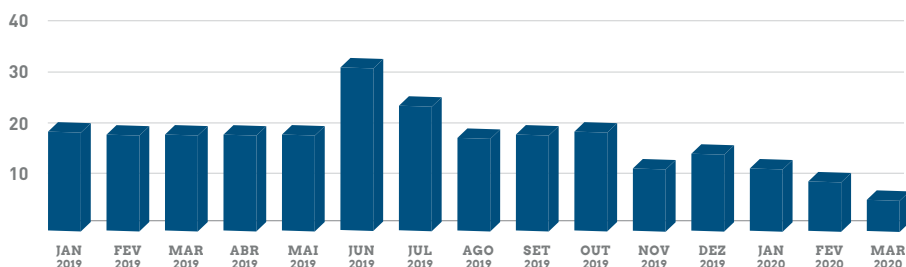
Para o desenvolvimento desse capítulo levamos em consideração a nossa experiência e participação na implementação do CISP. A temática do cercamento eletrônico na cidade é um dos pilares desse trabalho, pois trata-se de um dos principais recursos para controlar e coibir o roubo e furto de cargas e veículos. Para apresentar o CISP de Niterói foram consultadas fontes de pesquisa como o site eletrônico da pre-

feitura, além da legislação municipal pertinente. Objetivamos apresentar os projetos de tecnologia para a segurança pública que estão em processo de implantação e implementação a partir do CISP, ressaltando a importância do uso de câmeras inteligentes pela GCM e, com isso, aproximar a instituição dos moradores do município e ressaltar a importância em se investir em tecnologias de monitoramento inteligentes.

A instalação de um sistema de câmeras inteligentes pela cidade ajuda na prevenção e na diminuição dos delitos, além de facilitar e agilizar a pronta resposta policial, assim como auxilia na identificação de criminosos. Essa identificação em tempo real possibilita a abertura de inquéritos policiais e entrega uma resposta satisfatória de materialidade que facilita o preenchimento dos requisitos exigidos no direito penal.

Segundo o Observatório de Segurança Pública de Niterói (OSPNI), esses investimentos geraram resultados positivos, pois, conforme podemos exemplificar a partir do gráfico abaixo, a respeito dos índices de letalidade violenta entre janeiro de 2018 a março de 2020, os dados apontam que houve uma queda no número de casos. Cabe ressaltar que a partir do Decreto nº 13.517/2020 que “dispõe sobre novas medidas para o enfrentamento e combate à disseminação do coronavírus (covid-19) no município de Niterói e dá outras providências”, a partir do dia 19 de março de 2020 houve uma considerável alteração nas dinâmicas de circulação da cidade.

SÉRIE HISTÓRICA DE LETALIDADE VIOLENTA



Fonte: OSPNI, com dados disponibilizados pelo ISP/RJ

Premiada no evento Connected Smart Cities 2021, Niterói ratifica sua vocação para ser uma Cidade Inteligente e Sustentável¹, ocupando o 9º lugar geral do ranking no Brasil. Ademais, o projeto Niterói Que Queremos² está conectado aos motores de crescimento (AZEVEDO GUEDES *et al.*, 2018) mais importantes das Smart Cities, como segurança pública, políticas públicas, inovação e aplicações tecnológicas para as cidades.

Niterói contribui com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030 da ONU

A Prefeitura de Niterói vem cerrando fileiras na adesão a grandes projetos globais, como a Agenda 2030 da ONU — para promover sociedades comprometidas com a paz, a inclusão e o desenvolvimento sustentável, proporcionando o acesso universal à Justiça e tornando as medidas para segurança e ordenamento público mais eficazes — e seus Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)³. O projeto do Cercamento Eletrônico se conecta com o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Fortes) e, mais especificamente, com a meta 16.1: “Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas em todos os lugares”⁴. Essa meta está sendo consolidada no município e até o final da agenda, em 2030, temos o compromisso de fazê-la avançar.

O CISP no plano Niterói Que Queremos (NQQ)

O Niterói Que Queremos (NQQ 2013-2033) é um plano estratégico de desenvolvimento com metas de curto, médio e longo prazos, baseado em projetos estratégicos estruturadores. Esses são divididos em áreas de resultados — “Organizada

1 Uma forma mais atual e abrangente de entender uma cidade inteligente a partir da integração de conhecimentos e experiências existentes é a de uma cidade inovadora, que combina aspectos de inteligência e sustentabilidade por meio de uma governança que integra as interações dos stakeholders e que utiliza a tecnologia para otimizar serviços e infraestrutura para melhorar a qualidade de vida. [...] A tecnologia fornece os meios para a melhoria e a conexão de atores e serviços visando alcançar um desenvolvimento urbano sustentável, atualizando o desempenho socioeconômico, ecológico, logístico, gerencial e competitivo da cidade e a qualidade de vida de sua população, garantindo assim que as necessidades das gerações presentes e futuras sejam atendidas. (AZEVEDO GUEDES *et al.*, 2018).

2 Plano de desenvolvimento que estabelece metas e indicadores a serem alcançados nos próximos 20 anos.

3 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030. Acesso em: 25 set 2021. Disponível em: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (unicef.org).

4 Disponível em: ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes - Ipea - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Acesso em: 25 set 2021.

e Segura”, “Saudável”, “Escolarizada e Inovadora”, “Próspera e Dinâmica”, “Vibrante e Atraente”, “Eficiente e Comprometida” e “Inclusiva” — , que visam a preparar a cidade para os desafios atuais e do futuro. O CISP integra o eixo Niterói Organizada e Segura, cujos objetivos são:

- Tornar a mobilidade urbana em Niterói mais ágil e humana;
- Aprimorar a qualidade, organização e uso do espaço urbano, viabilizando o desenvolvimento e a equivalência das regiões do município;
- Ampliar a capacidade de resiliência e de resposta de Niterói aos desastres naturais;
- Reduzir as incidências de violência e criminalidade.

O CISP é um equipamento fundamental que, além do monitoramento com televisores e computadores de alta tecnologia, agrega informações de trânsito, Segurança Pública e Defesa Civil. Essa integração de dados otimiza a atuação da prefeitura e dos agentes envolvidos com a gestão da cidade. O CISP, que em momentos de emergência opera como um gabinete de crise, está contribuindo com os seguintes objetivos do NQQ:

- Implantar o monitoramento inteligente da cidade por meio de controle das entradas e principais vias – Cercamento Eletrônico;
- Realizar o controle de tráfego e fluxo de veículos;
- Implementar sistemas de sinalização e iluminação inteligente, integrando os principais centros de controle;
- Enfatizar a atuação preventiva contra a violência, por meio de políticas sociais, do monitoramento da cidade e da ampliação da ação da Guarda Civil Municipal (GCM), com foco na relação mais próxima com a população e na mediação de conflitos;
- Integrar as políticas de segurança das três esferas (municipal, estadual e federal), ampliando a cooperação junto às forças estaduais e federais.

O CISP no Pacto Niterói Contra a Violência

Com o Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), a partir de 2018, o primeiro passo foi o levantamento Diagnóstico da Violência. À análise de indicadores criminais, sociais e a uma pesquisa

de vitimização, seguiu-se uma intensa fase de engajamento e formulação coletiva com as áreas técnicas do município, organizações da sociedade civil, empresariais, religiosas, universidades e outros órgãos públicos.



A consolidação das medidas do PNCV, implementadas desde 2013, bem como um conjunto inédito de ações para os próximos anos, configuram-se como um dos maiores esforços que um município já fez na área de Segurança Pública, em todo o país, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017), órgão ligado ao Ministério da Economia.

A pesquisa analisou as 120 cidades com o maior número e a maior taxa de homicídios do país e identificou que, até 2020, Niterói estava entre as quatro cidades que mais reduziram as mortes violentas. Com tecnologia de ponta e a implantação do Cercamento Eletrônico, o CISP ganhou agilidade na análise integrada de roubo e furto de veículos, o que vem contribuindo para a queda dos registros, desde 2018. O que coloca Niterói como detentora de um dos melhores resultados em Segurança Pública dos últimos anos:

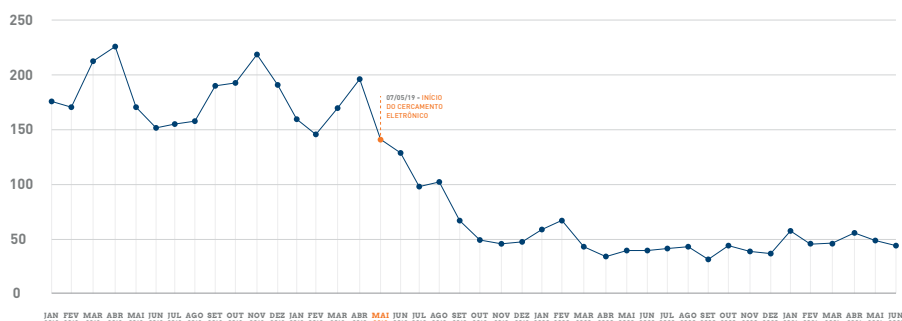
“A segurança de Niterói tem hoje os melhores números da Região Metropolitana e o melhor resultado dos últimos 20 anos. Isso é fruto de um intenso trabalho de todos. Não cruzamos os

*Monitoramento
em tempo real
das vias da
cidade*

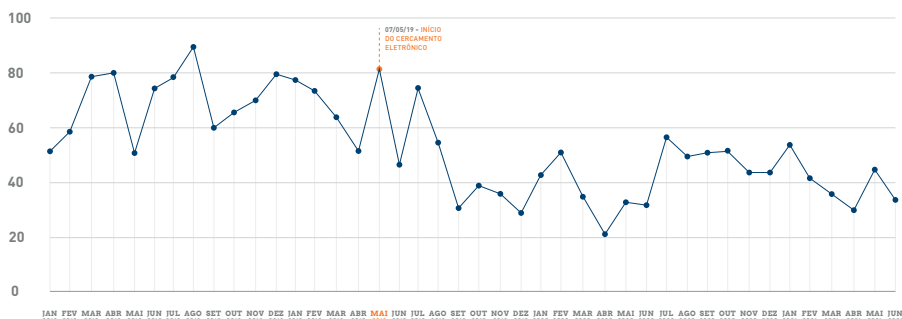
braços e deixamos que o Estado cuidasse da questão da Segurança. Buscamos integrar, planejar e ajudar. Niterói não é uma ilha, sabíamos que era um desafio muito grande assumirmos essa responsabilidade, pois a cidade vivia com medo. Não foi um trabalho fácil, mas o retorno nos mostrou que trilhamos o caminho certo”, destacou o prefeito Rodrigo Neves (NASSER, 2021).

A redução dos índices de criminalidade nos últimos anos é fruto de um trabalho integrado entre os agentes da GCM, PM, Polícia Civil, Niterói Presente, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e todos os outros servidores que atuam na área. Uma iniciativa eficaz que fez despencar os índices de criminalidade na região. O CISP chegou à marca de mais de 91.500 chamadas feitas ao número 153, de janeiro a dezembro de 2020, atendendo às mais variadas demandas, alcançando 3.600 ligações por mês, uma média de 120 por dia.

SÉRIE HISTÓRICA DE ROUBO DE VEÍCULOS EM NITERÓI



SÉRIE HISTÓRICA DE FURTO DE VEÍCULOS EM NITERÓI



Fonte: OSPNit, com dados disponibilizados pelo ISP/RJ ref. jan/2018 a jun/2021

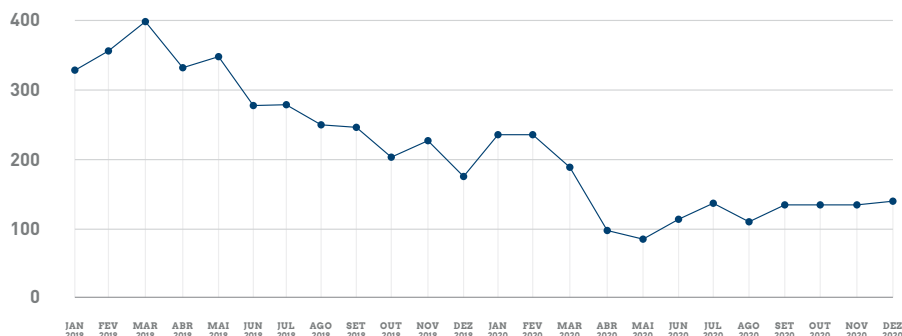
Cercamento Eletrônico

O Cercamento Eletrônico passou a operar em 7 de maio de 2019: são 70 câmeras com inteligência artificial (IA), distribuídas por 19 portais de segurança que monitoram as vias 24 horas por dia. A tecnologia funciona integrada a 522 câmeras do CISP e é capaz de identificar carros roubados, furtados ou clonados e acionar as forças de segurança em tempo hábil.

Quando um veículo em situação irregular é identificado, automaticamente soa um alerta na sala de operações. Os agentes se comunicam com a força policial mais próxima e o suspeito passa a ser rastreado pelas outras câmeras do CISP para uma interceptação segura. Após a abordagem, se a equipe confirmar alguma irregularidade ou houver algum indício de crime, os agentes direcionam o caso para o órgão ou autoridade competente. O sistema realiza também um cruzamento de dados com os arquivos da polícia, facilitando o registro da ocorrência com informações sobre data, local, características do veículo e circunstâncias do delito.

Os agentes da GCM conseguem buscar informações a partir de análises das câmeras de vídeos durante 24 horas do dia, sete dias por semana, seja por alerta em tempo real, seja pela população ou ainda algum agente de segurança pública nas ruas, por identificação de coincidência, com as regras definidas pelo usuário. O CISP contribui de forma efetiva com a redução dos índices de roubo de rua. Se compararmos todos os meses de 2019 com os meses de 2020, houve uma redução de 49,82%, conforme pode ser visto no gráfico abaixo.

SÉRIE HISTÓRICA DE ROUBOS DE RUA



Fonte: OSPNit, com dados disponibilizados pelo ISP/RJ ref. jan/2019 a jun/2021

Os agentes da GCM são os responsáveis pelo monitoramento das câmeras do CISP e dos alertas do Cercamento Eletrônico, como também fazem o atendimento da Central de Emergência, via 153. Além da GCM, agentes da Operação Niterói Presente, da PM e do Núcleo de Inteligência do CISP trabalham nas análises das imagens e fazem a comunicação com outros órgãos de Segurança Pública.

Considerações finais

Desde a implementação do CISP, foi verificado que o uso de tecnologias digitais para a governança da cidade colabora com a redução dos índices de violência e criminalidade, não somente na cidade de Niterói, mas também na região limítrofe. Esses dispositivos inteligentes da Tecnologia da Informação (TI), associados à comunicação direta e à articulação entre os agentes das instituições de polícia e trânsito, são uma peça-chave para a promoção inovadora de políticas de segurança pública e prevenção à violência. O Núcleo de Inteligência do CISP apresenta inovações e implementa novas tecnologias a partir desses resultados satisfatórios.

Em Niterói, estamos construindo um projeto que implantará 40 câmeras especiais, com capacidade para realizar o reconhecimento biométrico facial, distribuídas em locais com grande movimentação. O sistema está em fase de testes e requer adaptações à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e zelo pelos possíveis vieses que esse tipo de tecnologia pode gerar. Mas, uma vez concluídas, entrará em funcionamento a fim de reduzir ainda mais os índices de criminalidade. Essa tecnologia tem sido empregada em diversas cidades do mundo, como Nova York (EUA), Xangai (China) e Campina Grande (PB), como instrumento tanto de prevenção quanto de repressão de delitos. O objetivo em Niterói é identificar desaparecidos e suspeitos e localizar foragidos da Polícia e da Justiça.

A administração local está complementando ações com o uso de outras ferramentas, além dos recursos humanos. Essa integração viabiliza o alcance de resultados rápidos e positivos, sejam financeiros – com a redução da criminalidade – ou sociais – com o retorno em tempo real aos morado-

res. Tais resultados são percebidos positivamente pela população, arrefecendo a antiga sensação de insegurança. Assim, além da prevenção, nossos sistemas reduzem a impunidade, principalmente no crime de furto, que era um dos registros de delitos locais mais recorrentes.

Referências bibliográficas

AZEVEDO GUEDES, A. L. et al. *Smart Cities: The Main Drivers for Increasing the Intelligence of Cities. Sustainability*, v. 10, n. 9, p. 3121, 31 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2071-1050/10/9/3121/htm>> . Acesso em: 08 set. 2021.

INSTITUTO CIDADE SEGURA. *Estudo do IPEA mostra que cidades que implementaram Pacto pela Paz em parceria com o Instituto Cidade Segura e a Comunitas estão entre as quatro que mais reduziram violência no Brasil. 24/06/2021*. Disponível em: <Estudo do IPEA mostra que cidades que implementaram Pacto pela Paz em parceria com o Instituto Cidade Segura e a Comunitas estão entre as quatro que mais reduziram violência no Brasil - Instituto Cidade Segura>. Acesso em: 19 ago. 2021.

MORAIS, RAQUEL. A Tribuna, *Niterói é única cidade do Estado a ter cercamento eletrônico*. 08/05/2019. Disponível em: <Niterói é única cidade do Estado a ter cercamento eletrônico - A Tribuna RJ>. Acesso: 19 ago. 2021.

NASSER, GABRIELA. *Niterói alcança menores índices de criminalidade em 20 anos*. 04/01/2021. Disponível em: <Niterói alcança menores índices de criminalidade em 20 anos - Gabriela Nasser> . Acesso em: 15 ago. 2021.

NITERÓI. Decreto Nº 13.517/2020. Dispõe sobre novas medidas para o enfrentamento e combate à disseminação do coronavírus (covid-19) no município de Niterói e dá outras providências. Disponível em: <Decreto 13517 2020 de Niterói RJ (leismunicipais.com.br)>. Acesso em: 27 set. 2021.

NITERÓI SEMPRE À FRENTE. *Com investimento nas forças de segurança, na prevenção e em tecnologia, Niterói alcança menores índices de criminalidade em 20 anos*. 31/12/2020. Disponível em: <<http://www.niteroi.rj.gov.br/2020/12/31/com-investimento-nas-forcas-de-seguranca-na-prevencao-e-em-tecnologia-niteroi-alcanca-menores-indices-de-criminalidade-em-20-anos/>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

OSPNIT. *Letalidade violenta - Painel de monitoramento*. Disponível em: <LETALIDADE VIOLENTA - PAINEL DE MONITORAMENTO OSPNIT | Tableau Public>. Acesso em: 27 set. 2021.

_____. *Roubos de rua - Painel de monitoramento*. Disponível em: <ROUBOS DE RUA - PAINEL DE MONITORAMENTO OSPNIT | Tableau Public>. Acesso em: 19 ago. 2021.

PLATAFORMA AGENDA 2030. *Os 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <Plataforma Agenda 2030>. Acesso em: 14 ago. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI. *Niterói Que Queremos - Plano Estratégico 2013/2033*. Disponível em <<https://planoniteroi-quequeremos.com.br/Livro-completo-final.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

5

**Para além das políticas
de confronto: O papel do
Eixo Prevenção na estrutura
do Pacto Niterói Contra a
Violência**

AUTORES

Bira Marques

Ana Lúcia Tarouquella Schilke

Lauane Baroncelli Nunes

Introdução

“Somente o homem, quando capaz de em sua reflexão-ação poder “distanciar-se” de sua realidade para com ela ficar capaz de observá-la para, objetivando-a, transformá-la e, transformando, ver-se transformado pela sua própria criação; o homem que é e está sendo no tempo, é em seu tempo um ser histórico, somente este pode comprometer-se”.

(FREIRE, 2011., p.7)¹

O presente texto tem por propósito apresentar a gênese do Eixo Prevenção, materializando em palavras todo o processo vivido na construção e implementação de uma política pública, ainda em curso, que objetiva impactar as estruturas que alimentam/sustentam o ciclo da violência.

Tal discussão se coloca como necessária não somente para deixar registrados alguns aspectos relevantes da experiência de elaboração e implantação de uma proposta de enfrentamento do fenômeno da violência, desenvolvida pela Prefeitura de Niterói, como também para realizar uma análise do alcance desta proposta: seus objetivos e seu potencial de intervenção na realidade. Vale observar que o tratamento da violência na perspectiva da prevenção é definido como uma das metas do plano estratégico Niterói Que Queremos, além de sua efetivação ser capaz de contribuir para a concretude de diversas metas preconizadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)², dos quais Niterói é signatário.

1 Optamos por caminhar neste texto de “braços dados” com Paulo Freire, pela fertilidade de seu pensamento para enriquecer a discussão sobre violência numa perspectiva emancipadora que, acreditamos, está embutida no Pacto Niterói Contra a Violência. Além disso, com este ato, prestamos uma singela homenagem ao maior educador brasileiro no ano de comemoração do seu centenário.

2 Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030. Acesso em: 25 de set. de 2021. Disponível em: [Objetivos de Desenvolvimento do Milênio \(unicef.org\)](https://www.unicef.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-do-milenario).

Para realizar esse debate, fazendo operar o que Paulo Freire propõe como necessário, a saber: “‘distanciar-se’ de sua realidade para com ela ficar capaz de observá-la para, objetivando-a, transformá-la e, transformando-a, ver-se transformado pela sua própria criação” (2011, p.7), organizamos o texto em quatro seções: I - *Introdução*; II - *Caminhos trilhados na construção de uma política de enfrentamento à violência: histórico e os princípios balizadores do Eixo Prevenção*; III - *Projetos do Eixo Prevenção: seu papel no cenário de implementação de uma política pública inovadora para o enfrentamento do fenômeno da violência*; e IV - *Ousadia e necessidade: desafios para a consolidação dos projetos do Eixo Prevenção enquanto política de Estado*.

Assim, intencionamos que, no processo de tessitura do texto³, seja possível refletir sobre todo o percurso vivido, construindo enquanto horizonte, ou ainda, *inédito viável*, os possíveis caminhos a serem trilhados no sentido de consolidar uma política de Estado que transcenda o tratamento da violência limitado a ações reativas.



3 O texto deste artigo aprofunda algumas reflexões apresentadas no relatório desenvolvido pela assessoria técnica do Eixo Prevenção do Pacto, correspondente ao período de 2019 -2022, tendo sido produzido por Ana Cristina Loivos Porto, Ana Lúcia Tarouquella Schilke, Andrea Bello e Lauane Baroncelli Nunes.

Caminhos trilhados na construção de uma política de enfrentamento à violência: histórico e os princípios balizadores do Eixo Prevenção

“De anônimas gentes, sofridas gentes, exploradas gentes aprendi, sobretudo, que a Paz é fundamental, indispensável, mas que a Paz implica lutar por ela. A Paz se cria, se constrói na e pela superação de realidades sociais perversas. A Paz se cria, se constrói na construção incessante da justiça social. Por isso, não creio em nenhum esforço chamado de educação para a Paz que em lugar de desvelar o mundo das injustiças o torna opaco e tenda a miopizar as suas vítimas”.

(FREIRE *apud* FREIRE, 2006)⁴

Pensar uma política pública que esteja para além das políticas de confronto, que pretende fomentar a cultura da paz e tomar a violência como fenômeno social complexo e multifatorial, nos desafia, conforme defende Freire, a construir e consolidar políticas que assumam, enquanto horizonte, superar realidades sociais perversas e romper com visões opacas da realidade e que tendem, em última instância, a invisibilizar e deixar à margem aqueles que são ao mesmo tempo produtos e produtores da violência.

Neste sentido, materializar um pacto contra a violência de caráter contra-hegemônico requer a filiação a uma perspectiva política que reconheça o enfrentamento da violência como fenômeno complexo. Este abarca nuances e complexidades econômicas, sociais e culturais, como a perversa e crescente desigualdade social que assola o país e pautas sensíveis relacionadas às minorias como crianças, mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+, pessoas em situação de rua, entre outras.

Desde sua gênese, o Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) revela a compreensão de que superar a violência é um dos maiores desafios que se impõem às grandes cidades em

4 Fragmento do discurso proferido por Paulo Freire em 1986, em agradecimento ao prêmio da UNESCO de Educador para a Paz, transcrito por Ana Maria Freire em seu artigo “Educação para a paz segundo Paulo Freire”.

todo o mundo. Diante da magnitude desse desafio, a concepção tradicional das Políticas de Segurança Pública resume o papel do Poder Público à atuação reativa das polícias após a ocorrência dos crimes, carecendo, ainda, de estratégias de integração institucional e de um plano que defina quais são as prioridades e estratégias de desenvolvimento da cidade a partir de uma perspectiva sensível à realidade social de todas as pessoas que a habitam. Por efeito, o enfrentamento do fenômeno da violência torna-se ainda mais difícil de ser alcançado, sobretudo nas regiões densamente povoadas como as cidades que se encontram nas regiões metropolitanas.

Deste modo, elaborar e colocar em prática uma política pública pautada em princípios e estratégias que possuem a ousadia necessária para “desvelar o mundo das injustiças e não miopizar as suas vítimas” (FREIRE *apud* FREIRE, 2006), investindo em formas de criar fissuras no paradigma que sustenta o ciclo da violência⁵ e, no limite — talvez tão utópico quanto necessário —, romper com esse ciclo, é um imperativo ético assumido pela Prefeitura de Niterói. Tal movimento, ousado e necessário, inicia-se na gestão do prefeito Rodrigo Neves e tem a sua continuidade assegurada na gestão do prefeito Axel Graef.

Outro elemento a ser contemplado por uma política pública que pretenda interferir em uma questão tão desafiadora é o caráter democrático desta construção. Tal dimensão se revela já na origem do PNCV, na medida em que um dos primeiros movimentos da Prefeitura para abordar o problema consistiu na escuta da população a fim de traçar, coletivamente, estratégias de sua política de segurança⁶. Uma das ações mais emblemáticas neste sentido foi a consulta pública inédita no país, em 2017, compartilhando com a sociedade a decisão sobre o uso de armamento letal pela Guarda Civil Municipal (GCM). Na ocasião, aproximadamente 18,9 mil pessoas foram às urnas e 70% delas decidiram pelo não arma-

5 Por “ciclo da violência” nos referimos ao fenômeno de produção e reprodução da violência em que violências mais ou menos materiais tais como injustiça social, violações de direitos, violência simbólica e de Estado, dentre outras fomentam a reprodução de diversas expressões de violência, num ciclo que se retroalimenta.

6 Segurança é uma atribuição constitucional da União e dos Estados. Porém, em razão do agravamento da situação de violência no Estado do Rio de Janeiro, desde 2013, a Prefeitura de Niterói decidiu assumir um papel relevante nesse tema, adotando uma série de medidas na área da segurança.

mento da Guarda. A Prefeitura entendeu tal resultado para além de seu objetivo imediato e decidiu iniciar um realinhamento estratégico das suas ações em Segurança, direcionando seus maiores esforços para a área de prevenção.

Iniciou-se, assim, a construção de uma visão inovadora de um plano de Segurança Pública denominado em um primeiro momento de Pacto Niterói Pela Paz⁷ e, posteriormente, Pacto Niterói Contra a Violência. Para tanto, a Prefeitura reuniu diversos atores sociais e instituições públicas para, conjuntamente, dar sentido e significado ao PNCV, construindo, de forma colaborativa, os projetos que iriam compor este ousado plano. As estratégias desenhadas a partir deste trabalho coletivo⁸ somaram-se às medidas que já vinham sendo implementadas desde 2013 na busca de inovações na política de segurança pública da cidade.

Desde o princípio, a noção de prevenção ocupava o centro das discussões, buscando arejar concepções desse campo tão instituídas e generalizadas nacionalmente quanto comprovadamente fracassadas, concepções estas associadas a intervenções tão somente *a posteriori* da materialização da violência e que, por vezes, utilizam a própria violência como método. Com isso, invisibilizam ou mesmo agravam as injustiças sociais e outros condicionantes socioculturais que, sem a devida atenção do Estado, permanecem como uma espécie de motor de reprodução do ciclo da violência.

O desejo de escapar dessa lógica, tão perversa quanto ineficaz, fomenta a elaboração coletiva de projetos de prevenção à violência que estabelecem diversas linhas de ação que são posteriormente assimiladas, organizadas e integradas em um dispositivo legal materializado no Decreto nº13.378/2019, publicado em 07 de novembro de 2019, sancionando a Política Municipal de Prevenção à Violência de Niterói (PMPV).

Nela, os seguintes princípios e objetivos são definidos para o Eixo Prevenção:

I – Prevenir a violência por meio da integração e intensificação das políticas públicas e ações da sociedade civil existentes nos territórios;

⁷ O pacto foi construído com o apoio da Comunidades e o suporte técnico do Instituto Cidade Segura e do Instituto Argumento, sob a coordenação do chefe do executivo municipal.

⁸ Ver <http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/o-pacto/historia-do-pacto-niteroi-contra-violencia/>.

II – Reduzir a vulnerabilidade e prevenir o agravamento do risco à violência de crianças, adolescentes, jovens e famílias;

III – Reduzir a violência exercida contra os cidadãos niteroienses, com atenção a grupos socialmente vulneráveis, tais como, crianças, adolescentes, jovens, mulheres, população LGBT, negros, grupos étnicos minoritários e pessoas em situação de rua;

IV – Redução da infrequência, abandono e evasão escolares;

V – Fomentar a cultura de promoção à vida e a convivência cidadã;

VI – Prevenir a reprodução da violência por meio do acolhimento, reinserção social e acompanhamento de pessoas em situação de violação de direitos e risco social;

VII – Oferecer ações, serviços e incentivos que contribuam para reduzir as diversas expressões da vulnerabilidade social subjacentes à violência, de maneira sensível à identidade dos territórios alcançados por estes;

VIII – Promover a constituição de redes de apoio e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, ampliando os fatores de proteção à violência.

Paralelamente à publicação da PMPV, foram desenvolvidos processos de formação⁹ das equipes responsáveis pela implementação dos projetos e iniciado um processo de (re)estruturação dos mesmos no sentido de revigorar alguns aspectos de análise e intervenção, problematizar outros, expandir raios de ação, dentre outras questões, buscando ampliar a capacidade de intervenção nos problemas específicos de cada projeto e aprofundar a sensibilidade das ações à realidade vivida na cidade.¹⁰

Tal processo formativo, de constante avaliação e reorientação das ações, é elemento fundamental para garantir o bom

9 Os processos formativos aconteciam como parte das reuniões semanais envolvendo as equipes dos diversos projetos do Eixo Prevenção. Nestes encontros, eram estudados/discutidos os princípios e os desafios teóricos e operacionais centrais do eixo. Destacamos, nesse processo, a oficina *Avaliação de programas intersetoriais e de difícil mensuração*, conduzida por professores da UNIRIO, a saber: Regina Novaes, Eliane Ribeiro, Diógenes Pinheiro, Mônica Peregrino e Miguel Farah. A oficina em tela foi organizada em parceria com a então Coordenadora de Monitoramento do PNCV, Severine Carmem Macedo.

10 Tais processos foram coordenados pelo Gestor do Eixo Prevenção- inicialmente por Bira Marques e posteriormente por José Antônio Fortuna Nogueira e pela equipe de assessoria do Eixo Prevenção do Pacto Niterói Contra a Violência, composta à época por Ana Cristina Loivos Porto, Ana Lúcia Tarouquella Schilke e Lauane Baroncelli Nunes, em diálogo com a coordenação de Monitoramento, à época sob a coordenação de Severine Carmem Macedo, e materializados nas (re)elaborações produzidas pelos gerentes dos projetos e suas equipes.

desenvolvimento dos projetos do Eixo de Prevenção, dado que o imenso desafio de fazer frente aos processos históricos, sociais, culturais e econômicos que sustentam as estruturas basais do fenômeno da violência demanda uma leitura da realidade tão complexa quanto são as questões a serem enfrentadas. Além disso, a multiplicidade de ações que devem ser realizadas de forma simultânea, de modo a incidir sobre um variado e necessariamente inter-relacionado espectro de questões subjacentes à violência, produzindo ainda a devida capilaridade na realidade vivida, demanda uma significativa dose de capacidade técnica e gerencial.

Aprofundando a discussão sobre o conceito de prevenção, entendemos que uma política de enfrentamento à violência pautada na prevenção pretende “preparar, chegar antes, impedir que se realize, dar impulso, fomentar, originar, gerar, impedir e/ou controlar o surgimento de um determinado agravo” (CZERESNIA, 2003). Tal perspectiva pode ser enriquecida, ainda, pela ideia de *promoção*, que enfatiza as transformações dos condicionantes ou determinantes que conformam uma dada realidade social, estando implícita, portanto, nos desafios que o Pacto se dispõe a enfrentar.

Assim, os conceitos de prevenção e de promoção articulam as dimensões mais específicas e as intervenções mais direcionadas a determinados aspectos manifestos do fenômeno da violência às dimensões mais amplas, referentes às questões macrosociais e à proliferação de formas de *ser* e *estar* no mundo que podem colaborar com a transformação de uma dada realidade.

Como forma de disparar processos de prevenção à violência e de promoção da paz, da vida e da convivência e, com isso, começar a materializar os princípios e objetivos estabelecidos para o Eixo Prevenção, a gestão pública municipal elaborou projetos abarcando as dimensões *primária*, *secundária* e *terciária* de prevenção à violência. Os projetos que integram a prevenção primária se dirigem a toda a população em equipamentos públicos da cidade, por meio de projetos desenvolvidos nas áreas da educação, da saúde, da cultura, do esporte, do lazer, do meio ambiente, da profissionalização e do emprego, entre outros (Decreto nº 13.378/2019, arts. 6 e 7). Os projetos integrantes da prevenção secundária e terciária-

ria visam a complementar as estratégias preventivas, oferecendo atenção especializada, de média e alta complexidade, às crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação já instalada de risco social e violação de direitos e, portanto, particularmente vulneráveis à violência.

Dentro deste quadro, o Eixo Prevenção engloba os seguintes projetos fundadores: Escola da Família, Escola da Paz, Espaço Nova Geração, Poupança Escola e Banco de Oportunidades. Dois Projetos em fase de (re)elaboração em função das demandas trazidas pela pandemia: Rede + Proteção e Território Juventude, e por último, o Rede Acolher ainda em fase de implementação.

Projetos do Eixo Prevenção: seu papel no cenário de implementação de uma política pública inovadora para o enfrentamento do fenômeno da violência

“Para Paulo, a Paz não é um dado, um fato intrinsecamente humano comum a todos os povos, de quaisquer culturas. Precisamos desde a mais tenra idade formar as crianças na “Cultura da Paz”, que necessita desvelar e não esconder, com criticidade ética, as práticas sociais injustas, incentivando a colaboração, a tolerância com o diferente, o espírito de justiça e da solidariedade”.

(FREIRE, 2006, p.391)

Concordando com Freire (2006), os projetos do Eixo Prevenção buscaram, em sua estruturação, propor ações que atuassem sobre as diversas fases de vida, desde a gestação até a idade adulta; acompanhando trajetórias; prevenindo agravos e promovendo ações que pudessem fomentar outras formas de ser e estar no mundo; e, com isso, criar brechas, fissuras ou ainda, romper com o ciclo da violência.

Com o propósito de empreender um olhar atento sobre o percurso trilhado pelo Eixo Prevenção, colocaremos em análise a forma que cada projeto intervém no sentido da constru-

ção, por meio da inter-relação e articulação com os demais projetos do Eixo, de uma política pública para o enfrentamento da violência em suas diversas dimensões e complexidades.

REPRESENTAÇÃO DOS PERÍODOS DA VIDA ABARCADOS PELOS PROGRAMAS DO EIXO PREVENÇÃO



Fonte: Elaboração própria

Iniciamos pelo **Projeto Escola da Família**, que tem por foco de intervenção a prevenção à violência da gestação até as primeiras etapas do desenvolvimento da criança. Inicialmente, a fundamentação teórica do projeto referenciava estudos que procuravam demonstrar que a relação entre pais e bebês é de grande importância na redução da trajetória criminal na adolescência e na vida adulta, apontando, ainda, que problemas de comportamento tendem a ficar cada vez mais difíceis de serem modificados ao longo da vida.

A partir de um amplo processo de debate realizado pelas equipes da saúde, foi detectado e problematizado o viés de caráter determinista e reducionista subjacente a uma perspectiva de violência que entenda trajetórias criminais na adolescência e na vida adulta, fenômeno certamente atravessado por nuances absolutamente complexas como mero efeito de práticas parentais materializadas no início da vida dos sujeitos.

Assim, o desafio era dar conta do caráter complexo e multidimensional da violência, de modo a não legitimar uma abordagem conservadora para o problema que incorre, cen-

tralmente, numa perspectiva psicologizante e culpabilizante dos indivíduos e famílias.

Sensíveis a esta questão, a equipe da saúde, em diálogo, debruçou-se sobre o projeto, buscando ajustar a perspectiva inicialmente proposta de modo que as questões comportamentais — foco da intervenção inicial — pudessem aliar-se às questões de saúde pública e promoção da saúde integral. A equipe tomou por base a Política de Educação Permanente em Saúde no SUS contemplando a Educação Popular e a perspectiva pedagógica de metodologias ativas, que incorporaram aspectos como consciência crítica e cidadania participativa e busca a superação das desigualdades sociais e de todas as formas de discriminações, violências e de opressão.

Na área da Educação, o **Programa Escola da Paz** baseou-se, inicialmente, na ideia de que a redução de comportamento violento e criminoso deve ser promovida na escola pelo controle de impulsos e comportamentos agressivos, pelo estímulo à integração social e pelo desenvolvimento cognitivo e habilidades sociais. Seu desenho adotava uma metodologia estruturada de educação socioemocional, que se materializava em um conjunto de propostas educativas pré-programadas, organizadas em cartilhas a serem aplicadas nas escolas pelas equipes responsáveis.

Nesse ponto, como fruto do debate empreendido pela equipe de assessoria técnica do Eixo Prevenção, sob a coordenação do gestor do Eixo¹¹ e em parceria com a gerência do projeto, foram propostas algumas reformulações. Partindo de estudos do próprio campo socioemocional em articulação com outros referenciais teóricos, passamos a pensar a educação socioemocional na interface com os Referenciais Curriculares do município de Niterói, de modo que a identidade da rede de educação municipal pudesse informar a proposta. Nesse movimento, optou-se pela metodologia não estruturada de educação socioemocional que, ao invés de apoiar-se em atividades preestabelecidas, sem o protagonismo dos atores da escola, adere à noção de participação como elemento central do programa. Além disso, elegeu-se as linguagens da arte, o corpo e a cultura em geral como recursos metodológicos para o trabalho, junto aos estudantes, das questões socioemocionais.

11O gestor do Eixo à época era Bira Marques.

Ainda no escopo das intervenções preventivas junto a crianças e adolescentes, o Eixo Prevenção conta também com o **Espaço Nova Geração (ENG)**. O debate em torno desse projeto voltou-se para a problematização desse espaço enquanto mero ambiente para cursos e oficinas destinadas a crianças, adolescentes e jovens para, ao invés disto, constituir um local que, inspirado na perspectiva de educação integral dos antigos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), e atualizando-a, pudesse promover a cidadania, a integração comunitária e a construção de projetos de vida significativos de crianças e jovens. Tais objetivos, amplos e complexos, não poderiam ser contemplados pelo mero oferecimento de uma coleção de atividades de esporte e de cultura, exigindo o engajamento dos participantes do projeto em “trilhas pedagógicas” singulares para a promoção da inclusão social e desenvolvimento educacional, o que está intrinsecamente vinculado a uma perspectiva multidisciplinar e intersetorial que deve atravessar as diversas ações do projeto.

Ainda no âmbito da Educação, o **Programa Poupança Escola** intenciona incentivar a conclusão do Ensino Fundamental e Médio, por meio de uma política de caráter meritocrático, no qual os jovens com aproveitamento pedagógico e frequência escolar acima, igual ou superior a 75% e que cursarem atividade extraclasse, recebem incentivo financeiro visando a estimular a conclusão da Educação Básica.

Além da concepção de que retribuir os estudantes que cumprem essas condições possa impactar positivamente a permanência dos jovens na escola, o Programa Poupança Escola intervéem em um dos aspectos que leva muitos a deixarem a escola: o aspecto econômico, já que muitos jovens acabam por abandonar os estudos a fim de aumentarem a renda individual e/ou familiar.

No entanto, é sabido que os problemas de infrequência, abandono, evasão escolar, assim como questões comportamentais dos estudantes, têm, como pano de fundo, questões sociais, econômicas, culturais e institucionais que são múltiplas e complexas e que ultrapassam o simples mérito individual e que interferem fortemente nos problemas em tela.

Assim, se é fato que o Programa Poupança Escola pode impactar positivamente na questão da continuidade dos estudos,

outras questões como dificuldade de aprender, percepção de falta de sentido da escola, discriminação de vários tipos, violência institucional simbólica e outros tipos de violência fora da escola, gravidez na adolescência, dentre outros fatores, devem ser alvo de outras políticas no campo da educação, como é o caso do já apresentado Programa Escola da Paz.

Dando continuidade ao acompanhamento do ciclo de vida, o **Projeto Banco de Oportunidades** tem como foco possibilitar aos jovens residentes em Niterói a (re)colocação no mercado de trabalho a partir da ampliação e facilitação do acesso à oferta de empregos. Para tanto, investe-se em uma plataforma digital na qual os jovens terão acesso a um banco de oferta de empregos, informações sobre capacitação profissional e estímulo à cultura do empreendedorismo.

O Banco de Oportunidades desempenha um papel importante dentro do Pacto, sendo uma das portas de saída para projetos como ENG e EcoSocial¹², incluindo nas oportunidades do mercado de trabalho os jovens que participaram desses projetos. Uma problematização importante a ser abarcada por esse projeto diz respeito à definição do perfil exigido para ter acesso ao Banco (em termos de escolaridade e experiência profissional), de modo que as oportunidades oferecidas possam incluir a juventude niteroiense de forma equânime, atingindo jovens em situação de vulnerabilidade, de risco social e jovens com deficiência física e mental.

Finalmente, o **Projeto Rede + Proteção**, ainda em fase de (re)elaboração, objetiva intervir sobre um dos problemas mais complexos e interstícios da dinâmica de constituição do fenômeno da violência: o uso de drogas. O projeto foi pensado no sentido de intervir preventivamente sobre a ocorrência de violência associada ao uso de álcool e outras drogas de forma indiscriminada/abusiva. Também faz parte do cenário de preocupações do projeto o fato das drogas lícitas fazerem parte do contexto e da história da sociedade, presentes em diversas situações cotidianas como festas, atividades de lazer e outras manifestações (ADORNO, 2008). Ou seja, aceitos e legitimados socialmente, além de estimulados pela lógica do capital, de modo que, em alguns contextos, esse consumo ini-

¹² Projeto integrante do Eixo Ação Territorial Integrada do PNCV.

cia-se desde muito cedo, ainda na infância ou adolescência. Assim, fica a pergunta: em que medida e em qual contexto de uso a droga é um problema de saúde pública? Esse breve retrato evidencia parte do desafio a ser enfrentado, sinalizando a necessidade de pesquisas e estudos robustos que possam contribuir para construção de um projeto de ação capaz de romper com políticas meramente proibicionistas que, por vezes, apenas fomentam a repressão policial contra populações historicamente marginalizadas.

Outra questão central no engendramento da violência e específico do âmbito da prevenção secundária é alcançada pelo Eixo Prevenção por meio do projeto, ainda em fase de elaboração: **Território Juventude**. Tal projeto surge como fruto do amadurecimento do mencionado processo de estruturação coletiva do Eixo Prevenção dando destaque à atenção a crianças e adolescentes em situação já instalada de risco social e violação de direitos (por exemplo, crianças e jovens que evadiram da escola, em situação de rua e/ou trabalho infantil, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, entre outros) e, portanto, particularmente vulneráveis à violência. Um aspecto significativo que ocupava o debate durante a fase inicial de elaboração desse projeto e que deve permanecer como elemento de discussão diz respeito ao entendimento de que um projeto que tenha esse público como foco precisa pautar-se em estudos que revelem os processos históricos e sociológicos de representação da infância e da juventude.

Assim, o projeto abraça uma apreensão crítica de tais processos que permita compreender a necessidade de novas políticas que coloquem crianças, adolescentes e jovens como sujeitos de direito, capazes de refletir e agir sobre a própria história. Para que isso se materialize para além de palavras vazias no papel, o Território Juventude deve ser centralmente estruturado pela perspectiva de efetiva participação de crianças e jovens no processo de construção de saídas para a violência, reconhecendo-os como sujeitos e não meramente objetos de uma política de prevenção secundária à violência.

Outro projeto que revela significativa superação crítica alcançada pelo Eixo Prevenção de concepções dominantes no campo da segurança pública é o **Rede Acolher**. Tal projeto tem

o ousado objetivo de acolher e acompanhar as pessoas egressas do sistema prisional e suas famílias. Esse é um público historicamente negligenciado pela abordagem tradicional em políticas públicas de segurança, baseadas no punitivismo e ainda distantes da ideia de reinserção social de usuários do sistema prisional. No entanto, com o crescimento dos índices de criminalidade, cresce o número de cidadãos que vivem a experiência de ter familiares em situação de privação de liberdade, o que necessariamente acirra a condição de vulnerabilidade social dos mesmos, inclusive a vulnerabilidade de seus membros no que tange à (re)produção dos diversos tipos de violência.

Buscando fazer frente a este problema, que decerto pode ser considerado estrutural na reprodução da violência, o projeto, em fase inicial de implementação, visa a atender as demandas singulares dessas famílias, promovendo o acesso aos direitos a partir da integração ao circuito do território, a constituição de redes de apoio e o fortalecimento dos vínculos familiares, ampliando os fatores de proteção.

Os projetos do Eixo Prevenção tem o papel de atuar sobre/com questões que guardam enorme complexidade e que, embora estejam virtualmente fora do raio de ação das políticas públicas hegemônicas de enfrentamento à violência, constituem aspectos da realidade que, ao serem negligenciados ou invisibilizados, acabam por minar esforços de outros Eixos da Política de Segurança, como o de Policiamento e Justiça.

Assim, tais projetos possuem enorme centralidade na política de enfrentamento à violência que vem sendo construída no município de Niterói. Inclusive, a palavra “enfrentamento” tem, no dicionário da língua portuguesa, uma definição que ajuda a pensar este ponto: “disputa em torno de questões polêmicas; contestação, controvérsia, debate”¹³. Acreditamos, de fato, que enfrentar a violência a partir da perspectiva da prevenção constitui uma disputa que, diante de uma carga histórica complexa de exploração e desigualdade, e do momento político que vivemos no Brasil, não tem nada de simples. Trata-se da disputa por uma visão de mundo mais inclusiva, mais ética, uma visão que conteste concepções de violência de caráter individu-

13 Ver <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/enfrentamento>

alista ou familista, assumindo a multidimensionalidade da violência, permeada por elementos históricos, sociais, culturais, simbólicos, institucionais, e pela própria violência do Estado. A partir dessa contestação, tão árdua quanto necessária, forjada a partir de um debate democrático, participativo, efervescente e contínuo, os projetos do Eixo Prevenção guardam o potencial de colaborar na luta por uma sociedade menos injusta e desigual e, por efeito, menos violenta.



Ousadia e necessidade: desafios para a consolidação dos projetos do Eixo Prevenção enquanto política de Estado

“A Paz tem sua grande possibilidade de concretização através do diálogo freireano porque ele inscreveu na sua epistemologia crítica a intenção de atingi-la. O diálogo que busca o saber fazer a Paz na relação entre subjetividades entre si e com o mundo e a objetividade do mundo, isto é, entre os cidadãos e a possibilidade da convivência pacífica, é a que autentica esse inédito-viável”..

(FREIRE, 2006, p.392)

*Apresentação
do Programa
Pacto Niterói
pela Paz
ao Centro
Integrado de
Controle e
Comando do
Estado do Rio
de Janeiro -
2018*

Passados pouco mais de três anos de lançamento do Pacto, e considerando a emergência da pandemia de covid-19¹⁴

¹⁴ No dia 11 de março de 2020, Tedros Adhanom, diretor geral da Organização Mundial de Saúde

que permanece em curso, faz-se imperativo encontrar maneiras — como a própria produção desta publicação — para se olhar para trás, analisando os processos vivenciados e os produtos até aqui alcançados e, a partir desta composição de análises e informações, desenhar os arranjos necessários para que todo o esforço até o momento empreendido seja por fim consolidado em uma política robusta, sólida e de longo alcance no enfrentamento da violência.

Tais análises, por sua vez, podem gerar pesquisas, estudos e evidências de ordem empírica e crítica que, sendo produzidas no calor dos processos vividos, podem se tornar capazes de qualificar os projetos e redirecionar a implementação e execução dos mesmos.

Além de se retroalimentar pela avaliação empreendida, é necessário que o PNCV, e no caso específico do objeto deste texto, o Eixo Prevenção, abra espaços para que outras demandas, subjacentes ao problema da violência, que ainda não ganharam destaque, possam ser visibilizadas, fomentando a invenção de novas estratégias a serem incorporadas à dinâmica de trabalho até então desenvolvida.

Assim, como abordamos anteriormente, consideramos ser necessário problematizar a necessidade de continuamente aprofundar a perspectiva de violência, materializada nos projetos do Eixo Prevenção, como fenômeno complexo e multidimensional que demanda, como alerta Freire, uma leitura crítica/não ingênua da realidade.

Vale ressaltar que também compõe este processo de análise para proposições futuras o reconhecimento dos impactos trazidos pela pandemia e suas implicações, tais como o aumento da violência doméstica direcionada às crianças e às mulheres, a evasão escolar e a distorção idade-série, o empobrecimento de uma parte significativa da população, o incremento da violência racial, de gênero, dentre outros aspectos.

(OMS), declarou que o mundo vive uma pandemia de covid-19, em decorrência da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2). No dia 16 de março, o prefeito de Niterói, Rodrigo Neves, decretou as primeiras restrições e orientações sobre (não) funcionamento de equipamentos no município. Algumas destas restrições e orientações ainda estão em vigor. O referido cenário atingiu a dinâmica de vários serviços, e o Pacto Niterói Contra a Violência também foi sensivelmente afetado. Ou seja, todos os projetos que integram o Eixo Prevenção, com maior ou menor intensidade, tiveram que realizar ajustes em decorrência da pandemia. As considerações sobre tais ajustes serão detalhadas nos textos que abordam especificamente cada projeto.

Conscientes dessas questões acirradas pela pandemia, propomos uma análise sustentada teoricamente a partir dos conceitos *atos-limite* e *inédito viável*, cunhados por Paulo Freire em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (2016), consolidadas posteriormente em outros de seus escritos tais como *Pedagogia da Esperança* (2000), além de densamente sistematizada por seus comentadores (FREIRE, 2006 e 2017, ALVES, 2018).

Para Freire, os *atos-limites* são compreendidos como formas de se referir “aqueles que se dirigem à superação e a negação do dado, em lugar de implicarem sua aceitação dócil e passiva (FREIRE *apud* ALVES, *idem*), ou seja, uma forma de olhar a realidade, compreendendo os seus condicionantes e determinantes, sem que esta compreensão produza uma inércia, apesar da complexidade que esse olhar possa revelar. Ou seja, é uma ideia que, ao ser incorporada neste texto, intenciona, a partir da realidade experienciada no processo de implementação dos projetos do Pacto, valorizar a transformação de uma *consciência ingênua* para uma *consciência crítica* ao mesmo tempo em que os desafios identificados por tal compreensão não gerem uma apatia.

Sendo uma política ousada, significativos esforços são exigidos. Assim, uma política pública que rompe com as lógicas hegemônicas no campo da segurança pública e se filia a outro paradigma impõe a necessidade de que os operadores dessa política possam interpretar dados, relatos e experiências vivas e singulares dos sujeitos, de forma a reorientar caminhos e desenhar novas saídas que almejam o enfrentamento de situações-problema de alta complexidade. A intenção é encontrar o *sonho viável*, pois:

O critério da possibilidade ou impossibilidade dos sonhos é um critério histórico-social e não individual. O sonho viável exige de mim pensar diariamente a minha prática; exige de mim a descoberta constante dos limites da minha própria prática... A questão do sonho possível tem que ver exatamente com a educação libertadora, não com a educação domesticadora. A educação libertadora é uma prática utópica. Não utópica no sentido do irrea-

lizável, do impossível... utópica no sentido de que esta é uma prática que vive a unidade dialética, dinâmica, entre a denúncia e o anúncio. (FREIRE, 1982, p. 99)

Um *sonho viável* vai demandar, ainda, o surgimento do *inédito viável*, que tem seu alicerce num engajamento implicado e crítico com a realidade, no qual os operadores de uma dada política se dedicariam a problematizar e, alicerçados em tais problematizações, anunciar caminhos.

A fim de elucidar tal conceituação trazida por Freire, autores como Nita Freitas e André Nicolai afirmam que “o inédito viável é na realidade uma coisa inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas sonhada, e quando se torna um ‘percebido destacado’ pelos que pensam utopicamente, esses sabem, então, que o problema não é mais um sonho, que ele pode se tornar realidade”. (NICOLAI *apud* ALVES, 2018). Ou, ainda, que o *inédito viável* diz respeito a soluções praticáveis despercebidas (NICOLAI *apud* ALVES, 2018), o que implica que não se trata de obter soluções prontas, mas de sonhar com a possibilidade de agir no mundo, transformando-o, no sentido de um sonho possível (ALVES, 2018). Assim, é a partir da ampliação, e não de uma miopização do olhar — incapaz de ver o difícil e o distante —, que saídas praticáveis, mas ainda despercebidas, podem ser alcançadas *na realidade* e não *a despeito* dela. Ou seja, o olhar míope para as nuances e multidimensionalidades da violência se revela, cedo ou tarde, simplista demais para enfrentar o fenômeno, revelando-se mais utópico — no sentido pejorativo de algo “incapaz de ser alcançado” — do que o olhar preciso e ousado, que se torna indispensável para encarar o amplo e o complexo. Nessa ótica, apresentamos quatro questões-chave que podem ser tomadas como *atos-limite* e que, na busca da ousadia necessária, podem ajudar a produzir o *inédito-viável*.

Assim, para que o PNCV, em especial o Eixo Prevenção, caminhe na materialização de uma *utopia realizável* que abarque a complexidade inerente à discussão sobre como prevenir a violência e construir a Paz e possa se consagrar como uma política pública a ser incorporada enquanto política de Estado com efeitos de longo alcance para os municípios de Niterói, algumas questões precisam ser pensadas.

A primeira questão-chave se relaciona com as estratégias que materializam dinâmicas de articulação e inter-relação entre os projetos do Eixo Prevenção, por meio das quais, além de processos internos inerentes a cada proposta, ganhe centralidade articulações entre os projetos no sentido de romper com uma perspectiva rasa de intersectorialidade, que se concretiza por meio de um mero *jogo de revezamento de casos*.

Entendemos como *jogo de revezamento de casos* o resultado visível da lógica fortemente dominante na maioria das práticas instituídas nas gestões públicas, qual seja, a prática de encaminhamento de casos, no qual as situações-problema passam por setores ou dispositivos públicos ou privados, em um jogo de transferência de responsabilidades sem que de fato ocorra um olhar colaborativo e amplo no sentido de enfrentar as demandas que não podem ser compreendidas/solucionadas, solitariamente, por um único projeto/agente.

É necessário que haja uma composição entre as ações já iniciadas no sentido de que essas possam formar um todo orgânico de modo que os projetos do Pacto, em especial os que compõem o Eixo Prevenção, possam dialogar e trabalhar de forma efetivamente integrada, materializando ações e metas que transcendam aos projetos individuais, investindo, ao contrário, em proposições que identifiquem e produzam interfaces e complementaridades para, com isso, aprofundar o alcance de cada intervenção tomada isoladamente.

Outra questão-chave se relaciona com a necessidade de se realizar uma análise do contexto e permeabilizar os processos vividos por tal análise. No caso atual, os desafios trazidos pela pandemia de covid-19 e seus efeitos na realidade da violência. Assim, a partir de uma apreensão crítica do contexto vivido, o desafio que se coloca, materializando os princípios dos *atos-limites* e da construção de um *inédito viável*, é analisar e responder aos novos condicionantes sociais, econômicos e culturais produzidos pela pandemia, (re)desenhando ações que abarquem e busquem superar, por exemplo, o agravamento das situações de violência doméstica — que tem como vítimas sobretudo mulheres e crianças —, da violência contra negros e contra a comunidade LGBTQIA+.

Nesse sentido, faz-se necessário identificar se projetos elaborados anteriormente à pandemia que já se encontram em fase de implementação/execução necessitam de ajustes, como o Projeto Escola da Família, que promove, enquanto estratégia metodológica de intervenção, encontros presenciais de gestantes, grupo que potencialmente é mais suscetível a complicações da covid-19 e, em alguns casos, a situações de violência doméstica que se tornam ainda mais frequentes na pandemia.

Vale ressaltar que, apesar de, no município de Niterói, outras secretarias e/ou coordenações se incumbirem de pensar e promover ações destinadas a enfrentar questões vividas pelas mulheres, negros e crianças, os projetos do Eixo Prevenção não podem se eximir de pensar e atuar sobre os efeitos da violência sofridos por esse público na pandemia, sob a pena de alienar importantes condicionantes da reprodução da violência que, é bem verdade, sempre existiram, mas se tornam ainda mais sensíveis no momento histórico que estamos atravessando.

Uma terceira questão-chave, ainda no sentido de garantir o caráter de robustez e organicidade das políticas públicas materializadas em projetos da prevenção, diz respeito à importância de que esses constem na agenda financeira do município, o que já é realidade: todos os projetos do Eixo Prevenção foram incluídos na planilha de ações orçamentárias do Plano Plurianual 2022-2025 das secretarias a que se encontram vinculados, inclusive os projetos que estão em fase de elaboração.

No que tange, ainda, aos dispositivos políticos para a efetivação da organicidade em tela, evitando a fragmentação e desarticulação de ações anteriormente mencionadas, por intermédio do Decreto nº 13.378/2019, o Pacto dispõe, dentre outras providências, sobre a criação do Comitê Integrado de Prevenção (CIP). O referido comitê tem por propósito coordenar a gestão intersetorial do Eixo Prevenção, sob a liderança do prefeito, reunindo secretarias que direta ou indiretamente se relacionam com o Eixo, garantido o pleno desenvolvimento das suas ações. A efetivação e a regularidade das reuniões do CIP são condições *sine qua non* para a consolidação de uma política pública de prevenção à violência em Niterói que alcance a capilaridade necessária por entre os diversos setores da Prefeitura.

Uma última questão-chave deve ser pensada, qual seja: a necessidade de problematizar a consolidação de políticas públicas que pretendam impactar uma questão da magnitude da violência por meio de projetos limitados no tempo. Nesse sentido, entendemos que, futuramente, tais projetos, após um tempo de experimentação, avaliação e reinvenção por meio dos ajustes necessários, devem se tornar programas desenvolvidos por profissionais de carreira do quadro do serviço público.

Entendemos que tais chaves de análise, em busca da promoção de um *inédito viável* que possa inverter lógicas de injustiça, opressão e violência, são apenas algumas “pistas” para a realização desse desafio, tão ousado quanto radicalmente necessário, assumido pela Prefeitura de Niterói.

Certamente, existem outras pistas e novas ainda surgirão, de modo que uma política pública de prevenção à violência precisa configurar-se como um “corpo” permeável a contínuas transformações e ressignificações, à descoberta dos limites e à criação de possibilidades que permitam tecer caminhos a cada passo mais próximos do horizonte de uma sociedade menos violenta e mais solidária.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, R.F. *Uso de álcool e drogas e contextos sociais da violência*. SMAD. Revista Eletrônica de Saúde Mental, Álcool e Drogas. v. 4, n. 1, fev. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/anasc/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/80340101.pdf> Acesso em: 5 de set. de 2021
- ALVES, R.O. *A Constituição de Inéditos-viáveis na formação de professores que ensinam matemática*. Disponível em: <https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/REJANE-DE-OLIVEIRA-ALVES.pdf>. Acesso em: 5 de set. de 2021.
- CZERESNIA D. “O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção”. In: Czeresnia D, Freitas CM, organizadores. *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p.39-53.
- FREIRE, A. M. *Educação para a paz segundo Paulo Freire*. Revista Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do

Sul, Porto Alegre: PUC/RS, ano XXIX, n. 2, p. 387-393, mai./ago. 2006.

_____. “Inédito viável”. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime J. (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire* 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 223-226.

FREIRE, P. “Educação: Sonho Possível”. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *O Educador: Vida e Morte*, 2a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. *Pedagogia da Esperança. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. 7ª. Ed. São Paulo. Paz e Terra, 2000.

_____. *Educação e Mudança*. Paz e Terra. 34th Ed. São Paulo; 2011.

_____. *Pedagogia do Oprimido* 62ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

NITERÓI, Decreto nº 13.378 de 7 de novembro de 2019, Diário oficial de 2019.

6

**Eixo Ação Territorial
Integrada**

AUTORES

Daniel Segalot

Hernande Flores

Vicente Augusto Temperini Marins

A violência urbana gera grandes impactos e consequências para todos os setores da sociedade. Entre os mais deletérios, está o aumento da taxa de mortalidade entre os jovens. Em vista disso, o Município de Niterói vem promovendo ações que visam à mitigação desses índices, assumindo o protagonismo na área de segurança pública com o plano estratégico Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), que promove não somente medidas de segurança direta, mas também ações que previnam o crescimento da violência. Além disso, o poder público municipal também criou outras formas de atuação implementadas a partir de 2013.

Na gestão da segurança, uma atribuição do governo estadual, ainda prevalece uma concepção arcaica em que as medidas são reativas, de forma genérica, sem integração das ações, todas baseadas em crenças. Porém, é notório que essas ações *a posteriori* buscam solucionar e não impedir que ele surja, sendo assim medidas remediativas. Um balanço sobre o caminho percorrido desde 2013 atesta uma transformação do cenário atual, em que as iniciativas da Prefeitura Municipal de Niterói promoveram avanços não só na percepção de segurança para a cidade e sua população, mas também nos reais índices de criminalidade e na construção de uma cultura de paz.

Por isso, a convicção de que as cidades devem assumir um novo papel de protagonismo na prevenção à violência. Para pavimentar essa trilha, devem-se convocar todas as forças sociais e institucionais para a construção de estratégias integradas, com especial foco na prevenção à violência, para a reconstrução do tecido social e da cultura de paz. Com base em dados científicos e em casos de sucesso de países que são referência em atuação contra a violência, a Prefeitura Municipal de Niterói vem desenvolvendo uma nova concepção de segurança pública, cuja marca é a proatividade, com políticas públicas focadas e integradas, com

equipes multidisciplinares, baseando-se sempre em evidências científicas, trabalhando de forma conjunta entre o estado, o município e a sociedade.

O Plano Municipal de Segurança Pública Pacto Niterói Pela Paz foi criado por equipes multidisciplinares com um objetivo de promover a paz, pois se ela prevalece, a violência não tem espaço para se instaurar. O PNCV se estrutura a partir de projetos que se articulam por meio dos seguintes Eixos: Prevenção¹; Policiamento e Justiça²; Convivência e Engajamento³; e Ação Territorial Integrada⁴. Essas áreas são divididas em eixos e tratados em projetos que atendem, sobretudo, aos mais jovens, desde a gestação do bebê, passando pela primeira e segunda infâncias, adolescência e juventude. O PNCV fortalece o potencial humano e a participação conjunta do poder público e da sociedade civil para construir uma política pública de segurança e de prevenção à violência em todas as suas manifestações.

O Eixo Ação Territorial Integrada do PNCV foi desenhado para alcançar as demandas do município expressas no Plano Estratégico Niterói Que Queremos 2013-2033⁵ e promove ações urbanísticas a fim de garantir estruturas para a melhoria da qualidade de vida da população e para a realização de ações sociais. Essa implementação de longo prazo de uma política de inclusão cidadã é feita de forma sustentável para a remodelação urbana de aglomerados subnormais.

O Eixo Ação Territorial Integrada tem vínculo direto com a área de resultados Inclusiva do NQQ, que por sua vez propõe ações de infraestrutura urbana e serviços públicos em comunidades. Para a primeira fase do programa, a prefeitura realizou fortes investimentos na melhoria da iluminação

1 Ações universais de caráter preventivo, com foco no fortalecimento de proteção e comportamentos de risco para todas as crianças e adolescentes da cidade.

2 Ações integradas permanentes de policiamento e justiça entre as Forças de Segurança Federais, Estaduais e Municipais, o poder Judiciário e o Ministério Público.

3 Ações conjuntas com o foco na investigação e julgamento de crimes contra a vida e ações de promoção da convivência com foco em pequenos delitos.

4 Ações de urbanismo, serviços sociais e prevenção secundária para jovens, com foco em territórios vulneráveis.

5 O NQQ é um plano estratégico cuja construção se deu com a participação da população e de entidades representativas. O NQQ, que se tornou um importante balizador para a atuação da Prefeitura Municipal de Niterói, se desenvolve em sete áreas de resultados: Organizada e Segura; Saudável; Escolarizada e Inovadora; Próspera e Dinâmica; Vibrante e Atraente; Inclusiva; e Eficiente e Comprometida.

pública, abertura de acessos e implantação de mobiliário urbano e de espaços de convivência.

Para a segunda fase do programa foi constituída uma rede integrada entre as políticas de educação, saúde, assistência, cultura e esporte, que visam a identificar jovens em situação de risco e elaborar planos individualizados de prevenção à violência. Também está sendo desenvolvido um programa de prevenção secundária nas escolas, por meio de atividades de estímulo ao desenvolvimento cognitivo-comportamental. Com essas ações, os jovens estão tendo oportunidades de aprendizagem, qualificação e formação profissional a fim de capacitá-los e aumentar a empregabilidade.

De forma complementar, os jovens egressos desses programas de formação profissional terão acesso a um Banco de Oportunidades, criado pela prefeitura em parceria com as organizações da sociedade civil e empresários da cidade, como auxílio à inserção no mercado de trabalho. Logo, para atuar na Comunidade do Viradouro em conjunto com o PNCV, a Secretaria Municipal de Obras vem realizando intervenções urbanísticas e de equipamentos comunitários: a implantação de escadarias para garantir mobilidade e acesso às edificações; a realização de melhorias na iluminação pública; a revitalização de praça, quadra e campo de futebol, bem como a construção de uma praça com área de lazer. Essas estruturas permitem atividades aos jovens, promovendo oportunidades de capacitação e afastando-os da criminalidade.

Dentro das ações territoriais integradas, pode-se citar as obras de contenção de encostas, a urbanização da infraestrutura em comunidades e o saneamento básico. Há ainda as obras da Plataforma Urbana Digital da Engenhoca, que já está em funcionamento e oferece diversos cursos; a plataforma Urbana Digital do Viradouro, em construção; e o Projeto Jogos Escolares de Niterói (JEN) de incentivo ao esporte. A melhoria da acessibilidade com o Projeto Vida, o Projeto Niterói Jovem EcoSocial e os diversos projetos implementados para a diminuição de contágio com a covid-19 e auxílio à população mais vulnerável também merecem destaque.

Essas ações de inclusão social previnem e reduzem os índices de criminalidade para que, a médio e longo prazo, a violência seja mitigada em sua origem, e não remediada. Com isso, as medidas remediativas serão reduzidas. Cada um dos projetos implementados ajudou principalmente jovens de famílias em risco social, prevenindo a cooptação pela criminalidade, com a oferta de formação na área de informática, prática de esportes e acessibilidade. Além disso, promovem-se oportunidades para todos com a redução do déficit habitacional e a melhoria da qualidade de vida da população mais vulnerável. A seguir, detalhamos os projetos executados, seus objetivos e como impactaram o entorno.

A Plataforma Digital da Engenhoca reúne cursos, como de linguagem de programação; robótica; informática básica; fotografia; desenvolvimento de games; edição audiovisual; redes de computadores; criação de gibi: como fazer histórias em quadrinhos; codificação e tecnologia: aprendendo com Osmo; empreendedorismo; ferramentas de rede; e operação básica de drone.

Esse, que é o primeiro Espaço Maker da Prefeitura Municipal de Niterói, em funcionamento desde outubro de 2019, é um ambiente tecnológico e educativo, voltado para a criação, a produção e a inovação para toda população do município. Concebido para ampliar o acesso às novas tecnologias, num lugar inspirador, onde se criam e transformam as ideias em realidade com ferramentas digitais. No último levantamento, os números dão a medida do sucesso: 6.597 inscritos, com 5.938 usuários cadastrados e 416 turmas finalizadas.

Assim como o projeto da plataforma digital, implementado no bairro da Engenhoca, a prefeitura, desde o início de 2020, também está finalizando a construção de novas plataformas digitais nas comunidades do Viradouro e no Morro da União, em Santa Rosa, além de novas obras de infraestrutura que vão melhorar as condições da comunidade. Com um investimento de R\$ 40 milhões, essas intervenções incluem também drenagem e pavimentação em todas as ruas, construção de equipamentos de cultura, esporte e lazer, além de obras de contenção e reflorestamento. Todas as vias das duas comunidades



Obras do projeto Intervenções Urbanísticas em andamento no território da Viradouro

receberão pavimentação nova. Os acessos principais serão asfaltados, as escadarias aos acessos mais altos serão reformadas e receberão degraus novos, corrimão e paisagismo.

As duas comunidades serão pioneiras na instalação de iluminação pública de LED. “Essa obra vai ser muito importante para a nossa comunidade. As nossas crianças não têm um parquinho para brincar, e os jovens não têm opções de esportes e estudos. Nós estávamos esquecidos, mas agora

estamos recebendo esse presente. Todas as melhorias que nós temos na comunidade tinham sido feitas por nós moradores”, comemora Efigênia da Silva, 74 anos, moradora do Morro da União há 57 anos.

As Plataformas Digitais em funcionamento no bairro da Engenhoca e no Morro do Palácio oferecem cursos como robótica, fotografia, manutenção e montagem de computadores, desenvolvimento de jogos, operação de drones, entre outros, para crianças e jovens. Nesses últimos anos, foi dado um grande incentivo à prática esportiva. A comunidade do Viradouro, que receberá três novos espaços de convivência e lazer, será equipada com áreas para esportes. A área conhecida como Campo dos Padres será revitalizada também e ganhará uma praça e uma quadra poliesportiva de futebol de salão, vôlei, basquete, judô e jiu-jitsu. A quadra será coberta e contará com vestiários, academia da terceira idade e parquinho para crianças.

Desde 2013, a Prefeitura Municipal de Niterói realiza importantes obras de contenção de encostas em diferentes regiões da cidade. Até o ano de 2020, o município destinou investimentos da ordem de R\$ 424 milhões ao Plano Niterói Mais Resiliente para as áreas de gestão de riscos, fortalecimento da Defesa Civil, moradia e qualidade habitacional, política de resiliência e participação da sociedade, fiscalização e interdições. As intervenções incluem a ancoragem e desmonte de blocos rochosos, limpeza de taludes, edificação de barreiras de proteção contra deslizamentos de terra, instalação de cortina atirantada, sistema de drenagem superior, calçada superior e inferior, guarda-corpo e muro.

Outra frente de ação é a sustentabilidade urbana, uma meta contemplada pelo Projeto Niterói Jovem EcoSocial, que oferece 400 vagas para jovens entre 16 e 24 anos, em situação de vulnerabilidade social, a fim de aprimorar habilidades sociais, profissionais e empregabilidade desse grupo. Essa frente organiza também ações de reflorestamento por meio da recuperação de áreas degradadas, com o plantio de espécies nativas da Mata Atlântica, reunindo informações, diagnósticos, estudos, entre outras iniciativas, para recuperação das áreas e manutenção do plantio.

Nas últimas décadas, uma nova concepção de segurança pública tem sido construída em vários países, nos quais o problema da violência passou a ser tratado como políticas públicas multidisciplinares integradas, planejadas e proativas. Esta abordagem, conhecida como segurança pública baseada em evidências, torna o gasto público mais eficiente e racional, privilegiando tomadas de decisão preventivas e com base em conhecimentos científicos, atacando os fatores de agravamento da violência.



Obras do projeto Intervenções Urbanísticas sendo concluídas e fiscalizadas



O PNCV prevê uma estabilização das medidas que vêm sendo aplicadas em Niterói, desde 2013. Além disso, também contará com um conjunto de ações inéditas que serão postas em prática ao longo dos próximos anos, sendo um dos maiores esforços que um município já fez na área de Segurança Pública em todo país. Essas evidências, relatos e dados atestam que o PNCV fortalece a sociedade em que se disseminam a cultura da paz e valorização da vida, com participação conjunta do poder público e da sociedade civil.

Todos os projetos em andamento vão dar à população vítima da exclusão social mais oportunidades, possibilitando que locais antes sob o domínio de facções criminosas hoje recebam melhorias na infraestrutura urbana, regularizem o código de endereçamento postal (CEP) domiciliar, colocando no mapa (GPS) as ruas e vielas das comunidades, impactando positivamente a localidade. Por conta disso, há relatos de moradores que já conseguem encomendar refeições por aplicativos de entrega ou mesmo usar serviços de transporte que antes não iam às comunidades por falta de segurança ou acesso.

Referências bibliográficas

- PREFEITURA DE NITERÓI. *Pacto Niterói Contra a Violência*, 2018. *História do Pacto Niterói Contra a Violência*. Disponível em: <<http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/o--pacto/historia-do-pacto-niteroi-contra-violencia>>. Acesso em: 15 de out. de 2021.
-
- _____. *Pacto Niterói Contra a Violência*, 2018. *Jovem EcoSocial*. Disponível em: <<http://pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br/projetos-de-prevencao/jovem-ecosocial/>> Acesso em: 15 de out. de 2021.
-
- _____. *Obras de contenção de encostas avançam em várias comunidades de Niterói*. Disponível em: <http://www.egp.niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5376:2018-07-16-13-48-44> Acesso em: 15 de out. de 2021.



**Convivência e Engajamento
dos Cidadãos: um eixo
estruturante do Pacto
Niterói Contra a Violência
na promoção da paz**

AUTORES

Maria das Graças Silva Raphael

Patrícia Assed Pereira

Luisa Vianna Assumpção

Introdução

Neste capítulo abordaremos como se deu a definição do eixo denominado Convivência e Engajamento dos Cidadãos, seus objetivos e as estratégias adotadas, inicialmente, por meio de três programas específicos: o Disque Denúncia, a Rede Mediar e o Fortalecimento da Guarda Civil Municipal. O Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos constitui-se de ações de políticas públicas integradas com os objetivos de promover uma convivência harmoniosa e pacífica, reduzir os comportamentos contrários ao bem viver em sociedade e difundir a cultura da paz na cidade.

As principais estratégias desse Eixo são o incentivo às atitudes que previnam a violência e o crime; o fomento à participação dos cidadãos na prevenção e no enfrentamento às situações de violência no cotidiano das famílias e na sociedade; a mediação para a resolução de conflitos; e o estímulo da convivência respeitosa, harmoniosa e pacífica nos espaços públicos por meio da cidadania plena.

O Programa Disque Denúncia e o engajamento dos cidadãos na prevenção à violência

No início da implantação das ações do Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos a prefeitura assinou parceria com o Instituto MovRio, responsável pelo Programa Disque Denúncia, em 28 de setembro de 2018, que passou a ter um serviço específico para Niterói. A partir daí, foi incluído o Programa Disque Denúncia, que visava ao aumento da participação e do uso dos canais de acesso ao programa, fortalecendo a adesão dos cidadãos. Nos primeiros seis meses do atendimento exclusivo, houve um aumento de 28,88% nas chamadas feitas pelos niteroienses. O Programa Disque Denúncia permaneceu no Eixo Convivência até 2019, quando passou a integrar o Eixo Policiamento e Justiça.



*Reunião para
implementação
do Disque
Denúncia em
Niterói com o
Coordenador
Zeca Borges (in
memoriam)*

A implantação, os princípios e os objetivos da Rede Mediar

Em continuidade, deu-se a implantação da política de Mediação de Conflitos no município com o programa Rede Mediar, com os objetivos de reduzir os registros de ameaça e lesão corporal dolosa, que se apresentavam em índices alarmantes em 2018, e de corroborar, disseminar e construir a cultura de paz na cidade. Os seus princípios norteadores são o instituto da mediação, voluntariedade, cooperação, protagonismo, confidencialidade, autonomia das partes, decisão informada, oralidade e boa-fé.

Os objetivos são garantir a transversalidade e a integração das políticas da mediação de conflitos; fomentar a cultura cooperativa e autocompositiva na convivência e na solução de conflitos; incentivar a experiência democrática e a cidadania pela participação, do protagonismo na solução do conflito e no direito à fala; e prevenir e reverter ciclos de violências com a interrupção das espirais de conflito.

A partir de 2019, o Programa Rede Mediar implementou ações de integração e da transversalidade com diversos setores públicos e do terceiro setor da sociedade civil. Em agosto, no Museu de Arte Contemporânea de Niterói, houve uma série de quatro encontros de sensibilização sobre a temática

da resolução de conflitos por meio do diálogo, comunicação não-violenta e da socialização de experiências, com significativa participação de diversos representantes da sociedade civil organizada da cidade, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Sociedade Beneficente da Sagrada Família (SBSF), a Federação das Associações de Moradores de Niterói (FamNit), de líderes religiosos de diferentes credos, de representantes de outros órgãos públicos e de gestores públicos municipais.

A Rede Mediar também participou da organização do III Encontro Estadual de Mediadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), realizado na Sala Nelson Pereira dos Santos, em Niterói, em outubro de 2019. Também realizou encontros de formação e de capacitação de servidores, como, por exemplo, o dos profissionais dos Espaços Nova Geração (ENG), da Prefeitura Municipal de Niterói e integrantes do PNCV; e iniciou a sensibilização do tema mediação escolar junto à equipe do Núcleo de Assessoria Técnica da Secretaria Municipal de Educação. O curso de Formação de Mediadores Comunitários foi organizado no formato online, devido à pandemia da covid-19, em novembro de 2020, e capacitou líderes comunitários para serem replicadores nos futuros Núcleos de Mediação Comunitária de Niterói. O evento aconteceu por meio de convênio, firmado em 2019, entre a prefeitura e o TJ-RJ.

A criação e implantação da Primeira Câmara Pública Municipal de Mediação de Conflitos em Niterói

A gestão orçamentária do Programa Rede Mediar, inicialmente, ficou sob a responsabilidade da Secretaria Executiva Municipal e, a partir de 2021, foi incluída na gestão da recém-criada Secretaria Municipal de Direitos Humanos. É importante destacar a criação e a implantação da Câmara Pública de Mediação de Conflitos, em março de 2021, localizada no Espaço Mediar, no Centro, para o atendimento à população nas situações de conflitos, garantindo-se a experiência democrática e de cidadania com direito à fala, ao diálogo e à escuta dos cidadãos, de suas situações de vida e de seu protagonismo na solução dos conflitos.

O Programa de Fortalecimento da Guarda Civil Municipal no Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos

De importância fundamental, o Programa de Fortalecimento da Guarda Civil Municipal (GCM) de Niterói, no Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos, tem por meta qualificar e ampliar a capacidade de atuação na ordem pública dessa instituição, garantindo a percepção de segurança e a promoção da inviolabilidade de direitos na cidade. Nesse sentido foi elaborado o Plano Estratégico Decenal 2020-2030 da GCM, lançado no Solar do Jambeiro, em 18 de dezembro de 2020. O plano estabelece a visão da corporação para o próximo decênio, os resultados traçados, os processos internos, os recursos e os princípios. Ademais reestrutura o desenho organizacional, a governança, a gestão para resultados e dos recursos humanos e a valorização profissional, dentre outros, estruturando, ao longo dos anos 2021 até 2030, o fortalecimento e o aprimoramento permanente dos seus serviços à sociedade.

O papel da GCM no Plano Decenal e suas funções no Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos

Atualmente, de acordo com o seu estatuto, a GCM desempenha diferentes funções na estrutura administrativa do município: a vigilância do paço municipal e dos logradouros públicos (ruas, praças, jardins); a proteção dos munícipes e das instalações dos serviços municipais; a preservação da moralidade e do sossego público; a proteção da arborização das praças e jardins, da rede de iluminação, dos monumentos e de outras obras públicas; a colaboração com os demais órgãos municipais no exercício do poder de polícia administrativo que lhes competir e a colaboração com as autoridades federais e estaduais, sempre que solicitada, de acordo com as diretrizes expedidas pelo órgão municipal de segurança. No Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos do PNCV, as funções da GCM são manter a ordem pública e promover o convívio social. Também é uma meta estratégica promover a qualificação das suas ações, ampliando a capacidade de atuação no campo da ordem pública, intensificando a sensação de segurança e garantindo o uso dos espaços públicos e a sociabilidade.



O Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos na travessia da pandemia de covid-19

*Guarda Civil
Municipal de
Niterói*

Desde março de 2020, quando houve a emergência da pandemia da covid-19, a Prefeitura de Niterói priorizou os esforços no enfrentamento ao novo coronavírus e às suas consequências para a vida e saúde da população e proteção da economia. Também foi criado um gabinete de crise e a coordenação do Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos articulou a organização de três comitês: um formado por líderes religiosos; um segundo comitê de líderes comunitários; e outro integrado pelo terceiro setor. A composição dos comitês levou em conta a influência desses líderes junto à sociedade a fim de publicizar as informações e as orientações de combate ao SARS-CoV-2, em diálogo e engajamento permanentes.

A Câmara Municipal aprovou projetos de leis de políticas públicas voltadas ao cenário de emergência causado pela pandemia propostas pela prefeitura, como o Cartão Renda Básica Temporária, que garantiu a renda emergencial aos

cidadãos em risco social; o Programa Empresa Cidadã, que manteve os empregos; e outras iniciativas para proteção da vida e da saúde, como a que instituiu o Hospital Oceânico de Niterói, destinado exclusivamente ao tratamento das vítimas da covid-19.

O Programa Rede Mediar e a pandemia da covid-19

Durante a pandemia, a Rede Mediar criou o programa Desatando Nós em que líderes comunitários, em especial das comunidades mais vulneráveis, reuniram relatos de conflitos de suas localidades, gravadas em vídeo pelo celular. A gerente da Rede Mediar e colaboradores voluntários de diversas instituições da sociedade civil organizada respondiam, esclareciam dúvidas e orientavam a resolução desses impasses com sugestões também gravadas em vídeos.

Uma pergunta frequente foi sobre a relação com vizinhos durante a pandemia, quando o isolamento social fez com que inúmeras famílias, principalmente em casas de territórios empobrecidos e de maior vulnerabilidade social, se deparassem com os limites saudáveis da proximidade compulsória e prolongada do confinamento. Como, por exemplo, o excesso de barulho, seja das brincadeiras das crianças, do som alto de músicas ou de pequenas obras e reparos nas moradias. Além dos vídeos, foram publicados artigos de gestores públicos municipais e de colaboradores da sociedade civil organizada, no site do Pacto Niterói Contra a Violência.

A ação educativa da Guarda Civil Municipal durante a pandemia do SARS-CoV-2

Desde o início da pandemia, a GCM de Niterói esteve junto da população para manter a ordem pública e orientar o cumprimento das medidas de proteção à vida, o uso da máscara, a prática do distanciamento nos espaços públicos, garantindo a convivência pacífica e o cumprimento das medidas restritivas. O trabalho da Guarda Civil Municipal também demonstrou seu caráter educativo, principalmente nas barreiras sanitárias (no acesso às praias e a outras áreas

de convivência e de lazer, durante os períodos de alta transmissibilidade do novo coronavírus), seja medindo a temperatura e oferecendo máscaras no acesso a Niterói ou encaminhando os que apresentavam febre ou outros sintomas às unidades de saúde do município.

O engajamento da sociedade nos espaços de convivência, no Plano Municipal pela Primeira Infância e na Rede Peace in our Cities

Viver em ambientes organizados e planejados propicia a convivência harmônica, a sensação de segurança e estimula o sentimento de pertencimento. Nesse cenário, o cidadão passa a frequentar e a preservar as áreas públicas, como vem acontecendo em Niterói, cuja prefeitura investe em melhorias de espaços gratuitos, em diversas regiões, e de fácil acesso: Horto Florestal, do Fonseca; Complexo Esportivo, do Caramujo; Complexo Esportivo, do Barreto; Parque Palmir Silva (Horto do Barreto); Caminho Niemeyer; Parque da Cidade de Niterói; Skatepark Carlos Alberto Parizzi; Parque Rural de Niterói; Campo de São Bento; ampliação da malha cicloviária; e incentivo da prática de trilhas nas áreas verdes, com a publicação do Guia de Trilhas de Niterói.

O PNCV participou da formulação do Plano Municipal pela Primeira Infância, da Rede Brasileira Urban95, que preconiza o acesso de crianças de 0 a 3 anos aos espaços da cidade, adaptados a elas e a seus cuidadores, com propostas educativas e inclusivas por meio da arte e da diversidade cultural. O Pacto também está presente na Rede Peace in our Cities que trata do planejamento, do diagnóstico da violência e da formação de líderes, também, da sociedade civil organizada para projetos de inclusão social, proporcionando intercâmbio com cidades do mundo que tenham políticas bem-sucedidas de prevenção à violência.



Crianças da Rede Municipal de Educação em ação no projeto Rotas Caminháveis, da Rede Brasileira Urban95

Considerações finais

O Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos, no âmbito do PNCV, assegura a Niterói uma política pública que favorece uma convivência respeitosa, harmoniosa e pacífica, com respeito às diversidades. Seja pela mediação como política de resolução pacífica de conflitos seja pelo fortalecimento da GCM reduz-se os comportamentos contrários ao bem viver, promove-se a cidadania e difunde-se a cultura da paz, a valorização da vida e a cidadania plena.

Referências bibliográficas

- BRASIL. IBGE. *Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>.
- ISP-RJ. Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. OSPNIT, Observatório de Segurança Pública de Niterói, 2018.
- NITERÓI-RJ, Câmara Municipal de. Lei nº 3369, de 22 de agosto de 2018.
- NITERÓI-RJ, Prefeitura Municipal de. Decreto Municipal nº13036, de 22 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.niteroi.rj.gov.br>>.
- _____. Decreto nº 13.380, de 9 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://www.niteroi.rj.gov.br>>.
- _____. Caput do Decreto nº 13.380, de 9 de novembro de 2019 e art. 3º. Disponível em: <<https://www.niteroi.rj.gov.br>>.
- _____. Programa Rede Mediar. Pacto Niterói Contra a Violência. Disponível em: <<https://www.pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br>>.
- _____. Decreto nº 13.380, de 9 de novembro de 2019, artigo 5º, inciso II. Disponível em: <<https://www.niteroi.rj.gov.br>>.
- _____. Programa Rede Mediar. Relatório de Atividades Desenvolvidas pela Rede Mediar de Niterói, de 2018 a março de 2021. Coordenação do Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos. Coordenação Geral Executiva do Pacto Niterói Contra a Violência, 2021.
- _____. Decreto nº 13.380, de 9 de novembro de 2019, artigo 5º, inciso I. Disponível em: <<https://www.niteroi.rj.gov.br>>.
- _____. Decreto nº 13.380, de 9 de novembro de 2019, parágrafo 1º, inciso IV. Disponível em: <<https://www.niteroi.rj.gov.br>>.
- _____. Fundação Municipal de Saúde. *Hospital Oceânico: uma trincheira contra a covid-19*. Organização, texto e entrevistas de Ronaldo Lapa e PH de Noronha. Niterói: Eduff Institucional, 2021.
- _____. Programa Desatando Nós. Programa Rede Mediar. Pacto Niterói Contra a Violência. Disponível em: <<https://www.pactocontraaviolencia.niteroi.rj.gov.br>>.

- _____. Estatuto da Guarda Civil Municipal. Lei nº 2838\2011. Disponível em: <<http://www.niteroi.gov.br>>.
- _____. O Plano Decenal da Guarda Civil Municipal de Niterói: 2020-2030. Disponível em: <<https://www.pactocontra-violencia.niteroi.rj.gov.br>>.
- _____. Escritório de Gestão de Projetos (EGP). Disponível em: <<http://www.niteroi.rj.gov.br/>>.



**Comunicação Social
– Transparência e
informação de qualidade**

AUTORES

Leonardo Caldeira

Patrícia Assed Pereira

Introdução

A Comunicação Social é o campo de conhecimento que desenvolve técnicas e formatos para divulgação de atos e fatos, com profissionalismo, estratégia, ética, transparência e qualidade da informação. No caso da Comunicação Institucional, que assessora empresas e órgãos públicos para que as informações sejam transmitidas às mídias, são usadas diferentes áreas: jornalismo, publicidade, criação, redes sociais e relações públicas. A Comunicação é essencial em estruturas privadas e públicas para informar e prestar conta aos cidadãos e, mais recentemente, combater a desinformação e a disseminação de notícias falsas, conhecidas pelo termo em inglês *fake news*.

Para construir uma imagem sólida e se comunicar em duas vertentes, corporativa e pública, a Comunicação Institucional ou Corporativa atua em duas frentes: interna (endomarketing) e externa (assessoria de imprensa, redes sociais e publicidade). A Comunicação interna (endomarketing) é desenvolvida por profissionais da área de comunicação e, em alguns casos, em conjunto com o RH da empresa, compreendendo ações direcionadas a empregados, servidores e funcionários da corporação. Essa prática é fundamental para se uniformizar as informações, evitar ruídos de comunicação e promover a integração da equipe, de forma estratégica, a partir de diagnósticos e objetivos a serem atingidos. Nesse campo, usualmente são usadas ferramentas de comunicação dirigidas, como informes e/ou boletins, campanhas institucionais, informativas ou motivacionais, eventos de integração, aplicativos de mensagens diretas aos funcionários e colaboradores, entre outros.

No âmbito externo, a Comunicação Institucional tem a função de consolidar positivamente a imagem da empresa junto ao seu público-alvo ou à população de um modo geral, de acordo com a natureza do serviço prestado, além de promover informação transparente, prestação de contas e de utilidade pública. Esse contato externo é feito por meio da assessoria

com foco nas mídias convencionais, mídias digitais e peças de divulgação e publicidade. Essa assessoria também se encarrega de monitorar a imagem da instituição, quando necessário, por meio de pesquisas de opinião, redes sociais e clipping (monitoramento do que é publicado na mídia sobre a instituição).

Desde a concepção do PNCV, em 2018, a Coordenadoria Geral de Comunicação Social (CGCOM) estabeleceu uma comunicação direta com os formadores de opinião, apresentando à sociedade civil o diagnóstico de violência no município e realizando uma escuta para os caminhos que reduziriam a violência. Desde então, o diálogo tornou-se permanente com as diversas instâncias representativas da sociedade civil organizada, como a Federação de Associações de Moradores de Niterói (FamNit), instituições religiosas, órgãos do Judiciário, conselhos comunitários e municipais, autoridades de segurança pública, membros do legislativo, instituições de ensino, entre outras.

O PNCV sempre contou, desde a sua concepção, com o apoio e o acompanhamento da CGCOM em suas várias frentes, seja com a criação de artes, logos e conceitos para os programas e ações, como na divulgação externa junto aos veículos da mídia e redes sociais. Em 2019, com o desafio de criar um portal digital com as informações sobre o PNCV, estabeleceu-se uma equipe de Coordenação de Comunicação do Pacto. Além de ser responsável por monitorar e atualizar o site, a Coordenação de Comunicação também realiza a integração entre a CGCOM e as equipes dos programas do Pacto e organiza os eventos de devolutivas com a sociedade civil.

A comunicação social no âmbito do Pacto Niterói Contra a Violência

Antes do lançamento oficial, realizado em agosto de 2018, a CGCOM trabalhou para a implantação do Pacto, criando a sua logomarca, produzindo material para divulgação dos programas, das metas e da mudança cultural sobre o conceito de segurança pública no município. Coube à equipe da CGCOM, juntamente à coordenação do Pacto, gestores e gerentes, a construção da imagem de todos os projetos sob sua tutela, atendendo às características pecu-

liares de cada um e cuidando para que todos remetessem à matriz inicial, ou seja, à identidade-mãe.



Assim, nasceram as marcas, hoje conhecidas e reconhecidas da Escola da Família, Escola da Paz, Poupança Escola, Niterói Jovem EcoSocial, Rede Mediar e Rede Acolher. As marcas dos Programas Espaço Nova Geração e Banco de Oportunidades foram desenvolvidas pelas próprias equipes dos programas. Desde o lançamento do PNCV, as ações da comunicação institucional foram centrais para a construção da identidade e dos mecanismos de difusão de informações, fortalecimento dos projetos e fomento às práticas de transparência de sua gestão.

*Identidade
visual do Pacto
Niterói Contra
a Violência*

As ações da coordenação de Comunicação junto aos projetos e programas do Pacto Niterói Contra a Violência

Os anos de 2018 e 2019 foram marcados pelos lançamentos de diversos programas do PNCV, e o papel da Comunicação foi essencial na divulgação das informações de todas as atividades junto à imprensa, na criação de logos e peças de divulgação e na organização dos eventos. Em agosto de 2018, foi publicada a Lei nº 3369 que obriga a divulgação do Disque Denúncia de Niterói em ônibus, táxis municipais, veículos de aplicativos e estabelecimentos comerciais, assim como assinado o termo de fomento entre o município e o Instituto MovRio. Para contribuir

Publicação em rede social da PMN sobre Aprendizagem Socioemocional e sobre o projeto Jovem EcoSocial

com o cumprimento da lei e aumentar o engajamento da sociedade civil, a CGCOM produziu cartazes com o número do Disque Denúncia e o telefone celular do aplicativo de mensagem instantânea exclusivo de Niterói e os distribuiu para as instituições.

Em agosto de 2019, a Rede Mediar realizou o I Encontro sobre Mediação de Conflitos, no Museu de Arte Contemporânea (MAC), que teve a identidade visual do evento e o material de divulgação executados pela Comunicação. Para a aula inaugural do Niterói Jovem EcoSocial, em outubro de 2019, na Sala Nelson Pereira dos Santos, a CGCOM distribuiu camisas e folders sobre o programa. Nesse mesmo ano, em outubro e novembro, foram inaugurados os Espaços Nova Geração, no Fonseca e no Cantagalo, cuja divulgação das atividades e matrículas também contou com material desenvolvido pela CGCOM, como cartazes, folders, releases e imagens para a imprensa.



Já o lançamento do Poupança Escola, no Teatro Popular Oscar Niemeyer, em novembro de 2019, contou com material de apoio para divulgação mais vasto, com a formatação de apresentação sobre o programa, folders e identidade visual para aplicação em camisas, *pen drive*, bloco e copo ecológico, além de apoio na criação do site do programa e divulgação na imprensa. O apoio da CGCOM também se fez presente, em julho de 2021, no lançamento do Escritório Social da Rede Acolher, no Teatro Popular Oscar Niemeyer, com a produção dos convites, contato com a imprensa e apresentação sobre o programa.

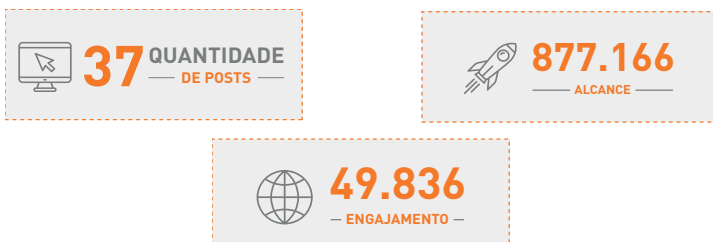


*Publicação
em rede social
da PMN sobre
Poupança
Escola teve
132.073 de
alcance e 2335
de engajamento*

O site do Pacto Niterói Contra a Violência: um portal de contato direto com a população

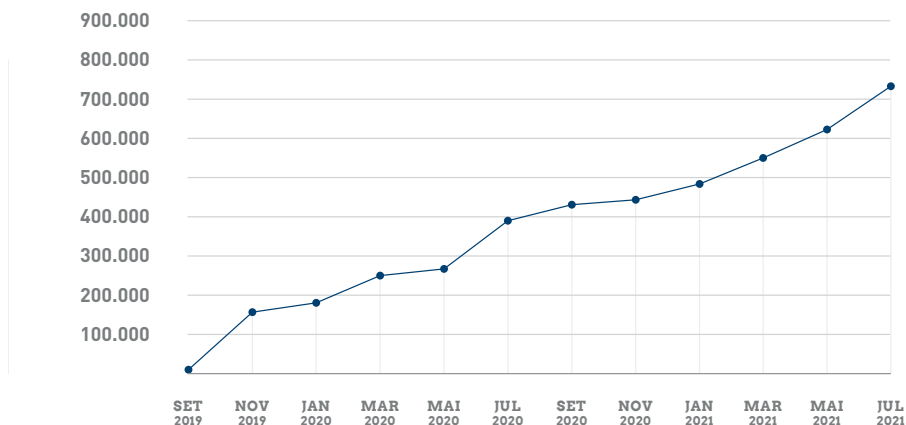
Uma das missões da Coordenadoria Geral de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Niterói é a criação e o gerenciamento de campanhas de divulgação veiculadas em diversas formas de mídias, entre elas, as redes sociais oficiais da administração municipal como Instagram, Facebook e Youtube. O Pacto, desde o seu lançamento, esteve sempre presente nas redes da prefeitura, com transmissões ao vivo, séries de artes e conteúdos que buscaram aumentar a compreensão e o envolvimento do público em geral com a proposta. Além do Pacto em si, seus programas e ações também são temas frequentes em postagens nas redes oficiais da prefeitura. Como resultado desse trabalho, o alcance e o engajamento dos cidadãos foram muito relevantes nos últimos anos, como se vê nos dados abaixo.

QUANTITATIVO DE PUBLICAÇÕES, ALCANCE E ENGAJAMENTO NAS REDES SOCIAIS DA PMN REFERENTE AOS CONTEÚDOS DO PNCV



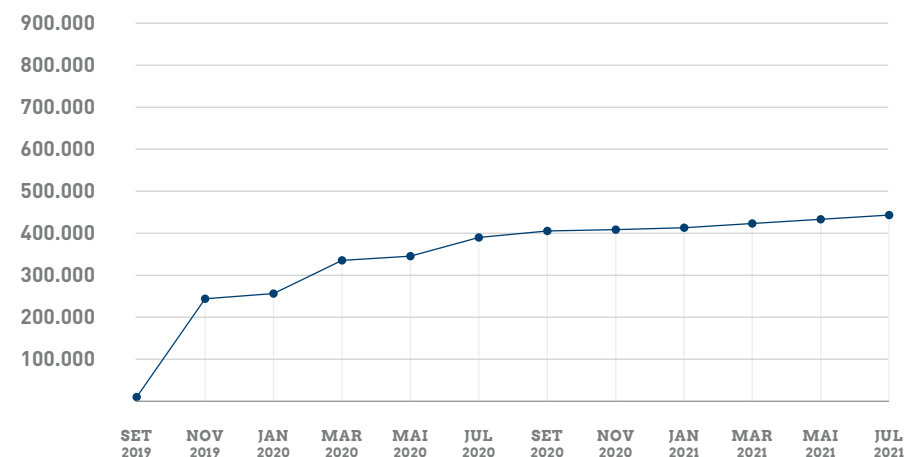
Fonte: CGCOM/Mídias Sociais.

ALCANÇE ACUMULADO EM FUNÇÃO DO TEMPO



Fonte: CGCOM/Mídias Sociais.

ENGAJAMENTO ACUMULADO EM FUNÇÃO DO TEMPO



Fonte: CGCOM/Mídias Sociais.

A CGCOM também atua na orientação de conteúdo para a montagem de sites nos diversos setores da administração municipal, como aconteceu com a Coordenação de Comunicação Social do Pacto quando da montagem do site oficial do PNCV, canal para dar publicidade aos programas, notícias, indicadores do Instituto de Segurança Pública, metas e missões. A criação do site foi coletiva. A coordenação de Comunicação do Pacto, alinhada com as diretrizes da coordenação

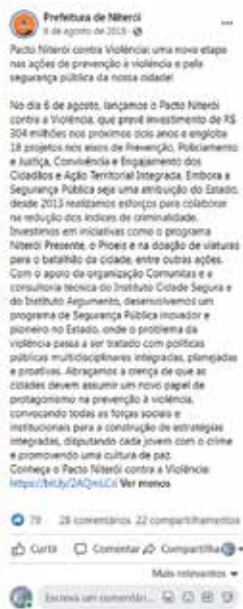
geral executiva e com o comitê gestor, solicitou a cada gerente o envio das informações sobre os programas, em textos e fotos, que foram revisados, primeiramente, pela coordenação de monitoramento e avaliação do Pacto e pela assessoria técnica da Secretaria Executiva (Sexec). Posteriormente, foi feita uma avaliação pela CGCOM e, por fim, aprovada pela coordenação geral executiva e pelo comitê gestor do PNCV.

O site engajou-se no enfrentamento da pandemia da covid-19, divulgando ações da Prefeitura de Niterói e publicando, quinzenalmente, vídeos e textos do projeto Desatando Nós, da Rede Mediar. Os vídeos eram enviados por moradores com demandas sobre como lidar com os conflitos familiares e de vizinhança que se intensificaram com o isolamento social. Todos os vídeos recebidos foram respondidos pela gerência da Rede Mediar. As dificuldades de acesso à internet por moradores sem familiaridade com os recursos digitais foram contornadas com a publicação de textos sobre Mediação de Conflitos escritos por convidados da Rede Mediar.

O PNCV na mídia

O trabalho da equipe de Assessoria de Imprensa da Coordenação Geral de Comunicação Social é mais um exemplo do compromisso em manter a cidade informada sobre as iniciativas municipais de segurança pública. Entre agosto de 2018 e junho de 2021, houve mais de 500 inserções espontâneas nas mídias de Niterói, do estado do Rio de Janeiro e de outros estados. Todo o conteúdo jornalístico relacionado ao PNCV foi organizado em um arquivo e por meio do clipping realizado pela CGCOM.

A divulgação ampla reforça a importância do trabalho integrado, sedimentando o compromisso estabelecido entre população e poder público com essa aliança pela promoção de políticas de prevenção à violência e segurança pública. Apesar dos impactos trazidos pela pandemia de covid-19, a interlocução direta com a população nos mais variados canais e iniciativas da comunicação institucional garantiu o acesso à informação e a transposição das atividades presenciais para ambientes digitais, culminando na manutenção das ações do PNCV.



Publicação em rede social da PMN sobre a Apresentação geral do projeto do Pacto Niterói Contra a Violência

Os encontros com a sociedade civil e a pactuação pelo fim da violência

Em 2018, foram realizadas 92 reuniões com a sociedade civil para estreitar os laços entre o governo e os moradores do município. As demandas e propostas elencadas nesses encontros foram transformadas em um plano municipal para a construção de políticas públicas de segurança e prevenção à violência. Em 6 de agosto do mesmo ano, o palco centenário do Theatro Municipal João Caetano recepcionou o lançamento do PNCV, que tem em seu cerne o constante diálogo entre o poder público, a sociedade civil organizada e os niteroienses. Essa parceria possibilitou, também, o diálogo com os líderes religiosos, culminando na 1ª Caminhada Luminosa da Paz.

Em 2019, a equipe do Pacto reuniu-se com os conselhos municipais de promoção de direitos e controle social: da Saúde; dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Comunitário de Segurança; e de Educação. Contribuímos, ainda, com a organização da 2ª Caminhada Luminosa da Paz. Em 2020, já adotados os protocolos de segurança, a CGCOM fez parte de reuniões da rede municipal de atendimento e enfrentamento à violência contra a mulher, no Con-

selho Municipal de Políticas para as Mulheres e dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; da Transparência e Controle Social; e Conselho Comunitário de Segurança, no formato online.

Em 2021, realizamos, entre março e abril, nove Encontros Governo e Sociedade Civil para apresentar o desenvolvimento e resultados dos programas do PNCV, tirar dúvidas e acolher as sugestões dos cidadãos. O impedimento de reuniões presenciais nos fez criar alternativas, convidando a sociedade civil para encontros virtuais, com duração de duas horas cada, que contaram, em média, com 60 participantes. Os convites foram feitos aos representantes da sociedade civil por aplicativo de mensagens instantâneas e correio eletrônico e publicado nas redes sociais da Prefeitura Municipal de Niterói. A Comunicação produziu um relatório síntese sobre os Encontros para acompanhar os encaminhamentos.

Publicação em rede social da PMN divulgando encontro entre Governo e Sociedade Civil

ENCONTRO GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL
Programas desenvolvidos no âmbito do Pacto Niterói Contra Violência

09MAR terça-feira | 14h | Link: meet.google.com/pvj-nyhz-nak

PALESTRANTE:
Bárbara Siqueira - Gerente Espaço Nova Geração

PALESTRANTE:
Marília Rocha - Coordenadora Geral Viva Rio - Espaço Nova Geração

PALESTRANTE CONVIDADA:
Miriam Abramovay - Doutora em Ciências da Educação e Coordenadora da Área de Juventude e Políticas da FJASCO-Brasil

TEMA: A Integração das Políticas Públicas Como Estratégia de Prevenção à Violência e de Fortalecimento das Relações Interpessoais no Contexto Escolar

PALESTRANTE:
Ronald Quintanilha - Gerente Escola da Paz

MODERADORES:
Marta das Graças Silva Raphael
Paulo Henrique Azevedo de Moraes
Coordenação Geral do Pacto Niterói Contra Violência

Inscrições abertas!
Organização:
Pacto Niterói Contra Violência
E-mail: pactocontraviolencia@niteroi.rj.gov.br
Tel: 3193-3277

PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA
NOVA GERAÇÃO
ESCOLA DA PAZ
NITERÓI

Prefeitura de Niterói
7 de março de 2021 - 1h

As inscrições para os encontros do Pacto Niterói Contra a Violência estão abertas. Contamos com sua participação!

No próximo encontro, dia 9 de março, serão apresentados à sociedade, o desenvolvimento dos programas Espaço Nova Geração e Escola da Paz. Também será abordada a sociedade civil e discutido o assunto da integração das políticas públicas como estratégia de prevenção à violência e fortalecimento das relações interpessoais no meio escolar. Não deixe de participar! Se inscreva em: pactocontraviolencia@niteroi.rj.gov.br (e-mail) / telefone: 3193-3277. Na próxima terça, às 14h, acesse: <https://meet.google.com/pvj-nyhz-nak>

🔗 <https://meet.google.com/pvj-nyhz-nak> | [Compartilhe](#)

No Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) as ações em Comunicação Social foram e são fundamentais para o incremento e consolidação dos programas, com o objetivo de

proporcionar transparência sobre as ações de segurança pública no âmbito municipal, principalmente, de prevenção à violência. Essas ações estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), elaborados pela Organização das Nações Unidas na Agenda 2030, que é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Dos 17 objetivos, a Comunicação se relaciona com o ODS 16, que representa Paz, Justiça e Instituições Eficazes, na promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, com acesso universal à justiça e a construção de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. No plano municipal Niterói Que Queremos (NQQ), a Comunicação se relaciona com uma cidade eficiente e comprometida.

9

**A participação da
sociedade na construção
do Pacto Niterói Contra
a Violência**

Entrevistas

Metodologia do Instituto Cidade Segura cria ações estruturantes para o policiamento e a prevenção da violência — Entrevista com o Instituto Cidade Segura

Foi ainda na década de 70 do século passado, diante das taxas de criminalidade urbana crescentes, que a Organização das Nações Unidas (ONU) orientou os países-membros a criar bases de dados a partir de evidências científicas que subsidiassem políticas de segurança pública. Com capacidade financeira e pessoal qualificado, Niterói vinha realizando uma série de ações de combate à violência. Entre elas, estava a criação do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP), em Piratininga, inaugurado em 2015.

A estrutura conta hoje com 22 câmeras e outras 70 de inteligência artificial, que até o início de 2021, já haviam alcançado a marca de 100 mil atendimentos à população. O poder público também aumentou o efetivo da Guarda Civil Municipal (GCM), na última década, de 300 para 700 guardas – desses, 75 formados em 2021. Mas faltavam justamente essas fontes de estudos quantitativos e qualitativos sistematizados para que os resultados fossem ainda mais satisfatórios, robustos, permanentes e se mantivessem na tendência de queda.

Novas tecnologias e a união de esforços eram necessárias para que a aparente e real sensação de insegurança fosse debelada das ruas. Diante desse contexto, o Instituto Cidade Segura (ICS) foi uma importante engrenagem na elaboração do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), em 2018. A organização da sociedade civil, fundada em 2017, em Porto Alegre, foi a responsável pelo diagnóstico de dados estatísticos sobre a criminalidade, pesquisa de opinião com munícipes e pela metodologia para a elaboração de um plano de ações estruturantes da prefeitura visando ao policiamento e à prevenção social à violência.

Com a aliança dos agentes envolvidos, o projeto começou a ganhar forma e os resultados não demoraram a aparecer.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que analisou as 120 cidades que tinham a maior taxa de homicídios do país em 2017, Niterói se destacava entre as três cidades do país com a maior queda de homicídios.



*Apresentação
de Pesquisa
de Vitimização
que originou o
Pacto Niterói
Contra a
Violência,
no Teatro
Municipal João
Caetano*

Entre 2017 e 2020, houve uma redução de crimes letais violentos intencionais em 70,9%. “Nosso trabalho trouxe a oportunidade de aumentar a efetividade do que já estava sendo feito. Antes, as ações eram pontuais e fragmentadas”, explica o advogado Alberto Kopittke, diretor-executivo do Instituto Cidade Segura. “O Pacto desenhou o todo, com uma política de prevenção à violência de forma ampla, buscando compreender não só os fatos como suas origens”, explica o diretor-executivo, que conduziu o projeto durante um ano de imersão no município. Para isso, Kopittke, doutor em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e sua equipe mergulharam em análises de informações, reuniões com gestores e visitas de aproximação para entender as dinâmicas, os pontos críticos, as fortalezas e as demandas da população e da administração municipal em relação aos temas criminalidade e violência urbanas.

O PNCV teve como base experiências de sucesso em cidades em que as questões de segurança pública pareciam insolúveis, como a rica Nova York – cuja taxa de homicídio na década de 1990, do século XX, era de 30,7 por 100 mil pessoas, muito diferente dos 3,4 por 100 mil pessoas de 2017¹ –,

¹ Disponível em: www.bbc.com/portuguese/internacional-42741088. Acesso em: 21 de agosto de 2021.

ou Bogotá e Medellín, metrópoles colombianas associadas ao cartel de drogas comandado pelo traficante Pablo Escobar, nos anos 1990. O Instituto trouxe ainda na bagagem seu próprio caso de sucesso desenvolvido em Pelotas, no Rio Grande do Sul, em que, depois de quatro anos de implantação, em 2017, o município comemorou uma queda de cerca de 90% nos índices de homicídio.

De cada lugar veio uma parcela de contribuição. Na gigante americana, homicídios e roubos foram resolvidos com mais policiais nas ruas – um aumento do efetivo em torno de 35%, entre 1990 e 2000 – somados à tecnologia e ao trabalho de inteligência de Segurança Pública, segundo dados oficiais. Na Colômbia, investir na polícia e no desenvolvimento de índices sociais, por meio da promoção da Educação, por exemplo, foi fundamental². “Fomos atrás das experiências exitosas e fizemos uma mistura delas. Apesar de todas as adversidades, mostramos ser possível colocá-las em prática. Niterói tem toda a potencialidade, profissional e de recursos, para que seja um farol para o estado do Rio de Janeiro”, pondera o especialista, que trabalha na área desde 2007, quando esteve vinculado à Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça. A partir dessa experiência, ele mergulhou fundo no tema e, antes de integrar o ICS, foi secretário de Segurança Pública, em Canoas, Região da Grande Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, seu estado natal.

Uma das principais frentes de atuação do ICS no Pacto foi a elaboração de ações de prevenção e da aplicação da legislação. A proposta foi fortalecer a integração entre as instituições envolvidas, como a Polícia Civil e a Guarda Civil Municipal, com o objetivo de coletar informações sobre os pontos e horários críticos das ações de criminosos. O resultado prático foi a im-

Fomos atrás das experiências exitosas e fizemos uma mistura delas. Apesar de todas as adversidades, mostramos ser possível colocá-las em prática. Niterói tem toda a potencialidade, profissional e de recursos, para que seja um farol para o estado do Rio de Janeiro

² Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/menos-violenta-e-mais-prospera>. Acesso em: 21 de agosto de 2021.

plantação do cercamento eletrônico, equipamento tecnológico que vai além de identificar as placas de carros roubados.

Trata-se de um sistema de videomonitoramento, que por meio de tecnologia inteligente identifica veículos que circulam pela cidade e pelas rodovias. Dessa forma, ele consegue cruzar informações de ocorrências policiais, em entradas e saídas do município, e estabelecer padrões a partir desse grande volume de dados e indicar de forma segura quais veículos, mesmo aqueles que estão legalizados, estariam envolvidos em operações de apoio a roubos de carga, por exemplo.

Um alerta é acionado, e as equipes de segurança mais próximas partem para o atendimento da ocorrência. “Quando a cerca eletrônica foi ativada, ganhamos a cereja do bolo. O sistema nos dá inteligência proativa”, comemora o advogado. “No geral, o problema da segurança é que as equipes são limitadas. Por isso, precisamos que a tecnologia nos traga essa informação mastigada”, explica.

Outro elemento fundamental para embasar as ações do Pacto, a Pesquisa de Vitimização trouxe essa metodologia, que abandona o autor do delito e centra-se na descrição do perfil das vítimas e de grupos de risco. Bastante usada desde os anos 1970, a metodologia promove a coleta de informações a respeito dos fatores que favoreceram a denúncia de crimes; da receptividade dos agentes de segurança em acatar essas denúncias; e de que modo ocorreu o delito.

Essa metodologia lança luz sobre o próprio conceito de violência: não apenas a chamada “delinquência oculta”, aquela fora dos registros policiais, mas a considerada de menor periculosidade, tratada de forma discricionária pelos agentes de segurança e de justiça, promovendo uma espécie de filtro desses comportamentos desviantes e engordando o sub-registro da criminalidade.

A Pesquisa de Vitimização ajudou a expor a subnotificação de crimes em determinadas áreas geográficas. Além disso, ela jogou luzes sobre a violência contra a mulher, assim como descortinou a que faz parte das relações pessoais e não chegam ao conhecimento oficial. Geralmente, as brigas, por exemplo, não recebem a mesma atenção da segurança pública diante de um contexto em que crimes

mais graves assolam a população. Porém, é um dado que não deve ser ignorado. “Isso mostra que essa epidemia de violência está impregnada no tecido social. O fuzil é só a ponta do iceberg. Disso resultou todo o programa de mediação com essa visão mais ampla”, detalha. Do ponto de vista de Kopittke, o poder público também tem papel fundamental. Afinal, são os gestores públicos que decidem os rumos que a segurança tomará, quais as políticas públicas que vão impactar nos resultados a curto, médio e longo prazo. Por isso, investir nos jovens das comunidades carentes é visto como prioritário.

Com a elaboração e implementação do PNCV, Niterói segue o caminho oposto ao que, de forma geral, ocorre na cidade do Rio de Janeiro, em que predominam ações reativas, pontuais e violentas nas comunidades. O especialista identifica que faltam planos efetivos de prevenção. “O combate da polícia é sempre feito a partir dos crimes que se apresentam. Essas operações são uma tragédia: aumentam o medo, afastam a polícia da comunidade e não resolvem estruturalmente nada. É como jogar gasolina no incêndio”, exemplifica.

Apesar dos indicativos satisfatórios na cidade a partir da implementação do PNCV, ele passa por reavaliações periódicas. É importante que haja sempre espaço para renovações e mudanças que se mostrem necessárias. A reabilitação de jovens violentos, aponta o estudioso, é uma frente que pode e deve ser aprimorada. “Penso que dá para ir mais fundo na questão de como prevenir na infância e adolescência e como reabilitar, na prevenção terciária, aqueles que foram para o crime”, acredita Kopittke. Com todas as adversidades encontradas, Niterói mostra que, com planejamento e inteligência, é possível reverter ou ao menos amenizar uma violência tão entranhada – em muitos casos, até naturalizada – na vida da população.

O combate da polícia é sempre feito a partir dos crimes que se apresentam. Essas operações são uma tragédia: aumentam o medo, afastam a polícia da comunidade e não resolvem estruturalmente nada. É como jogar gasolina no incêndio

Produção e análise de dados tornam a UFF um farol para debates e estratégias de Segurança Pública — Entrevista com representantes da Universidade Federal Fluminense

Antes de ser denominado Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), os envolvidos nas ações para a melhoria da segurança pública na cidade ainda estavam presos à ideia de pacificação. Entre os estudiosos da área, o conceito traz uma problematização: pensar em paz se refere à compreensão da existência de uma guerra, ou seja, um conflito armado contra um inimigo externo. E uma ação efetiva para combater o conflito depende da imposição da ordem por parte do Estado, independentemente do ponto de vista dos envolvidos, em especial os mais vulneráveis.

Nesse contexto, a Universidade Federal Fluminense (UFF) propôs a construção de uma designação de uma aliança adequada para o município e demais órgãos envolvidos, a partir de um diálogo amplo com a sociedade. “A Universidade participa do processo desde o início e em diferentes frentes, como educação, saúde, além do trabalho com dados, seja na área da computação ou na da matemática”, define o antropólogo Lenin Pires, professor do Departamento de Segurança Pública e diretor do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos da UFF (InEAC/UFF). “Diversos professores estiveram em debates com as secretarias envolvidas. A UFF participa e pensa ativamente a cidade”, conta o antropólogo, que acompanhou a iniciativa desde o começo, como representante destacado pelo reitor Antonio Claudio Lucas da Nóbrega para ser o elo entre a academia e o poder público.

A sinergia entre a cidade e a instituição de ensino superior federal se faz provar no Programa de Desenvolvimento de Projetos Aplicados – iniciativa travada entre a UFF e a Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional (FEC), em conjunto com a Prefeitura de Niterói –, que está investindo R\$ 25 milhões em pesquisas e extensão alinhadas com objetivos estratégicos para o município. “O recurso foi colocado à disposição em mais de 100 projetos de pesquisa em diferentes áreas: Computação, Medicina, Direito, entre outras. Todos aplicados em benefício da cidade, gerando emprego, assim

como inserindo os estudantes das comunidades mais carentes”, detalha Pires.

A visão do professor só reafirma a essência do Pacto, que aponta que a melhoria dos indicadores sociais e o maior acesso à educação são as principais armas contra a violência. “Tenho orgulho de dizer que trabalho em Niterói, especialmente pela forma que a população é tratada. O Pacto aponta para um horizonte que deveria servir de referência para outras cidades e universidades.”

Na análise do estudioso, a relação da sociedade com a administração pública segue de forma orgânica, o que permite que as melhorias correspondam às expectativas da população. Um exemplo foi a reprovação da proposta de armamento da Guarda Municipal de Niterói em uma consulta pública, em 2017. A votação, que não era obrigatória, contou com a adesão de 18.991 eleitores, dos quais 28,86% votaram a favor do projeto, enquanto 70,97% foram contrários.

Para o pesquisador, a resposta demonstra a diversidade de visões. “A decisão em escutar o povo trouxe uma grande contribuição para o debate sobre a violência. A discussão ocorreu de forma muito positiva porque possibilitou falar sobre os riscos de armar a Guarda Civil Municipal, que foi estabelecida basicamente para mediar conflitos. Há muitos riscos envolvidos, como um aumento na vulnerabilidade dos agentes, além da possibilidade de mais acidentes com armas provocar incapacidades nos agentes, que, em última instância, atinge até mesmo a previdência municipal”, problematiza.

Parte relevante do trabalho da Universidade é a produção e análise de dados relativos à violência que não constam nos relatórios oficiais. O Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI-UFF) se aprofunda na investigação das informações relativas às mortes provenientes de crimes. “Há um número de casos que nem sequer são registrados, como o aparecimento de ossadas.

“Tenho orgulho de dizer que trabalho em Niterói, especialmente pela forma que a população é tratada. O Pacto aponta para um horizonte que deveria servir de referência para outras cidades e universidades”

É uma ação muito positiva, porque é uma oferta do poder público para o exercício dos direitos humanos. Isso representa uma mudança da prefeitura em seu olhar para organizar a sociedade e como intervir em situações de violência

Essa linha de investigação quer compreender as dinâmicas, se refinar na obtenção de dados, além de identificar o perfil das vítimas e dos possíveis agressores. Ou seja, compreender cada morte na sua complexidade”, explica Pires.

Entre as linhas de pesquisa do grupo, que envolvem diagnósticos de diferentes áreas de conhecimento, está a expansão das milícias, a análise sobre as ações policiais e o mapeamento dos grupos armados. Os levantamentos buscam esmiuçar os chamados mercados informais e ilegais, e suas formas de controle social, assim como os coletivos criminais,

suas relações com as práticas de poder, disputas e territorialidades. E também as políticas de segurança pública e os dados sobre prisão e encarceramento.

A partir de um olhar crítico, o pesquisador entende que Niterói apresenta avanços muito profundos no combate à violência. Especialmente por criar estruturas capazes de enxergar o tema em sua complexidade. A principal ferramenta do processo é o Centro de Cidadania de Niterói (Cecid) – órgão da Secretaria Municipal de Direitos Humanos –, que reúne profissionais que dão orientação jurídica, psicológica e social gratuitamente. O serviço atende às vítimas de violações de grupos vulneráveis e minorias, como mulheres, negros, população LGBTQIA+. “É uma ação muito positiva, porque é uma oferta do poder público para o exercício dos direitos humanos. Isso representa uma mudança da prefeitura em seu olhar para organizar a sociedade e como intervir em situações de violência”, elogia Pires.

A perspectiva das ações do PNCV aponta para uma qualificação dos jovens e um avanço da cidade como um polo tecnológico. “O futuro envolve a digitalização da vida social, o que irá permitir a inserção dos mais variados grupos da população. A UFF vem debatendo modelos de governança digital, em que as secretarias estejam integradas e oferecendo seus serviços para a sociedade. Nessa linha, o reitor Antonio

Claudio Lucas da Nóbrega tem se empenhado em promover tal diálogo com o município”, explica Pires. “Tudo elaborado através de trabalho de geógrafos, especialistas das ciências sociais e da tecnologia. Um trabalho que direcione as pessoas para que tenham entendimento de seus direitos e assim possam garanti-los”, conclui.

Comunitas cria soluções integradas para a gestão pública e parcerias sustentáveis — Entrevista com a Comunitas

Quando se trata de um tema complexo como Segurança Pública, nada mais eficaz que a união de esforços de diferentes segmentos na busca por soluções. Embora seja uma área sob a responsabilidade dos estados e da União, a Prefeitura Municipal de Niterói decidiu agir, dentro das suas limitações municipais, em prol de sua população, que vinha sofrendo com a escalada da violência. Nesse contexto, o trabalho em conjunto com a Comunitas se mostrou essencial.

A organização da sociedade civil, especializada em parcerias sustentáveis entre os setores público e privado, foi procurada pela gestão de Rodrigo Neves, então prefeito da cidade, para prover o apoio financeiro para o desenvolvimento e implementação do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), em 2018. “Acreditamos que a mudança não faz parte de uma área somente”, defende Regina Esteves, diretora-presidente da Comunitas, há mais de 20 anos. “É preciso um conjunto de soluções integradas que permeiem toda a gestão pública, além de toda a população aderindo ao objetivo. E, em Niterói, vimos essa oportunidade de mobilizar a população e alcançarmos resultados eficientes e perenes”, conta a executiva que, com vasta experiência no âmbito social, acumula passagens pelo Governo Federal, ensino superior e iniciativa privada.

Ex-integrante do Conselho da Comunidade Solidária, da Presidência da República, Esteves participou da criação do

É preciso um conjunto de soluções integradas que permeiem toda a gestão pública, além de toda a população aderindo ao objetivo. E, em Niterói, vimos essa oportunidade de mobilizar a população e alcançarmos resultados eficientes e perenes

Nossa convicção é de que as empresas brasileiras podem contribuir para a superação dos problemas de ordem econômica e social em diferentes regiões do país

Programa Nacional Alfabetização Solidária, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (1997-2002), num modelo de terceirização de políticas educacionais de alfabetização de jovens e adultos; e da fundação da Associação Alfabetização Solidária (AlfaSol), uma organização da sociedade civil volta-

da a práticas educativas, em funcionamento desde 1996. “Assim enveredei pela área social, junto com a antropóloga Ruth Cardoso, então primeira-dama, e aqui estou, como presidente da Comunitas, organização que atua pelo desenvolvimento social e econômico do país”, detalha.

A participação da Comunitas no PNCV extrapola a esfera financeira. Baseada em São Paulo e fundada há 21 anos, a organização promove uma governança compartilhada ao dividir seus conhecimentos com o setor público. A Comunitas traz na sua bagagem uma equipe de Gestão Pública e Gerenciamento

de Projetos e conta com a contratação de consultores e mentores especializados nos mais diversos temas que envolvem a administração pública no Brasil. O que garante mais efetividade às ações realizadas e, consequentemente, coopera para o desenvolvimento local. “Nossa convicção é de que as empresas brasileiras podem contribuir para a superação dos problemas de ordem econômica e social em diferentes regiões do país”, explica Esteves, administradora que atuou como Pró-reitora Comunitária e Pró-reitora Financeira na Universidade São Marcos, em São Paulo, e como diretora de Projetos Especiais do Gabinete do Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, no governo Fernando Henrique Cardoso.

Existe uma preocupação de que os projetos sejam sustentáveis, ou seja, em manter o governo engajado nos objetivos e resultados das iniciativas apoiadas pela organização. “Sempre nos preocupamos em deixar um legado que tenha continuidade, mesmo após o término da consultoria”, explica Esteves, que, em 2020, foi uma das vencedoras do prêmio Empreendedor Social, oferecido pelo jornal *Folha de S. Paulo*, e considerada uma das Mulheres de Sucesso pela edição bra-

sileira da revista *Forbes*. “Fazemos um grande esforço para que os servidores se apropriem das metodologias oferecidas e, com esse aprendizado, eles consigam avançar sozinhos, após o término da consultoria”, detalha.

Mesmo após o fim dessa parceria, a equipe de projetos da Comunitas continua monitorando os resultados e oferecendo a troca de experiências entre os membros da rede. O mesmo ocorre com o Pacto, em Niterói. Por isso, de tempos em tempos, acontecem reuniões entre a rede de governança da Comunitas e a prefeitura da cidade. “Assim, buscamos a manutenção de uma relação próxima com o município de Niterói, tanto na frente de segurança pública como em outras áreas da gestão do Poder Executivo”, explica.

Um dos pontos da cidade fluminense que chamaram a atenção da Comunitas foi o fato de sua administração reconhecer a importância de um acordo coletivo para avançar nas políticas públicas e trazer melhorias para o município, principalmente em relação ao desafio imposto pela violência. “É o que também acreditamos, então, enquanto houver compromisso e disposição para aprimorarmos ações sustentáveis e colaborativas, estaremos juntos”, afirma Esteves. Para a Comunitas, o combate à violência não deve se limitar a reprimir e punir crimes que já aconteceram.

O trabalho preventivo precisa percorrer toda a máquina pública. Nesse sentido, investimentos em educação fazem toda a diferença para a sociedade e trazem consequências positivas, não só imediatas, como também a médio e longo prazo. “Com essa atenção dada efetivamente, o impacto é sentido no desenvolvimento local, pois na educação está a chave para o avanço, seja de um município, estado ou nação”, defende.

Com o conceito de prevenção no centro do planejamento estratégico, o Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) conseguiu alcançar resultados exitosos. Foi a abordagem inovadora sobre a criminalidade que permitiu essa estratégia preventiva. Basta observar alguns dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) para entender sua relevância para a cidade.

De 2013 a 2017, diante do agravamento da violência, a prefeitura promoveu uma série de medidas na área de seguran-

ça. Entre elas, o aumento do efetivo da Guarda Civil Municipal (GCM), o investimento em tecnologia e inteligência, além do fortalecimento de várias frentes de parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. O aporte de recursos na área teve um incremento de 360% em quatro anos: de R\$ 19,1 milhões, em 2014, para R\$ 70,5 milhões, em 2018. E, desde então, os índices de violência se agravaram menos do que em outras cidades do estado.

Atualmente, Niterói apresenta a menor taxa de mortes violentas da região metropolitana, com um crescimento de 7,14%, enquanto na capital fluminense houve um aumento de 34,69%, em 2018, em comparação com 2017. Já em relação a roubos de rua, no mesmo período, Niterói teve uma redução de 3,51%, enquanto os roubos de veículos diminuíram em 17,06%. “O pacto teve sucesso por ter sido pensado com envolvimento da sociedade civil e por resultar em uma estratégia ampla, composta por uma rede de ações e projetos, com capacidade de impactar diferentes camadas sociais e com níveis de complexidade diversos para enfrentar o desafio de reduzir a violência”, avalia Regina Esteves.

Presente em várias cidades e estados como Goiás, Espírito Santo e Sergipe, entre outros, a Comunitas é considerada um caso de sucesso internacional, sendo reconhecida pela Universidade de Columbia, em Nova York. Por onde quer que passe, a organização preza por soluções que mexam na estrutura dos problemas de forma sustentável. E investe em projetos de Estado e não de governos, para que os resultados sejam duradouros. Para isso, tem uma governança de líderes empresariais, que financiam transversalmente os projetos da organização. Não há financiamento direto para projetos específicos. “Acreditamos que foi exatamente esse o espírito público que estimulamos e conseguimos imprimir, que também existe unindo toda a sociedade por uma causa: o combate à violência”, destaca a executiva, que considera que o caso de Niterói seja replicado em outros municípios. “E isso já está acontecendo. Afinal, o Pacto Niterói Contra a Violência foi inspirado no Pacto Pelotas pela Paz, também desenvolvido com nosso apoio e replicado para Caruaru, Paraty e Araguaína. Vemos uma grande coalizão de combate à

criminalidade sendo formada e, aos poucos, influenciando e impactando cada vez mais locais”, conclui.

Câmara de Vereadores se torna o parceiro decisivo na virada das políticas públicas de segurança — Entrevista com Paulo Bagueira

A data para o lançamento oficial do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) foi o dia 6 de agosto de 2018. O cenário escolhido para a cerimônia, a Sala de Espetáculos do Theatro João Caetano, o Theatro Municipal de Niterói. Cerca de 400 pessoas, entre autoridades e representantes da sociedade civil, lotaram as galerias e plateia, motivadas por um interesse em comum: uma virada na lógica das políticas públicas de segurança. No evento, ficava selado, pelo então prefeito Rodrigo Neves, no primeiro ano de seu segundo mandato, uma coalização de forças, entre o poder público e a sociedade civil, para uma reorientação da concepção tradicional de Segurança Pública: o município abandonava o antigo enfrentamento da violência, a de reparação de danos, de crises já instauradas, para a chamada Segurança Pública Baseada em Evidências, que concentra uma ampla gama de métodos, técnicas e instrumentos na prevenção das várias formas de violência e vulnerabilidade social.

Os projetos do PNCV se dividem em quatro eixos de atuação, que atendem cada um a uma dimensão relacionada às manifestações da violência: Prevenção, Policiamento e Justiça, Convivência e Engajamento e Ação Territorial Integrada. Eles são resultado de um trabalho progressivo e coletivo, que sempre foi objeto de debates da administração municipal, como atesta o vice-prefeito Paulo Roberto Mattos Bagueira Leal: “Isso começou quando eu assumi meu primeiro mandato como vereador, em 1992. Era um assunto que discutíamos muito na Câmara, toda semana”, lembra Bagueira, que presidiu a Câmara de Vereadores entre 2009 e 2019 e que, ao longo desses 10 anos, acompanhou a articulação do Pacto, desde o nascimento até sua implementação. “O vereador Renato Cariello, capitão da Polícia Militar, nos ajudou nos debates. Porém, a discussão sempre girava em torno da autoridade do estado”, lembra o vice-prefeito, que também participou ati-

vamente desse processo ao protagonizar debates em prol da integração das polícias e da municipalização da Segurança Pública.



*Sessão da
Câmara
Municipal de
Niterói*

A possibilidade de trazer a Segurança também para o campo do município foi muito bem acolhida na Câmara

A partir de janeiro de 2013, segundo Bagueira, surgiram as condições necessárias na administração municipal para que se pusesse em prática o que vinha sendo pautado nas reuniões na Câmara de Vereadores. “A possibilidade de trazer a Segurança também para o campo do município foi muito bem acolhida na Câmara. Assim, levamos adiante a ideia de que deveria haver uma integração entre as Polícias Civil e Polícia Militar, para que as demandas de mais setores fossem ouvi-

das, como a assistência social, a Secretaria de Educação e outros. Isso criou um diálogo que antes não existia entre a polícia administrativa e a polícia ostensiva, e viabilizou o processo investigatório graças ao qual começou a funcionar o trabalho preventivo”, conta.

A relação entre integração e prevenção foi central para a gestão pública a partir de 2013, quando um aumento exponencial nos índices de criminalidade alarmou o Rio de Janeiro, incluindo Niterói. À época, o Instituto de Segurança Pública (ISP) registrou uma elevação, por exemplo, no núme-

ro de homicídios dolosos, 48% maior que em 2012. Frente a isso, uma série de iniciativas, em alguma medida, sinalizava a emergência – e a urgência – do Pacto. Algumas delas são: a fundação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), em 2013, para garantir aos territórios do município uma análise constante e sistemática dos indicadores criminais, executada por policiais federais, civis, militares, além de agentes de órgãos municipais; e a ampliação do Programa Estadual de Integração na Segurança (Proeis), também em 2013, um convênio entre o município e o Governo do Estado do Rio de Janeiro que reforça o policiamento na cidade por meio de gratificação, dada pela Prefeitura de Niterói, a policiais de outras áreas que dediquem suas horas de folga ao trabalho na cidade.

Outras iniciativas foram a implantação, em 2014, da Delegacia de Homicídios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí no Centro da cidade; além da criação do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP), em 2015, que conta com guardas municipais treinados para o monitoramento eletrônico do espaço público, por meio de mais de 500 câmeras, e orientação de ações executadas por policiais militares em qualquer ocorrência registrada.

Além dessas medidas, a Guarda Civil Municipal recebeu mais investimentos em sua infraestrutura, bem como o Niterói Presente, que, em 2017, passou a receber R\$ 25 milhões por ano, para manter o policiamento de proximidade e o patrulhamento com um efetivo de 300 agentes. Os resultados não demoraram a aparecer: chegou-se a mais baixa taxa de roubos a transeuntes e de veículos em 20 anos – principais ocorrências, dentre as mais de 2.700 atendidas pelos agentes que, com sua presença nas ruas, conseguiram reduzir em 80% os marcadores.

“O Programa Niterói Presente foi custeado exclusivamente pelo governo municipal. O convênio bancava 297 policiais

“Isso criou um diálogo que antes não existia entre a polícia administrativa e a polícia ostensiva, e viabilizou o processo investigatório graças ao qual começou a funcionar o trabalho preventivo”

patrulhando as ruas, com um investimento anual de R\$ 30 milhões, e que derrubou os índices de violência onde foi implantado”, calcula o vice-prefeito. “Precisaríamos que o governo estadual usasse os recursos, que pretende injetar no seu novo programa, na ampliação do efetivo do 12º Batalhão da Polícia Militar, que há anos o niteroiense deseja, influenciando assim, no combate à violência em outros bairros onde o Niterói Presente não havia ainda chegado”, sugere. “Como deputado estadual, atuei em 2019 na ampliação e renovação desse convênio. Só não conseguimos ampliá-lo mais, à época, por falta de recursos humanos do governo estadual”, expõe.

A Prefeitura de Niterói tem como prioridade a segurança da população e afirmou que fará investimento para a otimização de projetos inovadores, agrupados no Eixo Policiamento e Justiça, que não se atém ao reforço policial, mas vai além, explorando trabalho de inteligência. No Pacto, os projetos de Cercamento Eletrônico e Reconhecimento Facial, ainda em fase de produção, visam a utilizar a tecnologia como complemento ao trabalho do CISP.

Lá, as chamadas câmeras inteligentes, juntamente com as outras 500, cujas imagens são monitoradas manualmente pelos agentes, auxiliam no reconhecimento das situações e na tomada de decisões mais adequadas à solução dos problemas, o que demonstra a importância do fator humano. Isso é enfatizado em outro projeto do mesmo Eixo, o Observatório Municipal de Segurança Pública (OSPNit), criado em 2018, que opera na coleta e no tratamento de dados. Essas informações, vindas de fontes públicas e privada, promovem a análise e o desenvolvimento de conhecimentos sobre o estado da segurança pública em suas várias instâncias. O que se traduz na produção mensal de relatórios sobre ações policiais, indicadores de criminalidade e dinâmica criminal.

O vice-prefeito relata que os problemas solucionados por esses esforços não se resumem a crimes, mas se estendem a vários outros tipos de desordem. “Esse projeto cresceu tanto, que, hoje, contribui para manutenção de muitos serviços da cidade. Às vezes, um engarrafamento, causado por um carro que furou um pneu, ou um acidente leve. Com isso, eles já identificam o problema e rapidamente fazem contato com

NitTrans, com a Zeladoria”, exemplifica. “O trabalho de segurança está em constante avanço. Até pequenos delitos puderam ser resolvidos, como, por exemplo, o furto de tampões de bueiros, que acontecia com certa frequência. Conseguimos identificar quem furtava e quem comprava os tampões. Desde a prevenção de pequenos e grandes delitos, até a melhoria do sistema viário e do serviço de manutenção e conservação do espaço público, esse projeto contribui para a harmonia da cidade como um todo”, conclui.

A aproximação gradativa da sociedade civil teve início em março de 2013, quando o prefeito Rodrigo Neves convocou uma reunião com representantes para agregar suporte às ações da prefeitura, em favor do Pacto Niterói Pela Paz, rebatizado de Pacto Niterói Contra a Violência, que tornou mais abrangente o sentido de Segurança Pública. O vice-prefeito Paulo Bagueira explica que essa abrangência surgiu muito cedo, em razão da quantidade de informações levantadas, que conduziram a temática da violência a outros patamares e despertaram no poder público a necessidade de abraçar outros setores da sociedade.

“Inicialmente, quando conseguimos diminuir os índices de registro de violência na cidade, começamos a ampliar a discussão, nos perguntando o que mais envolveria esse campo. Com isso, passamos pela educação, pela saúde, pelas questões de assistência social”, enumera. “O simbolismo da cultura da paz representa justamente isso, o crescimento dos resultados, que trouxeram outros setores da sociedade, de um modo geral, para o campo da segurança. A recepção disso no parlamento foi muito boa. Todos os projetos passaram pela Câmara com larga adesão”, recorda Bagueira. Isso explica as motivações do OSPNit em se debruçar também sobre indicadores como frequência, abandono e evasão escolar, assim como registros de violência contra crianças e adolescentes que acontecem dentro e fora desse

Inicialmente, quando conseguimos diminuir os índices de registro de violência na cidade, começamos a ampliar a discussão, nos perguntando o que mais envolveria esse campo. Com isso, passamos pela educação, pela saúde, pelas questões de assistência social

âmbito, como no doméstico. Ou seja, ultrapassa as fronteiras do Eixo Policiamento e Justiça para o da Prevenção, pois colabora diretamente com as bases de dados de projetos como o Programa Poupança Escola (PPE), verificando a elegibilidade do público a ser beneficiado com o incentivo financeiro destinado ao fomento da conclusão do Ensino Médio, no caso, alunos cursando a partir do 9º ano do Ensino Fundamental.

Outro projeto que passa pelo observatório é o Banco de Oportunidades, que busca facilitar a inserção de jovens entre 15 e 29 anos, ou mesmo o recém-egresso do Ensino Médio, no mercado de trabalho. Fechando esse conjunto de pontes, os outros projetos que recebem suporte do observatório são dois: o Escola da Paz, que promove discussões e atividades pautadas pelo desenvolvimento dos aspectos emocionais e sociais nos espaços escolares, visando a prevenção da violência; e o Escola da Família, que atua na prevenção da violência intrafamiliar por meio de grupos educativos, sem excluir os que se encontram em situação de rua.

O projeto Rede Acolher apoia as famílias e ressocializa egressos do sistema prisional a fim de facilitar seu acesso a serviços básicos, que vão desde saúde a cultura. A busca do projeto Espaço Nova Geração é, além da revitalização de CIEPs, oferecer aos alunos atividades no contraturno escolar, como esportes, teatro e capacitação para trabalhos manuais, como reaproveitamento de materiais recicláveis. No Eixo Ação Territorial Integrada, o Projeto Niterói Jovem EcoSocial, resultado da parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Social da Indústria (Sesi), desenvolve competências técnicas de jovens para o mercado de trabalho e promove ações sustentáveis para o meio ambiente na cidade.

Como parte do Eixo Convivência e Engajamento, o projeto Rede Mediar trabalha na inserção da mediação de conflitos como parte das políticas públicas de segurança, o que coloca Niterói entre as cidades pioneiras nesse empreendimento. Outro projeto que coloca Niterói em posição de destaque é o Disque Denúncia, parceria com o Instituto

MovRio³, que a consagrou como a primeira cidade da Região Metropolitana do estado a dedicar uma estação específica para o seu território. Além do número convencional, o serviço também disponibiliza um número de aplicativo de mensagem instantânea, por meio do qual se pode fazer a denúncia anônima.

A Entrega Voluntária de Armas é um projeto que se destaca no Eixo Policiamento e Justiça para incentivar cidadãos e agentes de segurança, que executam apreensão de armas de fogo, com gratificações em dinheiro. A efetividade desse projeto é confirmada pelo vice-prefeito, que atribui o sucesso ao comprometimento do município em tratar a segurança como um bem a ser preservado, sobretudo em momentos críticos.

“A compra de armas apreendidas e o pagamento de gratificação aos agentes de segurança sempre que os índices de violência caem é uma forma de estímulo. O plebiscito em que o niteroiense disse ‘não’ ao porte de armas para a Guarda Civil Municipal e o exponencial crescimento do efetivo de nossa corporação são alguns dos exemplos. O pagamento emergencial da gratificação de Natal às forças de segurança quando o estado colapsou em 2017, também foi fruto dessa política municipal”, observa, deixando claro que a administração pública do município continuará aberta ao diálogo e empenhada no investimento em programas pela paz e prosperidade da população niteroiense.

Conselho Comunitário de Segurança atua como fórum de debate e propostas para a gestão de segurança pública — Entrevista com Conselho Comunitário de Segurança

O Conselho Comunitário de Segurança (CCS) de Niterói, com toda a experiência acumulada ao longo dos anos, teve papel crucial na criação do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV). “Desde o início, recebemos o Pacto com bons olhos. Entendemos como um avanço um gestor público ter a feliz ideia de chamar diferentes atores para desenvolver um projeto tão amplo para a segurança pública”, afirma o comerciante Francis Leonardo Ferreira Silva, presidente do conselho ni-

3 Movimento Rio de Combate ao Crime (MovRio).

Sociedade Civil atuando na fiscalização do processo de consulta pública sobre o armamento da Guarda Municipal de Niterói

teroiense, eleito para o biênio 2021-2023, depois de ocupar outras funções na entidade, desde sua entrada em 2010.

O processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento das políticas de segurança pública busca gradativamente uma maior participação da sociedade civil. Essa proximidade é promovida pelo próprio poder público desde a criação do Instituto de Segurança Pública (ISP), em 1999, uma autarquia vinculada diretamente à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro. O órgão tem como papel produzir informações e disseminar pesquisas e análises que subsidiem a gestão de segurança pública estadual e propiciem o debate sobre o tema – parte do trabalho é feito por voluntários de Conselhos Comunitários de Segurança (CCS). Os conselhos foram instituídos como parte do Plano Estadual de Segurança, Justiça e Cidadania⁴, numa campanha do governo de reestruturação da política de segurança pública.



⁴ Resolução SSP 263, de 26 de julho de 1999.

Segundo dados do Relatório dos Conselhos Comunitários de Segurança do Estado do Rio de Janeiro⁵, há 65 conselhos ativos espalhados em 45 municípios fluminenses, com o papel de não só servir de canais de comunicação entre a população e as secretarias de estado de Polícia Civil e de Polícia Militar, mas também de estreitar o contato e resgatar a confiança e credibilidade dessas forças de segurança diante da opinião pública.

Em reuniões mensais com os principais responsáveis pela Área Integrada de Segurança Pública (AISP) – região específica de atuação das polícias, que em Niterói é a 12ª –, o conselho está aberto para toda a população. Na mesma mesa, se sentam os membros natos (assim chamados os agentes da Polícia Militar e da Polícia Civil, o comandante do Batalhão de Polícia Militar e delegados titulares, respectivamente), os efetivos (representantes da comunidade eleitos para funções administrativas do CCS) e os participantes, ou seja, quaisquer interessados no tema, o que inclui também representantes do legislativo municipal. “Há moradores, empresários e pessoas ligadas às associações de moradores. Formamos um fórum em que são apresentados os índices de criminalidade consolidados dos meses anteriores. Observamos a mancha criminal e apresentamos os problemas e as propostas de solução”, descreve Silva, morador do Centro de Niterói. A adesão dos membros efetivos, muitas vezes, é uma reação a algum episódio de violência ou de ordenamento urbano. “Busquei a instituição para resolver um problema no meu negócio e acabei tomando gosto pelo trabalho feito”, explica o presidente da entidade que surgiu formalmente em 1999, juntamente com o ISP.

Há moradores, empresários e pessoas ligadas às associações de moradores. Formamos um fórum em que são apresentados os índices de criminalidade consolidados dos meses anteriores. Observamos a mancha criminal e apresentamos os problemas e as propostas de solução

5 Relatório dos Conselhos Comunitários de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2015. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/RelatorioCCS2015.pdf. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

Com o trabalho do Pacto, Niterói vem se tornando uma vitrine. Estamos sendo exemplo para outros municípios de como fazer segurança na transversalidade: na ponta atua o policial, mas os projetos sociais completam o trabalho ”

No mesmo sentido que o PNCV, as reuniões do Conselho Comunitário de Segurança de Niterói extrapolam os limites de atuação das instituições policiais. Todos os membros do CCS (presidente, vice-presidente, diretor de assuntos comunitários, primeiro e segundo secretários) são eleitos e passam por uma pesquisa de antecedentes criminais pelas forças estaduais e federais. A compreensão de seus membros é de que agir sobre problemas sociais, como o saneamento

básico, a ocupação do espaço urbano, o cumprimento das posturas municipais e da prestação de serviços públicos de boa qualidade, é uma forma de combate à violência.

Tal perspectiva trouxe resultados efetivos para a população em geral. “Com o trabalho do Pacto, Niterói vem se tornando uma vitrine. Estamos sendo exemplo para outros municípios de como fazer segurança na transversalidade: na ponta atua o policial, mas os projetos sociais completam o trabalho”, elogia o pedagogo Moacyr Chagas, membro do Conselho de Ética do CCS. “O resultado é um efeito cascata, o que conseguimos agora, com uma sensação de segurança e melhoria nos índices de violência”, comemora Chagas, que é morador do Barreto. Com longa experiência no tema, o ex-presidente do CCS acompanha os trabalhos desde 2011, ocupando ainda o posto de secretário. Ele ainda integra o Conselho de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, estrutura do poder estadual em que se promove a discussão de políticas públicas.

A participação do CCS de Niterói nas questões da segurança pública tem caráter consultivo e mostra a relevância desse instrumento de comunicação entre o poder público e a sociedade civil. Segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2019, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2014 e 2019, a criação de Conselhos Comunitários de Segurança teve um crescimento de 190,4% no país, passando de 480

para 1.394 entidades⁶. Por isso, as observações, críticas, sugestões e propostas são consideradas pelos representantes das forças de segurança uma contribuição importante para a melhor tomada de decisão.

É exatamente nesse sentido que os integrantes veem a necessidade de discutir a elaboração de um organismo municipal com papel deliberativo. “O ideal seria que a prefeitura elaborasse um Conselho Municipal de Segurança Pública em que as diretrizes para o setor pudessem ser debatidas e encaminhadas pelo poder municipal, com um colegiado com integrantes de diferentes áreas”, sugere Chagas. “Há modelos semelhantes em outras áreas e cidades. Esse formato seria um enorme avanço e uma ferramenta estratégica para o Pacto”, avalia Chagas.

Contribuir para o desenvolvimento da sociedade é a principal finalidade dos voluntários que integram o Conselho Comunitário de Segurança de Niterói, composto pelos membros natos e outros cinco integrantes fixos, o que não impede a criação de outros postos. O grupo acredita que pode ser uma ferramenta para ampliar a participação da sociedade no combate à violência. “Seria interessante podermos fazer visitas às escolas, elaborar conteúdo de vídeo e *podcast* para a internet. Agora buscamos levar o conselho para reuniões nos bairros para entender as demandas de cada região. Há trabalho a fazer”, afirma Chagas. “Niterói chegou a um patamar que não pode mais recuar. Com recursos e muito empenho da sociedade civil, a transformação pode ser duradoura”, encerra.

Federação das Associações de Moradores: “O trabalho tem a nossa digital” — Entrevista com representantes das Associações de Moradores

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, são direitos fundamentais de todo cidadão “educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança”, entre outros. Para assegurar essas metas às camadas mais vulneráveis, o traba-

6 Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos Municípios Brasileiros 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. p. 90. Disponível em: [liv101770.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101770.pdf) (ibge.gov.br). Acesso em: 22 de agosto de 2021.

lho das organizações da sociedade civil em conjunto com o poder público é fundamental. Essa é a função da Federação das Associações de Moradores do Município de Niterói (FamNit), atuante na cidade há 38 anos.

A instituição reúne 113 associações que abrangem todo o município e que participam ativamente com a prefeitura dos diversos fóruns de debate para a criação de políticas

Desde o princípio, ainda quando se falava em política de pacificação pela Secretaria de Segurança Pública, nós alertávamos para que o trabalho fosse além do policiamento. Depois, fomos contrários ao armamento da Guarda Civil Municipal, até que novas perspectivas surgiram. Encher a cidade de armas expõe ainda mais o povo

públicas. Por essa razão, a FamNit não ficou à parte do processo de elaboração, assim como do cotidiano das ações, do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV). “O trabalho tem a nossa digital”, descreve Manuel Amâncio, presidente da diretoria da entidade. O exemplo é a recuperação do Complexo do Viradouro, com investimentos de R\$ 50 milhões para obras de infraestrutura, pavimentação de vias, drenagem, obras de contenção de encostas e construção de áreas de lazer. “Hoje, a comunidade é um sonho para se viver e um exemplo do que pode melhorar na vida das pessoas para conter a entrada dos jovens no mundo do crime”, descreve Amâncio, membro da federação desde 2003.

Originário da Associação de Moradores de Maria Paula, Amâncio empenha suas energias no trabalho comunitário desde 1979, em paralelo com sua formação de técnico em Contabilidade. O fortalecimento das organizações de bairro coincide com a redemocratização do país e da promulgação da Constituição Cidadã de 1988. Gradativamente, os grupos foram ganhando espaço

de debate com o poder municipal.

Mas, do ponto de vista do presidente da FamNit, a grande virada foi em 2013. “Desde o princípio, ainda quando se falava em política de pacificação pela Secretaria de Segurança Pública, nós alertávamos para que o trabalho fosse além do policiamento. Depois, fomos contrários ao armamento da Guarda Civil Municipal, até que novas perspectivas surgi-

ram. Encher a cidade de armas expõe ainda mais o povo”, pontua o representante da FamNit.

Para o líder comunitário, a transformação da política de segurança pública só foi possível a partir da compreensão e da prática de que seria necessário elaborar um trabalho mais amplo que atuasse com inteligência e prevenção – ambas as áreas contempladas pelo PNCV. “A gestão municipal de Niterói passou a ser focada em segurança. Há um acompanhamento mensal com os secretários envolvidos, com metas estabelecidas. Se elas não são atingidas, outros secretários são chamados para atuar de forma multidisciplinar. Isso vem funcionando”, comemora.

Reunião de integração entre gerentes dos projetos e programas do Pacto Niterói Contra a Violência com a participação da FamNit



As mudanças, segundo o ativista, já podem ser sentidas por todo o município. “Chegamos a um ponto em que os bares de Icaraí não podiam abrir de forma segura. Isso não existe mais. Temos segurança, com câmeras para todos os lados. No Centro Integrado de Segurança Pública, um painel permite que toda a cidade seja vigiada e cuidada. Hoje, a cidade é diferente”, afirma.

Algumas das iniciativas do PNCV mais exitosas, a partir do ponto de vista da FamNit, são as que dizem respeito à educação. Entre elas, a revitalização dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) do Fonseca e do Cantagalo, onde

Chegamos a um ponto em que os bares de Icaraí não podiam abrir de forma segura. Isso não existe mais. Temos segurança, com câmeras para todos os lados. No Centro Integrado de Segurança Pública, um painel permite que toda a cidade seja vigiada e cuidada. Hoje, a cidade é diferente

1.205 alunos têm aulas e atividades como esportes, música, multimídia, arte e literatura – durante a pandemia, inclusive, as aulas foram mantidas de forma online. Além disso, os jovens se conectam com a questão ambiental por meio do Niterói Jovem EcoSocial, uma parceria da prefeitura com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

No projeto, os estudantes recebem capacitação profissional, com aulas teóricas e práticas. Existem ainda atividades complementares, como as visitas à Estação de Tratamento das Águas de Niterói, aos mudários da Companhia de Limpeza Urbana de Niterói (Clin) e ao Horto do Fonseca. O replantio do Córrego dos Colibris, no bairro Peixoto, foi uma das atividades práticas. “Os jovens cuidam do reflorestamento da área degradada e ganham uma bolsa para fazer um curso, em contrapartida”, destaca. “A prefeitura ainda instituiu uma premiação a policiais militares por apreensão de armas de fogo na cidade, desde que não haja registro de morte em confronto ou de lesão corporal grave no ato. Uma medida que valoriza os agentes”, segundo Amâncio.

Diante da crise provocada pela covid-19, a FamNit distribuiu cestas de higiene e máscaras de proteção para os mais carentes e trabalhou com afinco em prol de projetos que gerassem renda para a população carente enfrentar a crise. Por isso, a entidade mediou reuniões com a prefeitura para, além de reforçar a importância das medidas sanitárias em territórios vulneráveis, apoiar a prorrogação de benefícios como a Renda Básica Temporária – que distribuiu, desde março de 2020 até setembro de 2021, R\$ 500 mensais às famílias mais necessitadas na cidade inscritas no CadÚnico e às famílias de estudantes da rede municipal de ensino que não estão cadastradas no CadÚnico –, o Busca Ativa e o Programa Empresa Cidadã que dão suporte financeiro a trabalhadores informais, micro e pequenas empresas, respectivamente. Com isso, a Prefeitura Municipal de

Niterói vai investir mais de R\$ 1 bilhão para atenuar os impactos da pandemia – até o mês de setembro, o valor médio gasto por habitante com o Renda Básica Temporária havia sido de R\$ 797,57⁷. “No início da pandemia, a tensão foi muito grande. Na época, o município investiu nas comunidades, incentivando o comércio local e beneficiando os mais carentes com um cartão de R\$ 500”, lembra Amâncio.

Mas a intenção é que esses programas migrem para um sistema permanente, garantindo um futuro ainda mais igualitário e mais distante da violência. Isso será possível com a implementação da Moeda Social Arariboia⁸, proposta ao Legislativo em junho, e que pretende distribuir R\$ 90 por pessoa, sendo R\$ 540 o valor máximo para cada família – o auxílio deverá ser concedido a aproximadamente 27 mil famílias. Com a moeda social, a ideia é fomentar o desenvolvimento econômico e social das comunidades e estabelecer meios para atingir a erradicação da pobreza, além de gerar emprego e renda para as camadas mais carentes do município.

Consultoria de comissões da OAB Niterói garante a segurança jurídica — Entrevista com representantes da OAB Niterói

O noticiário traduzia um cenário inaceitável. A escalada dos índices oficiais evidenciava a sensação de violência percebida pela população. Havia o sentimento de emergência de que novas diretrizes precisavam ser traçadas para enfrentar a crise na segurança para além da atuação repressiva policial. Criado com essa finalidade, o Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV) contou com colaborações fundamentais que se somaram ao esforço da prefeitura. Convidada de primeira hora, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção Niterói, ofereceu a *expertise* de seus membros e suas diversas comissões para análise das propostas a serem elaboradas.

Desde 2018, a instituição deu consultoria a mais de uma centena de projetos para o programa municipal. “A grande

⁷ Disponível em: <http://www.niteroi.rj.gov.br/2021/09/13/prefeitura-de-niteroi-propoe-prorrogacao-do-renda-basica-temporaria-e-do-busca-ativa-ate-dezembro/>. Acesso em: 21 de outubro de 2021.

⁸ Disponível em: <http://www.niteroi.rj.gov.br/2021/06/17/prefeitura-de-niteroi-apresenta-projeto-para-criacao-da-moeda-social-arariboia/>. Acesso em: 21 de outubro de 2021.

qualidade do Pacto é que ele ataca os problemas em várias frentes. É um trabalho inovador no Brasil, exatamente por não tratar a violência com a visão da repressão”, afirma Claudio Vianna, presidente da OAB Niterói. “Há o planejamento e o trabalho em diversas áreas, em especial, a educação, tema fundamental na tentativa de extirpar a violência”, avalia o advogado.

A grande qualidade do Pacto é que ele ataca os problemas em várias frentes. É um trabalho inovador no Brasil, exatamente por não tratar a violência com a visão da repressão

A entidade responsável pela regulamentação da advocacia oferece, de forma técnica, um apoio imprescindível para a elaboração dessas políticas públicas desde seu processo inicial. Mas mesmo antes da instituição do PNCV, essa parceria já rendia frutos, como o plano delineado para a consulta pública, em 2017, referente ao porte de armas de fogo dos agentes da Guarda Civil Municipal (GCM). A demanda é apresentada à OAB Niterói, que encaminha o tema a uma de suas comissões. E no caso do armamento, o plebiscito recebeu o veto de mais de 70% dos eleitores.

Os temas propostos, muitas vezes, são desdobrados em novas ideias. “É um trabalho que ocorre em mão dupla. Quando se inicia um debate, normalmente surgem novas demandas que passam a ser analisadas de forma disciplinar. Toda estrutura do Pacto conta com profissionais muito competentes, que fazem com que os projetos executados tenham êxito”, ressalta Vianna.

O assassinato da aposentada Maria Alcina Queiroz Gil, em Icaraí, em 2017, cometido por um jovem de 17 anos, morador do Morro do Preventório, em Charitas, foi o alerta vermelho para uma série de trabalhos educacionais que o Pacto passou a promover com o apoio da OAB Niterói. “O adolescente já havia apresentado muitos problemas na comunidade escolar. Ficou claro que toda a prevenção precisa ser feita com a educação, com o acompanhamento dos educadores, para conhecer as famílias”, esclarece Raffaella Loureiro Cupello, presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB Niterói.

Assim, projetos como Escola da Família – desenhado para prestar assistência pré-natal a gestantes em situação de rua a fim de prevenir a violência intrafamiliar por meio da formação educativa parental, que inclui grávidas, pais e cuidadores – e Escola da Paz – concebido para lidar e prevenir situações de violência nas escolas públicas municipais e endereçado a estudantes e professoras(es) – receberam o acompanhamento da instituição. “Esta é uma ação de longo prazo, talvez com resultados sólidos ao longo de 20 anos”, projeta a advogada.

O diálogo entre os diferentes envolvidos da sociedade civil, em suas diversas frentes, com os entes governamentais, incluindo as forças policiais, vem produzindo uma consistente rotina de avanços na identificação de pontos sensíveis para a melhoria da segurança. Há um esforço contínuo para que os índices da criminalidade continuem em trajetória de queda e sendo percebidos nas ruas e refletidos nos relatórios oficiais. “Há uma real integração”, explica Cupello. “As pessoas envolvidas se falam, o que permite que o trabalho de todos seja mais fácil. O comandante do batalhão conversa com o prefeito. Eles falam com a OAB, com o Conselho Municipal de Segurança. Essa atuação promove ações efetivas”, comemora.

O desafio do combate à violência ficou ainda maior com o surgimento da pandemia do novo coronavírus. Apesar do bom desempenho de Niterói no enfrentamento à doença, os impactos sociais e econômicos se refletiram em todo o país. Na visão da OAB Niterói, que é a maior seção em membros associados do país, tais reflexos serão acompanhados minuciosamente pelo Pacto para que sejam minimizados.

Os porta-vozes da instituição relembram que, mesmo para atender os próprios advogados, uma série de medidas precisaram ser elaboradas para mitigar os prejuízos aos profissionais. “Está claro que as partes envolvidas no Pacto precisarão fazer ajustes e mudanças de rota. No caso da Educação, houve uma alteração significativa na rotina. Mas temos total confiança nos técnicos da área, assim como nos da segurança pública. Haverá agora uma recuperação e não podemos vestir a camisa da derrota, os problemas sempre existirão”, diz Vianna, com otimismo.

Para resultados melhores das ações de segurança pública, é preciso pensar nesse tema complexo de forma ampla. Nesse sentido, a OAB Niterói atua como um porta-voz da iniciativa com as demais seccionais da entidade. A ideia corresponde exatamente à essência do Pacto Niterói Contra a Violência, com ações múltiplas e multidisciplinares. “Nosso município precisa ter a consciência de que não é uma ilha. É fundamental olhar todo o entorno para conseguirmos o fortalecimento da região. Não é possível deixar de entender os problemas de São Gonçalo, Itaboraí, Maricá e do próprio Rio de Janeiro. A experiência que adquirimos é uma bela oportunidade para replicar a iniciativa”, conclui Vianna.

Sagrada Família tem fé na superação das distâncias entre asfalto e comunidades — Entrevista com representantes da Sagrada Família

Atender às necessidades dos mais carentes, promover ações que impactam positivamente em um ambiente deteriorado e incentivar valores éticos e cristãos em sua es-

A entidade sempre teve uma relação e interação muito próxima, com cumplicidade e empatia, no envolvimento e bem-querer institucional e comunitário

sência. Esses são alguns dos propósitos da Sociedade Beneficente da Sagrada Família. Dedicada a amparar os mais pobres – o que a faz conhecer profundamente as necessidades dessa população –, a instituição presta assistência social, educacional, cultural e de saúde. Por conta disso, a entidade religiosa se envolveu desde o princípio na criação do Pacto Niterói Contra a Violência (PNCV), sendo um elo primordial para os bons resultados do projeto. “A entidade sempre teve uma relação e interação muito próxima, com cumplicidade e empatia, no envolvimento e bem-querer institucional e comunitário”, avalia a Irmã Irenita de Me-

deiros, presidente da instituição e graduada em Pedagogia e Teologia.

Ao longo de quase seis décadas, a instituição fundada pela Madre Mary Marcelline, em 14 de agosto de 1965, com

o nome canônico Irmãs Missionárias da Sagrada Família, acumulou uma significativa experiência no atendimento das causas sociais e, durante o desenvolvimento do PNCV, se fez presente em diversas etapas. Participou da elaboração e execução de alguns programas e projetos, além de reuniões com profissionais que compartilharam experiências bem-sucedidas de práticas de mediação, tão fundamentais para o rompimento do ciclo da violência. “Esses encontros foram extremamente ricos em conteúdo e envolvimento dos participantes”, lembra a irmã Irenita.

Localizada no Fonseca, a entidade, que sobrevive graças à ajuda de parceiros e colaboradores, também contribuiu na divulgação do Pacto junto a outras organizações da sociedade civil e à comunidade da Vila Ipiranga, que reúne mais de 15 mil moradores, no bairro Fonseca, na Zona Norte de Niterói, e adjacências. “Principalmente, com relação ao Espaço Nova Geração, do Fonseca, e Projeto Niterói Jovem EcoSocial, disponibilizando a área física para reunir os moradores e explicar as ações e facilitar a inscrição nesse programa”, completa. O Jovem EcoSocial capacita jovens em situação de vulnerabilidade social para o mercado de

*Lideranças
Religiosas*



trabalho e oferece bolsa-auxílio de até R\$ 1.300, a partir da parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Irmã Irenita, radicada na cidade desde sua chegada ao Instituto das Irmãs Missionárias da Sagrada Família, vinda da sua cidade natal, Patos de Minas, há 48 anos, destaca dois momentos cruciais de mobilização da comunidade católica desde a instalação do Pacto, ambos organizados pela Arquidiocese de Niterói. O primeiro foram as Caminhadas pela Paz, realizadas nos anos 2018 e 2019. “A atividade envolveu os líderes religiosos das diversas paróquias da Arquidiocese e deu visibilidade ao Pacto como proposta de enfrentamento da violência”, avalia. O segundo foi a caminhada ecumênica, na Praia de Icaraí, em 2019, que promoveu a tolerância religiosa e, consequentemente, a paz. “Nossa Instituição participou com o Projeto Banda Musical Sagrada Família abrindo o evento”, orgulha-se.

Entre os projetos que a Sociedade Beneficente da Sagrada Família desenvolve junto à comunidade niteroiense estão a Creche Comunitária Madre Mary Marcelline, que atende 200 crianças; Projeto Escola de Informática e Cidadania (EIC), que oferece aulas de informática a crianças, jovens e adultos; e o Projeto Grupo de Convivência para a Terceira Idade, com atendimento a 30 idosos. Além desses, o Projeto Banda Musical Sagrada Família (Bamus) atrai 100 crianças e adolescentes em torno do aprendizado de música e apoio pedagógico. Todos os projetos são implementados a partir da percepção das potencialidades e necessidades da comunidade. Uma vez implementados, há um acompanhamento constante dos resultados obtidos. “Tem sido um trabalho feito ao longo de meio século de atuação social e educativa, motivo de muita alegria e certeza do dever cumprido”, celebra a freira.

A comunidade do Viradouro também foi alvo de trabalhos da Sociedade Beneficente da Sagrada Família, como parte do Pacto. A instituição se envolveu ativamente ao longo do processo de intervenções urbanísticas feitas na região. Articulou diálogos com o então prefeito de Niterói, Rodrigo Neves, participou de reuniões com a comunidade

local e colocou à disposição espaço físico para a construção da quadra poliesportiva, entre outras ações.

Conforme a entidade, a implantação dos complexos esportivos e urbanísticos nas comunidades empobrecidas ajudou a construir também um sentimento de autoestima e pertencimento na população daquela região. “A superação da violência pede comprometimento e ações que envolvem a sociedade civil, os membros das igrejas, e os poderes constituídos, a fim de que não só os direitos humanos, mas também a cultura da paz sejam assegurados pela formulação de políticas públicas emancipatórias”, ressalta a freira.

Desde a elaboração do PNCV, a percepção da Sociedade Beneficente da Sagrada Família é de que as ações preventivas são as que trazem os impactos positivos mais evidentes. Nesse sentido, merecem destaque os projetos que trabalham com crianças e jovens de comunidades vulneráveis. “São ações inclusivas que trazem novas perspectivas de vida e esperança”, pondera. Concebido a partir de uma colaboração coletiva, por meio do diálogo e da escuta como premissas para a criação de ações de prevenção e direitos humanos, o PNCV mantém seu desafio de transformação social profunda. “A entidade enxerga, nos diversos programas e projetos efetivados, esperança e convicções de que a paz é possível e de que é preciso torná-la possível.

A violência será superada mediante ações que construam novas relações e novos horizontes”, acredita a missionária que ajudou a organizar, em 1993, a primeira eleição para Conselheiros Tutelares do I Conselho Tutelar da cidade de Niterói.

Em tempos de crise sanitária sem precedentes trazida pela pandemia de covid-19, a desigualdade social se acir-

A superação da violência pede comprometimento e ações que envolvem a sociedade civil, os membros das igrejas, e os poderes constituídos, a fim de que não só os direitos humanos, mas também a cultura da paz sejam assegurados pela formulação de políticas públicas emancipatórias

rou. Por isso, a Sociedade Beneficente da Sagrada Família espera que o Pacto continue como agente de redução das injustiças sociais, aprimorando os programas e projetos já existentes. “O que se espera do Pacto é que sejam diminuídas as distâncias entre o asfalto e as comunidades. E que todos e todas tenham a oportunidade de igualdade de direitos e de cidadania”, avalia.

Sobre os autores

Ana Lúcia Tarouquella Schilke — Pedagoga e professora do quadro permanente da Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME), integrante da equipe de assessoria técnica do Eixo Prevenção, de agosto de 2018 até dezembro de 2020. Especialista em alfabetização das classes populares (UFF) e Educação e Saúde pela ENSP/FIOCRUZ. Mestre em Educação (Unesa) e doutora em Educação (UFF).

Anderson Pipico — Advogado, membro do Comitê Gestor do Pacto. Gerente da Rede Acolher e do Projeto Niterói Jovem EcoSocial (2018-2020) e secretário de Participação Social.

Bira Marques — Gestor do Eixo Prevenção, sociólogo (UFF) e especialista em Teoria Política e Processo Legislativo. Atualmente é Secretário Municipal de Educação e Presidente da Fundação Municipal de Educação. Atuou como secretário de Assistência Social e Direitos Humanos de Niterói (2013 a 2015), Vereador (2015 e 2017) e secretário de Governo de Niterói (2018). Exerceu, ainda, a função de presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas) e vice-presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas).

Daniel Segalot — Estagiário da Secretaria de Obras e Infraestrutura de Niterói (SMO).

Ezequiel Oliveira de Mendonça — Subsecretário Operacional da Secretaria de Ordem Pública.

Fátima Elizabeth Scanoni de Oliveira — Assessora do Gabinete da Secretaria de Ordem Pública e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança (PPGJS) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Felipe Lichsnering Mendes — Mestrando em Justiça e Segurança pelo Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense (PPGJS-UFF).

Hernande Flores — Assessor técnico da Secretaria de Obras e Infraestrutura de Niterói (SMO).

José Antonio Fortuna Nogueira Barroco — Sociólogo, jornalista da Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do Comitê Gestor do Pacto (2018-2021).

Lauane Baroncelli Nunes — Psicóloga do quadro permanente da Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME), integrante da equipe de assessoria técnica do Eixo Prevenção, de agosto de 2018 até dezembro de 2020. Psicóloga (UFRJ), mestre em Psicossociologia (UFRJ) e doutora em Sociologia pela University College Cork (UCC).

Leonardo Caldeira — Jornalista e coordenador geral de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Niterói.

Luciano dos Santos Avelar — Especialista em Monitoramento e Avaliação (Cesgranrio).

Luisa Vianna Assumpção — Pós-graduanda em Mediação de Conflitos com Ênfase em Família na (AVM/UCAM), advogada (UFF). Mediadora de Conflitos (Equilibre, 2019), gerente da Rede Mediar (2018-2021) e idealizadora do Desatando Nós. Assessora técnica do PNCV e representante/PNCV na Rede Piece in our Cities (2021). Atualmente é Coordenadora da Coordenadoria de Políticas Públicas de Juventude.

Maria das Graças Silva Raphael — Professora, Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), membro do Comitê Gestor do Pacto PNCV 2018-2023, coordenadora do Eixo Convivência e Engajamento dos Cidadãos e Coordenadora-geral Executiva do Pacto PCNV.

Maurício Santos de Moraes — Subsecretário executivo do Gabinete de Gestão Integrada.

Nilson Luiz Cardoso Cunha — Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação pela Faculdade de Informática e Administração Paulista (FIAP). Diretor do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP) e inspetor da Guarda Civil Municipal de Niterói.

Patrícia Assed Pereira — Jornalista e coordenadora de Comunicação do Pacto Niterói Contra a Violência.

Paulo Henrique de Moraes — Secretário de Ordem Pública e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança (PPGJS) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Rachel Carmoniz de Macena — Assessora do Gabinete de Gestão Integrada Municipal.

Rúbia Secundino — Bióloga, membro do Comitê Gestor do Pacto (2019-2021), secretária municipal de Governo de Niterói.

Sérgio Renato Cajado Santarém — Pós-graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) e bacharel em Engenharia de Produção pela Universidade Salgado de Oliveira (Univer-so). Guarda civil municipal de Niterói.

Vicente Augusto Temperini Marins — Secretário de Obras e Infraestrutura de Niterói (SMO).

Agradecimentos

No momento em que registramos nesse livro nossa trajetória de implantação do Plano Municipal de Prevenção à Violência e de Segurança Pública no Município de Niterói-RJ, denominado inicialmente Pacto Niterói pela Paz e posteriormente Pacto Niterói Contra a Violência, somos movidos e movidas por um sentimento intenso de gratidão a todos e todas, cidadãos e cidadãs, gestores públicos e da sociedade civil organizada, os quais contribuíram com empatia, solidariedade e espírito público elevado em prol do bem comum, para a implantação dessa fundamental política pública de proteção da vida e de promoção da cultura da paz na sociedade de Niterói.

Agradecemos a toda sociedade de Niterói — cidade educadora, pois seus cidadãos, cidadãs, sociedade civil organizada e gestores públicos ao assumirem essa posição política de exercício da democracia, do cuidado com a proteção da vida e dos direitos humanos, e comprometendo-se com a construção da paz, participam da construção coletiva do Pacto Niterói Contra a Violência, em prol da proteção social, da defesa e garantia da vida e da promoção permanente da Cultura da Paz!

Agradecemos imensamente ao Comitê Científico, composto por professores e pesquisadores de renomadas universidades e institutos, que esteve conosco de forma voluntária no processo de organização dessa publicação e que muito contribuiu sendo os primeiros leitores e revisores dos textos.

Apêndice

Organizações que participaram diretamente da construção coletiva dos projetos e programas do Pacto Niterói Contra a Violência entre 2019 e 2022

Arquidiocese de Niterói

Associação de Moradores Benjamin Constant

Associação de Moradores Cavalão

Associação de Moradores do Beltrão

Associação de Moradores do Martins Torres

Associação de Moradores Entorno da Lagoa – AMORBELA

Associação de Moradores Jardim Icaraí

Associação de Moradores Tenente Jardim

Associação de Professores Inativos da UFF – ASPI/UFF

Associação Niteroiense de Advogados Criminalistas – ANACRIN

Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos – ANDEF

Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL

Câmara de Segurança Região Oceânica

Câmara de Vereadores de Niterói

Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente – Criaad

Centro Juvenil Oratório Mamãe Margarida - CEJOMM

Cerimonial da Prefeitura

Comunitas

Conselho Comunitário de Segurança Pública de Niterói

Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Conselho Municipal de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes – CMDCA

Conselho Municipal de Saúde

Coordenação Geral de Comunicação – COGECOM/PMN

Coordenadoria de Políticas e Direitos das Mulheres – CODIM/PMN

Coordenadoria de Políticas Públicas para Juventude – CPPJ/PMN

Departamento Geral de Ações Socioeducativas – Degase

Editora Niterói Livros - FAN/PMN

Federação das Associações de Moradores de Niterói – FAMNIT

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – Firjan

Fórum DCA

Fundação de Artes de Niterói – FAN

Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC

Fundação Estatal de Saúde – FeSaúde/PMN

Gabinete de Gestão Integrada – GGIM

Gabinete do Prefeito

Instituto Argumento

Instituto Cidade Segura

Instituto de Estudos Comparados em Administração de
Conflitos – IAC-UFF

Instituto de Segurança Pública RJ – ISP/RJ

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Instituto de Estudos
Comparados em Administração de Conflitos – INCT-InEAC/UFF

Instituto Moleque Mateiro

Instituto Rumo Náutico

Mediati Soluções de Conflitos

Moleque Mateiro

MOV Rio

Movimento Interreligioso

Niterói Empresa de Lazer e Turismo – NELTUR

Niterói Mais Humana

Niterói Transporte e Trânsito – NITTRANS/PMN

Núcleo Permanente Mediação de Conflitos do Tribunal de
Justiça-RJ – NUPEMEC/TJRJ

Observatório de Segurança Pública de Niterói – OSPNit

Ordem dos Advogados do Brasil – OAB Niterói

Pastorais Sociais- Arquidiocese de Niterói

Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro – SEEDUC-RJ

Secretaria Municipal das Culturas – SMC

Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária
– SMASES

Secretaria Municipal de Conservação – Seconser

Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SMDH

Secretaria Municipal de Educação – SME

Secretaria Municipal de Governo – SEMUG

Secretaria Municipal de Obras – SMO

Secretaria Municipal de Ordem Pública – Seop

Secretaria Municipal de Participação Social – SEMPAS

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e
Modernização da Gestão – Seplag

Secretaria Municipal de Saúde – SMS

Secretaria Municipal Executiva – Sexec

Secretarias Regionais da Prefeitura de Niterói

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai

Sindicato Bancários de Niterói

Sindicato das Escolas Particulares do Estado do Rio de Janeiro
– Sinepe

Sindicato dos Empregados de Edifícios de Niterói – SEEN

Sindicato Metalúrgicos de Niterói

Sociedade Beneficente da Sagrada Família – SBSF

Universidade Federal Fluminense – UFF

Viração

Viva Rio

Nossos mais sinceros agradecimentos!

Seguimos juntos construindo a cultura
da paz e promovendo uma
sociedade mais inclusiva e sem violência.

Pacto Niterói Contra a Violência

Niterói, 2023

ESTA OBRA FOI COMPOSTA EM:

DIN 10/14

Capa em papel Supremo 250g.

Miolo em papel Couché 115g.

16 cm de largura x 23 cm de altura



PACTO NITERÓI CONTRA A VIOLÊNCIA

Em 2023, o Pacto Niterói Contra a Violência completa cinco anos de existência. Com o intuito de celebrar e refletir sobre a sua trajetória, seus participantes produziram textos que demonstram como as ideias que o conceberam estão sendo colocadas em prática. Neste primeiro volume, buscamos apresentar os processos de fraternidade política e a articulação das organizações do setor público e privado e com a sociedade civil que têm colaborado para a implementação de políticas públicas de proteção social, segurança pública, prevenção à violência e cultura da paz. Os relatos, entrevistas e artigos resgatam a memória institucional de sua gênese, apresentando os percursos dessa jornada denominada de cogovernança, provocada a partir do objetivo comum: tornar Niterói a melhor cidade para viver e ser feliz.

REALIZAÇÃO



NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

450
Anos

APOIO

PEACE
IN OUR CITIES

ISBN: 978-65-992086-7-6

